

**SIMONE:** Bom dia, conselheiros! Bom dia, conselheiras! Quero cumprimentá-los! Cumprimentar a nossa vice-presidente Geisiane. Cumprimentar a nossa secretária executiva Consolação e, em nome dela, toda equipe da secretaria executiva do Conselho Estadual. Dizer que essa semana, sem dúvida nenhuma, foi uma semana de muita mobilização, de muito envolvimento nosso, de nós todos, com notícias muito desafiadoras para nós. Nós estamos vivendo um momento difícil de discussão do orçamento para o ano que vem. Nós já estamos no sufoco esse ano: atrasos do governo federal, atrasos do governo estadual. Eu estava até conversando aqui com a conselheira Juanita... Porque nós, do Estado, estamos devendo o repasse para as unidades que são da nossa responsabilidade conjunta. E além desses desafios, nós tivemos a triste notícia, que depois vamos informar com mais detalhamento, de que houve um corte drástico no orçamento para a área da assistência social feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social tanto no Bolsa Família, quanto um golpe quase mortal nos serviços, né? Muito desanimador. A gente precisava de uma previsão orçamentária... Eu estou falando de orçamento viu gente? O triste é isso. De uma previsão orçamentária de R\$ 3 bilhões para a manutenção do serviço no ano que vem, e foi mandado R\$ 78 milhões. Então... R\$ 78 milhões não dar para pagar uma... Eu vou pedir o pessoal, por favor, para fazer silêncio! R\$ 78 milhões para nós, para a rede, não sustente nem um mês de pagamento, né? A opção de corte nos serviços ela influencia em tudo, porque são as nossas equipes das unidades de CRAS/CREAS que fazem a atualização cadastral, que fazem a busca ativa, enfim... Que movimentam também a gestão de benefício. Então, foi uma semana difícil! Eu e vice-presidente fomos acionadas para podermos ir a uma reunião no Conselho Nacional. Mas também devo dizer que, os desafios também nos colocam com mais disposição para a luta. Se tem uma coisa que a gente aprendeu a fazer nessa vida é compreender que não há vitória sem luta. A gente tem que erguer a cabeça, nós unirmos, para nos fortalecer e arrumar alternativa juntas! Coletivas! Eu quero começar essa reunião com esse espírito! De que a gente não vai permitir, pelo menos aqui, em Minas... E se depender de nós, nos juntando com outras pessoas, o desmonte anunciado para o SUAS. Então, bom dia a todos! Eu vou passar para a nossa vice-presidente para que ela também nos cumprimente. Eu peço a ela que... Eu estou aqui tentando resolver uma pendência. Eu peço a ela então que ela nos cumprimente e também conduza aí, até que eu consiga aqui resolver um problema. Eu retomo, está bom? Muito obrigada. **GEISIANE:** Bom dia a todos (as)! Apesar de tudo isso que a Simone traz do cenário triste para a nossa assistência social, espero que estejamos animados (as) para a luta e para a proposta de hoje. Temos uma conferência para fazer. É um momento importante. Ontem tivemos um dia de muito trabalho, um dia inteiro, desde a manhã até a noite, de muito trabalho com a preparação com a comissão organizadora e com a comissão de relatoria para trazer hoje, para este pleno, algumas propostas da construção desse processo da nossa conferência estadual. Eu desejo a todos uma ótima reunião! Espero que juntos (as) a gente consiga, de fato, lutar por esse sistema que a gente acredita. Então, muito bem-vindos! Vamos a luta! Nós temos aqui justificativas de ausências para o nosso pleno. A justificativa da conselheira Silvana, da Secretaria Estadual de Educação. Ela justificou a ausência dela por motivo de trabalho. E também, a Maria do Carmo, que é do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de Leopoldina, que também por motivo de trabalho não pode estar presente aqui com a gente. São as duas justificativas de ausência. Foi enviada para o e-mail de todos nós conselheiros a ata para apreciação da 224ª plenária ordinária deste Conselho. E aí, eu coloco aqui para todos (as) a pergunta: todos receberam? E se nós aprovamos então a 224ª ata do nosso pleno. Receberam? Aprovamos? Está aberto. Alguém tem alguma colocação? Aprovada então? Então está aprovada a ata do nosso último pleno. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Ah... Eu vou passar para a Consolação para que também nos cumprimente e confirme aqui o quórum para a nossa reunião. **CONSOLAÇÃO:** Bom dia a todos (as). Só uma confirmação de quórum.

Nós temos 13 conselheiros titulares e condição de titularidade. **GEISIANE:** Ótimo! Obrigada, Consolação. Todos estão com a pauta em mãos? Nós temos então previsto para esse pleno: posse de conselheiros. Nós temos dois conselheiros que tomarão posse hoje; Temos a proposta de retorno da comissão temática de política, que foi a única comissão que se encontrou no dia de... Foi na quarta-feira, nem foi ontem. Ela tem também um relato importante a fazer. Foi uma reunião conjunta com uma comissão do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Então nós temos a previsão aí desse retorno da comissão de política; Também previsto para a nossa pauta, na parte da tarde, as discussões sobre a nossa conferência. Vão ser apresentadas aqui as discussões e os encaminhamentos que vem sendo discutido na comissão organizadora e na comissão de relatoria. Temos como proposta: discutir o cultural da conferência estadual; A proposta da resolução trazendo o regulamento da 12ª conferência estadual; E a metodologia de compilação dos relatórios das conferências municipais. É um produto do trabalho da comissão de relatoria; A previsão de encerramento da nossa reunião é até às 18h. Eu vou abrir para caso tenha acréscimos e informes. Está aberto. Pode ficar a vontade, Rodrigo.

**RODRIGO SILVEIRA:** Eu fui cobrar porque eu não vi na pauta a questão dos informes. Então eu já inicio. Primeiro eu queria falar que o CRESS está retomando várias comissões, está um movimento bacana. A gente não tem o orçamento do ano passado previsto para essas comissões, então as coisas estão sendo bem difíceis. A gente está tentando programar algumas coisas efetivas para 2018. No dia 21/09, às 18h, no auditório do CRESS, na Rua Tupis nº 485 – sala 404, a comissão de assistência vai se reunir. A principal pauta é a questão da gente já fazer esse planejamento de eventos, atividades e os debates da assistência para 2018 todo. Fica aqui o convite. A outra questão, eu comecei pela a mais fácil... É sabido o que está acontecendo. Como a Simone falou: a gente está em um momento de desmonte. A gente está muito exaurido de discutir o que para a gente é óbvio. Eu nunca vi tamanha mediocridade! Tamanha maldade mesmo em retirar tantos direitos da classe que mais sofre nesse país. Isso realmente está esgotando as energias da gente que está tentando, seja em âmbito municipal, ou no governo federal. E aí, tomamos conhecimento na conferência regional de BH... O CRESS e o CRP fizeram uma nota conjunta que depois a gente vai ler. Daqui a pouco eu vou pedir a Érica para tomar a fala. Eu vou dividir a minha fala com ela. Mas é a respeito da situação de Juiz de Fora. Não bastassem os desmontes, não bastasse tudo o que estava acontecendo nesse país, Juiz de Fora agora cismou que tem que terceirizar o CRAS e o CREAS pelo marco regulatório. Agora eles querem através da lei 13.019, a MROSC, passar o CRAS/CREAS/Centro POP que é um equipamento estatal para um chamamento público. Isso é um escândalo! Mais do que um escândalo, isso traz para o SUAS mais do que um desmonte. Léo me perdoa usar um pouco o termo jurídico, eu sei que não é nessa situação. Mas é uma jurisprudência. O prefeito copiou! Isso gera um efeito dominó, né? Os municípios pequenos... Se Juiz de Fora que é um município de referência conseguir fazer uma questão dessa, os outros municípios vão nessa mesma entoadada. É a mesma luta que a gente tinha aqui em 2015. A gente contou com o apoio deste Conselho e nas conferências também. Nós fomos até para a nacional em função disso, a respeito da demissão de concursados que aconteceu em Nova Lima. A gente tem que tomar muito cuidado quando isso gera esse efeito dominó. Eu vou pedir a Érica para ler a nota que o CRESS e o CRP fizeram. VOZ AO FUNDO.

**RODRIGO SILVEIRA:** Eu vou passar para a Dayana porque ela também quer complementar. Ela participou. **DAYANA:** Bom dia!

**GEISIANE:** Só um minutinho! **DAYANA:** Sim! **GEISIANE:** É só para esclarecer no sentido de que o Rodrigo disse que sentiu fala dos informes. Na verdade foi um combinado nosso aqui, no pleno, que nós priorizaríamos as pautas urgentes. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Foi combinado e deliberado no nosso pleno que nós priorizaríamos as reuniões com os encaminhamentos urgentes, os retornos das comissões que tivessem prazo e também, é claro, óbvio, o processo da nossa conferência. A gente deixou você fazer aí o relato, mas é por esse motivo que a gente não tem os informes. É só para esclarecer para todos. E aí, como você iniciou os informes já, eu peço que sejam breves. Que tenha a compreensão

---

de todos os conselheiros que o informe se encerre na fala do Rodrigo, e a gente priorize os pontos de deliberação que foram deliberados como o conselheiro Helder falou aqui. Peço para que sejam breves. Como a Consolação já deu a notícia que os conselheiros que tomariam posse hoje não estão presentes, então a gente ocupa esse momento para você encerrar esse informe. Eu conto com a colaboração dos demais conselheiros.

**RODRIGO SILVEIRA:** Geise, bem lembrado! Eu me esqueci, foi isso mesmo! Desde já eu agradeço a quebra desse protocolo. Realmente a situação é muito grave. **ÉRICA:** Então eu já vou para a leitura, né? Bom dia a todos (as). Prezada Simone Aparecida Albuquerque, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG. Diante da atual conjuntura política e econômica do país, principalmente diante dos desmontes dos direitos sociais e retrocessos da política de seguridade social do governo Temer, os Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social como órgãos fiscalizadores e orientadores apresentam-se neste espaço para um debate político em um momento de tensões, disputas e contradições na discussão da política de assistência social, e solicitam apoio ao Conselho Estadual de Assistência Social no enfrentamento da questão que será exposta abaixo. Mediante a articulação dos representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social e suas bases, o parecer abaixo se refere a lei 13.019 de 2014 que trata do marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC e o posicionamento ético dos referidos Conselhos no que tange principalmente a atual situação vivenciada no município de Juiz de Fora. Em suma, no dia 31 de agosto de 2017, o Conselho Municipal de Assistência Social promoveu uma audiência pública para tratar sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil com o objetivo de “dialogar sobre a referida lei e sua alteração, o decreto municipal e o manual, prestar informações sobre a previsão orçamentária e disponibilidade financeira, apresentação de estrutura e edital do chamamento público e termos de referência, informações sobre a possibilidade de ampliação do serviço e em quais níveis de proteção.” Isso é, todas as informações que poderiam ser oferecidas sobre o procedimento licitatório e também esclarecimentos sobre o atendimento das áreas descobertas do município. Ofício circular nº 17 de 2017 do CMAS. Tal audiência contou com a presença, compondo da mesa, do secretário de assistência do município, que pouco se pronunciou em relação aos itens supracitados não prezando pela transparência e democracia. Informou aos presentes que todos os trâmites referentes ao chamamento estavam em conformidade com a lei, e pautava-se no parecer do procurador, cujo número do processo é 8.067, mantendo obscuro todo o processo licitatório e os próximos passos a serem dados pelos órgãos responsáveis. Dessa forma, como já foi exposto, o CRP e o CRESS se manifestaram na audiência através da leitura da nota pública que segue a abaixo e também da leitura da nota técnica SUBAS nº 230/2017 que segue em anexo. Ao logo de sua implantação o SUAS tem enfrentado diferentes e tensos desafios. Atualmente há um crítico cenário de precarização do trabalho de direitos constitucionalmente conquistados em tempo de reordenamento do regime jurídico das parcerias a serem celebradas pela administração pública e organizações da sociedade civil. Os Conselhos de categoria supracitados conjuntamente se manifestam a favor da possibilidade de mudança do cenário apresentado a partir da premissa de que o trabalho social no SUAS implicada na indissociabilidade entre os direitos dos (as) trabalhadores (as) na qualidade da oferta do serviço socioassistencial e nos direitos sociais de seus usuários, sujeitos de direitos. Isso porque no SUAS o alcance dos direitos socioassistenciais dependem fundamentalmente da criação de vínculos de confiança entre trabalhadores e o público da assistência social, o que remete também a vínculos estáveis de trabalho. Neste momento acreditamos que a gestão municipal do SUAS deve primar pela organização e/ou reorganização dos sistema, tendo em vista a importância da oferta ininterrupta dos serviços socioassistenciais das ofertas, programas, projetos e benefícios que estão implantados em andamento no município na garantia de serviços públicos e efetivos na execução direta dos equipamentos estatais: CRAS/CREAS/Centro POP, conforme preconiza a lei 12.435 de 2011 e pela LOAS. São unidades públicas estatais instituídas no

âmbito do SUAS que possuem interface com as demais políticas públicas, e articulação, coordenação e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social combinado com a NOB-RH/SUAS que preconiza equipe de referência: são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta do serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. Portanto, é imprescindível para a garantia dos direitos que todo esse processo de mudança se pautem nos princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, em todo o seu arcabouço normativos e nas normatizações das últimas conferências de assistência social, em destaque a conferência municipal deste ano de 2017, que apontou como deliberações prioritárias os eixos abaixo. Eixo I - proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais: Manter CRAS/CREAS/Centro POP; Serviços estatais não sujeitos a chamamento público garantido a elaboração de processo transitório para a execução com os servidores concursados; Garantir nos termos de referência para chamamento público que seja descrito o piso salarial dos trabalhadores da assistência social. Eixo II - gestão democrática e controle social – O lugar da sociedade civil no SUAS; Garantir a posse dos concursado do concurso vigente para diminuir a rotatividade dos equipamentos públicos municipais da assistência social afim de consolidar o direito dos usuários e dos trabalhadores; Implementar o Plano Municipal de Educação permanente do SUAS destinado a todos os atores nos territórios socioassistenciais utilizando os recursos do IGD SUAS . Eixo IV – legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e co-responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais; Garantir processo de transição na execução dos equipamentos públicos estatais: CRAS/CREAS/Centro POP para assegurar a continuidade do serviço e a vinculação dos usuários. A fim de cumprir a preconização das determinações do SUAS, a NOB-RH/SUAS aponta como princípios e diretrizes: I – promulgação da Constituição Federal de 88, da LOAS de 93 e conseqüentemente a formulação da PNAS de 2004, e a construção e regulação do SUAS e da NOBSUAS tornam necessárias a política de gestão do trabalho no âmbito da assistência social, visto que a mesma surge como eixo delimitador imprescindível da qualidade do serviço da rede socioassistencial; II – para implementação do SUAS e para alcançar os objetivos previstos na PNAS, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizada para a sociedade depende da estrutura da ação do trabalho, da qualificação e da valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS; III – para tanto, é imperioso que a gestão do trabalho no SUAS possua como princípios e diretrizes disposições consonantes as encontradas na legislação acima citada; IV- neste aspecto é importante ressaltar o caráter público da prestação do serviços socioassistenciais fazendo, se necessário, a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução; V – nos serviços públicos, o preenchimento de cargo que devem ser criados por lei para suprir as necessidades dos serviços, deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo compatibilizadas com os seus respectivos planos de assistência social: nacional, estadual, do distrito federal e municipal, a partir de parâmetros que garantem a qualidade da execução dos serviços; VI – de acordo com as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS definidos na NOBSUAS, compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente por profissões regulamentadas em lei por meio de concurso público e na quantidade necessária na execução de gestão dos serviços socioassistenciais conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente; VII - assim, para atender aos princípios e diretrizes estabelecidos para a política de assistência social, a gestão do trabalho no SUAS deve ocorrer com a preocupação de estabelecer uma política nacional de capacitação fundada nos princípios de educação permanente que promova qualificação dos trabalhadores, gestores e

---

conselheiros da área de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais; VIII – a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também garantir a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização; Garantir a educação permanente dos trabalhadores e realizar planejamento estratégico; Garantir a gestão participativa com o controle social; Integrar e alimentar o sistema de informação. Nessa perspectiva, resguardando o compromisso ético/político que norteia fazer o profissional de psicólogo e assistente social, reiteramos a nossa defesa intransigente na prestação de serviços públicos de qualidade entendendo a assistência social como política pública de direito pertencente à seguridade social, fundamentada na concepção dos direitos sociais e humanos, com participação social dos usuários e trabalhadores. Neste sentido, nos posicionamento também a favor da dispensa dos trabalhadores do SUAS para a participação nos atos e acontecimentos vinculados a política de assistência que venham ocorrer no município, garantindo um debate amplo e democrático que envolva não apenas os gestores, mas também os indispensáveis executores da política de assistência social. Cordialmente, CRP gestão 2016/2019 e CRESS gestão 2017/2020. **GEISIANE:** Dayana. **DAYANA:** Bom dia a todas (os)! É só um breve relato. Esse manifesto ele veio a partir de três capacitações, a última, eu informei aqui, no pleno passado, que foi sobre o “tira dúvidas sobre o marco regulatório.” E aí, foi sinalizado pelo representante da prefeitura municipal que o procurador geral do município achou brechas na MROSC para que se privatize, para que coloque CRAS/CREAS/Centro POP no edital do chamamento público. E partir disso, houve uma mobilização principalmente dos trabalhadores. Algumas entidades também se manifestaram durante a audiência com esse documento. Esse documento foi aplaudido de pé pela grande maioria que estava presente ali na audiência, tá? Tinham alguns trabalhadores ali... Porque a gente tem um concurso público vigente no município de Juiz de Fora com cargo de assistente social e psicólogo, então algumas pessoas que estão ali na listagem estavam presentes também no dia da audiência. E aí, o próprio secretário municipal também fez a mesma sinalização, só que ele não apresentou nem o edital. Tudo o que foi colocado na pauta da audiência não foi feito. Foi isso. Aconteceu um ato político e tal... Aproveitando a situação, eu entrei em contato com a Subsecretaria de Estado da SEDESE – SUBAS e fiz algumas perguntas. Eles me responderam com uma nota técnica 230 de 2017, que até foi falada no documento, aonde reforça toda a nossa luta com os equipamentos. CRAS/CREAS/Centro POP são equipamentos estatais ocupados por funcionários efetivos para diminuir rotatividade, aumentar vínculos com a população e todas as outras conseqüências que gera essa desprecarização do trabalho dentro do SUAS. Então foi isso o que aconteceu. Ainda há uma grande mobilização! Está havendo ainda, principalmente entre os trabalhadores em relação a isso. Mas a gente está em uma luta! A gente está pedindo apoio de todos aí: Frente Mineira em Defesa do SUAS, Mais SUAS... Todos os órgãos de defesa de defesa do SUAS que se posicione! A gente vai emitir pelos e-mails oficiais dos dois Conselhos solicitação de apoio para a gente juntar isso em um processo. As pessoas físicas ou jurídicas que puderem nos responder este e-mail... A gente vai montar um documento bem maior e com mais peso. E aí, eu solicito a este pleno que coloque isso também, que se manifeste e que seja presente também no CMAS, né? Porque uma andorinha só não faz verão! Eu estou lá, mas é uma fala só! É uma luta! Se esse Conselho também puder colocar outros representantes nas reuniões do pleno lá... Para a gente fortalecer essa... Isso vai ser efeito cascata! Juiz de Fora é um município de porte grande com 700 mil habitantes. Acontecendo isso em Juiz de Fora, será um efeito cascata. Abre precedente para outros. **RODRIGO SILVEIRA:** Rapidamente Geise! Eu acredito que o CEAS poderia apoiar Juiz de Fora nessa situação. Fazer uma investida mesmo de acompanhar in loco o que está acontecendo, e estar presente para além dela. Talvez possa ter um conselheiro lá freqüentando as reuniões do CMAS até que a normalidade se estabeleça ou até algo mais incisivo. Eu não sei o que a gente pode fazer, mas eu acho que isso já seria uma

boa coisa. Mostra que o “caldo engrossou.” **GEISIANE:** Tem aqui a inscrição da... Como foi trazido um ponto grave e importante para a discussão, então a gente vai abrir para algumas manifestações. E também, é claro, para a gente tirar aqui um encaminhamento desse Conselho. Eu acho que é mais do que preciso, é necessário. Lembrando que nós temos no dia 25 a conferência regional no município de Juiz de Fora. Isso reforça ainda mais a nossa presença e a importância da nossa manifestação enquanto Conselho. Simone. Tem também a inscrição do Volney e do senhor Luiz. **SIMONE:** É importante dizer que a função dos Conselhos é ser guardiões do SUAS. Aqui não é uma questão de apoio, uma questão de... É uma questão de responsabilidade do Conselho Estadual e dos Conselhos Municipais. Eu acho que tem algumas questões em jogo. Primeiro, é preciso deixar claro que o marco regulatório das organizações da sociedade civil ele é um marco que estabelece a relação com a sociedade civil, e não as regras da política de assistência social. As regras da política de assistência social estão estabelecidas nas suas normativas. Quem diz o que pode ser ofertado pelo Estado, ou pela sociedade civil, é as normas do SUAS. Então é sobre as normas do SUAS que nós temos que discutir. Nós fizemos questão de escrever na LOAS que o Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade estatal. Está escrito assim! Desse jeito! E que é obrigatória a oferta do PAIF. Se tiver alguma coisa que se chama CRAS ou CREAS que não for unidade estatal, e que não ofereça PAIF estatal, é outra coisa. Nem pode ter esse nome! Não existe outras CRAS ou outro CREAS na legislação do SUAS. Segundo, é só ir na tipificação, lá diz o que pode ou não pode ser ofertado pelas entidades e pela rede socioassistencial. Isso é uma questão. Nós estamos vivendo em um momento, e eu acho que o Conselho está discutindo muito isso aqui, de que as entidades têm que tomar muito cuidado, nós, todos! A tendência no momento de crise é se responsabilizar. Transferir tudo para as entidades! É um aperto! É uma situação que a gente vem custando a dar conta de superar. Então eu acho que tem várias questões aí em jogo. Eu acho que é obrigação nos posicionar nessa questão. Eu penso que nos devemos ter um parecer da nossa consultoria jurídica acerca do marco regulatório. A gente, junto com a nossa consultoria jurídica, estamos tendo a regulamentação a luz do SUAS. Eu penso que nós, o Conselho, temos que nos posicionar enquanto Conselho Estadual. A primeira sugestão de posicionamento que faço é enviando uma carta ao Conselho Municipal. E que o conselheiro que for à conferência regional... Que ele seja lida lá também. Penso que nesse momento... Pode ser que eu esteja compreendendo errado, mas pelo o que eu entendi, houve um anúncio de que iria fazer um chamamento público, mas ele não se concretizou. Se ele não se concretizou, então eu acho que não vale... É um aceno do diálogo gente, eu acho. No aceno do diálogo a gente também tem que... Porque senão se a gente for para lá, ficar lá, fazendo a nossa presença... Pode acirrar mais! Não é o momento! Eu acho que está tudo certo até agora. É assim mesmo! A luta política requer diálogo, conversa, negociação... Para a gente acirrar, negociar e ficar lá assentado, aí tem que fazer o chamamento. Se fizer o chamamento, aí a gente pensa o que a gente faz. Mas enquanto isso, eu estou entendendo que pode ter sido um equívoco. Estou esperançosa! Inclusive eu acho que deveríamos fazer também o contrário, dizer que o Conselho reconhece que a secretaria esteve presente na audiência pública. Que o Conselho espera que eles tenham sido esclarecidos de que houve um equívoco de interpretação. E aí, é bom também para a gente saber se houve um anúncio só verbal, ou se há alguma coisa por escrito, né? Se essa intenção foi registrada, se foi traduzida... Senão, sinceramente gente, eu acho que o posicionamento do Conselho Estadual ser lido na conferência regional já está de bom tom para o momento. Obrigada. **GEISIANE:** Volney? **VOLNEY:** A fala da Simone já me contemplou. Eu sugiro também que este Conselho encaminhe para a assessoria jurídica da SEDESE para que ela se posicione, e que esse posicionamento seja enviado para o Conselho para depois a gente dar um posicionamento dentro de um embasamento jurídico. **GEISIANE:** Senhor Luiz George. **LUIZ GEORGE:** Bom dia para... Alô! Alô! Alô! Bom dia para todos (as). Simone! Esse valor que seria repassado para a assistência de R\$ 3 bilhões seria tirado do PIB? **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** O senhor concluiu? **LUIZ**

**GEORGE:** Eu quero saber se o repasse que é passado para a assistência é baseado no PIB. **GEISIANE:** Ela vai responder. **LUIZ GEORGE:** Tá! E eu queria saber o valor, se puder falar tá? **GEISIANE:** Ok. A Débora também está inscrita. **DÉBORA:** Bom dia, gente! Só esclarecendo ao Volney, e aos demais conselheiros, a partir da proposta que ele trouxe. A SEDESE já se posicionou! A SEDESE já fez uma nota técnica, está aqui disponível. Depois a gente pode rodá-la para todo mundo dar uma lida para não tomar tempo. Mas é muito nessa linha do que a gente está colocando aqui da legislação do SUAS, que são equipamento públicos estatais e que precisam de profissionais com concursados. Eu queria só comentar que a gente sabe que essa situação em Juiz de Fora ela é muito antiga, né? A gente estava até aqui comentando que desde sempre, talvez... VOZ AO FUNDO. **DÉBORA:** Desde sempre... Tem lá a tal da AMAC, né? Essa instituição funcionava, pelo o que me parece, muito mais como uma terceirização. Quer dizer, a gestão do CRAS/CREAS e equipamentos é da secretaria, mas a contratação de pessoal é através dessa instituição. E agora com essa questão do marco, eu acho que fica mais explícito, mais vergonhoso e mais fora da lei essa situação de entregar a gestão desses equipamentos para uma associação privada. Eu acho que é uma situação complexa mesmo. Vale a pena continuar manifestando aí contrário a ela, porque ela piorou do que já vinha colocando. Eu vou rodar a nota técnica da SEDESE para que também vocês possam tomar conhecimento. **GEISIANE:** Obrigada. Bom mesmo passar essa nota técnica para todos, Débora. Simone. **SIMONE:** Veja só, senhor Luiz. O PIB... Eu não sou especialista em economia e nem em PIB, mas o Produto Interno Bruto é quantidade de riqueza que um país produz. Se o senhor perguntar quanto do PIB vai para a assistência social... Os últimos cálculos que eu sei não davam nem 1% do PIB. Isso é uma coisa. A assistência social com R\$ 69 bilhões que ela gasta não chegar se quer a 1% da quantidade de riqueza produzida no Brasil. De onde vem os R\$ 3 bilhões para a assistência social? Vem do orçamento chamado "orçamento da seguridade social." Quem paga a seguridade social brasileira? É o trabalhador de carteira assinada que, "sem choro, nem vela, nem fita amarela", todo mês desconta no salário dele e vai para o orçamento. O orçamento da seguridade social ele é composto pela contribuição dos trabalhadores, pela contribuição dos empregadores e pelos prognósticos: loteria, recursos de jogos. Isso compõe o orçamento da seguridade social. E a outra parte que também pode ir para a assistência social são os impostos indiretos das coisas que a gente compra. O dinheiro vem daí! Vem daí! Dos impostos diretos e indiretos. Isso não chega a menos de 1% de toda a riqueza produzida no Brasil. **LUIZ GEORGE:** Em 2013 eu era conselheiro aqui, e eu era da comissão de orçamento e financiamento. Eu fui informado que até o ano de 2013 estava tramitando uma PEC lá em... VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Alô! Alô! Alô! Até 2013 estava tramitando uma PEC lá em Brasília, desde 96, pedindo 2% para a assistência social, sabe? E até o ano de 2013 o melhor repasse tinha sido 1,2%. Quer dizer, se o PIB chega na casa dos trilhões, e vão dar R\$ 78 milhões para a gente... É uma quantia muito risória! Não é mesmo? Muito obrigado. **GEISIANE:** Eu acho que nós não temos mais inscrições. Diante de tudo o que foi colocado, e também da proposta aqui da Simone, eu pergunto ao pleno se todos estão de acordo. A gente pode encaminhar assim diante dessa questão toda que foi colocada? Que este Conselho se manifeste e mande esse documento, essa manifestação, essa orientação, para o Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora. E que nós levemos essa discussão e essa manifestação deste Conselho. Inclusive eu estaria presente na conferência regional de Juiz de Fora. É concordância de todos (as)? Então fica esse encaminhamento. A secretaria executiva já registrou, e nós faremos isso. Obrigada Rodrigo, Érica e Dayana pelo repasse. Bom, nós vamos passar aqui então para o ponto da comissão de política. A Marta vai fazer o relato para todos nós. Então bom dia, Marta! Fique a vontade para o seu relato. **MARTA SILVA:** Bom dia a todos (as). A comissão de política do Conselho Estadual se reuniu no dia 13, nessa semana, com as comissões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi com a comissão de medida socioeducativa e também a comissão de política do próprio CEDCA. Então foi

---

uma reunião conjunta entre CEAS/CEDCA em que estava como pauta a discussão sobre a política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Para tanto, as comissões convidaram a SEDESE, a Superintendência de Proteção Social Especial e a Diretoria de Gestão de Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto para fazer uma apresentação da política para os membros das três comissões que estavam presentes na reunião, e a gente fazer uma sobre a política para trazer para o pleno do CEAS os encaminhamentos que as comissões recomendaram. No próximo dia 21 haverá uma reunião do CEDCA. O CEDCA também vai se posicionar oficialmente levando as considerações sobre o que apreciou. É da mesma forma que a gente está trazendo para essa plenária as recomendações da comissão de política. Antes disso, eu queria que a diretora Lúcia fizesse para este pleno a apresentação da política. A comissão de política entende que é importante a gente compartilhar essa informação com todos. E aí, eu vou me abster de fazer toda a leitura do relato da comissão porque, na verdade, o registro do relato da comissão passa pelos principais pontos do que foi a apresentação. E aí, eu volto só dizendo sobre os encaminhamentos e das propostas que a comissão colocou tá? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Mais uma vez, gente! A Lúcia é a diretora da Subsecretaria da Superintendência. É também diretora de gestão das medidas socioeducativas em meio aberto. Vocês vão ver que essa é uma estrutura que a reforma administrativa trouxe. Ela vai contextualizar todo o trabalho que tem sido feito e que cominou na política. **LÚCIA:** Bom dia a todos (as)! Eu quero agradecer o encaminhamento conjunto do CEAS e do CEDCA. Hoje, eu estou como conselheira do CEDCA representando a SEDESE e como coordenadora da comissão de medidas socioeducativas. É uma comissão específica do CEDCA que discute essa temática. Pode passar. Como já foi aqui aventado pela Marta, em julho de 2016, no âmbito da reforma administrativa do Estado, foram criadas duas diretorias importantes para esse campo da gestão da política da criança e do adolescente e da medida socioeducativa especificamente. Uma é a diretoria de gestão específica de medidas socioeducativas em meio aberto. Não existia essa estrutura no âmbito da SEDESE. E uma diretoria que se responsabiliza também pela articulação com o sistema de garantia de direito, com o sistema de justiça que obviamente não se esgota no âmbito da criança e do adolescente, mas que traz um aporte muito importante para a efetivação dessa política, sobretudo das medidas socioeducativas. Nós vamos ver ao longo da apresentação e dos documentos que nós já temos dentro da assistência social tratando e orientando a execução da oferta desse serviço o quanto o relacionamento com o sistema de justiça faz a diferença nessa execução. Em complemento a essa decisão da reforma administrativa, em 08 de agosto de 2016 o governador publica um decreto instituindo um grupo de trabalho destinado a promover estudos e propostas de reestruturação do sistema socioeducativo no Estado. Fizeram parte... Fazem ainda, porque não terminou todo o trabalho: Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Saúde, Educação, Planejamento, Esportes, MP Estadual, Conselho Estadual dos Direitos da Criança, Conselho Estadual da Assistência Social, Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo, Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo de Minas, Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Minas, Pastoral do Menor, Frente em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas, Gabinete do Dep. André Quintão, Oficina de Imagens, Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social. Então, dá para a gente perceber que foi realmente não só uma concepção, mas uma execução de um processo de discussão e de construção com um índice de participação muito grande, muito rico, em que as contribuições foram realmente muito relevantes de todos os seus membros. Deste processo de discussão, a organização deste processo de discussão já definiu desde o início quais eram os parâmetros a serem discutidos por aquele GT. O documento que nós trazemos hoje para este Conselho traduz exatamente que foi deliberado como processo de discussão do GT. Para que a gente tenha o entendimento real das demandas e das necessidades que esta política apresenta no âmbito do Estado



---

de Minas, o primeiro capítulo deste documento apresenta um panorama e um contexto da situação em Minas Gerais. É sabido e, é de domínio de todos os conselheiros que, nós temos uma conformação no nosso Estado em que a maioria dos nossos municípios são de até 20 mil habitantes. Quando a gente fala de até 20 mil habitantes não significa que a grande maioria chegue perto de 20 mil habitantes. Nós temos um grande número de municípios dentre esses 670, não é isso Isabela? 675 municípios que representam a quase a totalidade dos municípios desse Estado. E aí, nós vamos ter municípios com 5 mil, 2 mil, 3 mil, 7 mil, 8 mil que vão apresentar lógicas e dinâmicas completamente diferentes, mas os fenômenos sociais de violação de direitos, ou o fenômeno do adolescente em conflito com a lei, ele está previsto em todos os municípios. Essa é uma característica da nossa sociedade. Um companheiro da UNICEF fala que a nossa sociedade é a sociedade do delito, né? Eu gosto muito de fazer uma brincadeira, eu pergunto para as pessoas qual norma vocês transgrediram hoje. Normalmente não fica ninguém com a mão abaixada. Todo mundo, de um jeito ou de outro... Né? É só para a gente lembrar que os meninos não são isso que as pessoas dizem. VOZ AO FUNDO. **LÚCIA:** Fez não, Simone? Vou ter apertar ali, no canto da porta! RISOS. Eu vou descobrir! Essa estratégia eu uso para discutir muito com o pessoal que tem muito preconceito. A gente começa perguntando: pessoal das forças policiais, vocês estacionaram o carro aonde hoje? Como é que foi o trajeto de casa até aqui? Passou em algum sinal amarelo? Se não “furou” o vermelho, está muito bom... O fenômeno do delito, da transgressão, é um fenômeno humano, é da nossa natureza. Então nós vamos encontrar em todos os municípios, com toda certeza, embora a demanda seja muito diversa, né? O que foi muito importante foi a escolha de um modelo para que a gente pudesse atender sobretudo a estes municípios menores, que são a maioria dos municípios no nosso Estado. Aqui a gente traz alguns dados para a gente ter um dimensionamento desta realidade no Estado. Lembrando que, aquela somatória ali de 7.569 adolescentes em atendimento não contempla os adolescentes que estão nos pequenos municípios que não tem CREAS. Este dado compilado que vai chegar ao total de 8.590 são os dados que são lançados ou no RMA do CREAS. Os municípios que não tem CREAS, obviamente, não lançam essa informação. Então, nós não temos hoje um dado exato, real, de quantos adolescentes estão sendo atendidos. Pode passar pra gente. O que nos preocupa... Pode passar. Isso não é relevante! O que nos preocupa bastante é que nos dados do CREAS, ou... Lá no Censo SUAS tem uma pergunta que é assim: quando você recebe essa demanda, o que você faz? Quando ele não tem CREAS o que ele faz. E aí, surge uma série de soluções muito preocupantes no ponto de vista da política de assistência social. Nós vamos ver ali que a grande maioria manda para o CRAS. Tem outro percentual que vai para as entidades parceiras. Outro percentual vai para dentro, para algum técnico que está na gestão da política. O que chama a atenção nisso, está na tela anterior, é que é preconizado o atendimento semanal para esse adolescente. Com esses arranjos que são feitos, também tem arranjos de tempo dos mais variáveis, que vai desde semanal até semestral. Então isso caracteriza realmente uma não oferta de atendimento de acompanhamento, porque isso não vai gerar nenhum resultado dentro daquilo que se espera. Pode passar. Nós temos um percentual de 49% para CRAS e 25% para o CREAS do município. Não atende são 13%. 9% são atendidos por uma referência de política de proteção social especial. Nós estamos encontrando aí municípios que já têm instituído esse dispositivo para atender. As entidades conveniadas o percentual é pequeno porque ele representa uma distorção no processo de organização da política. Pode passar. O governo federal, desde 2014, ele abriu um termo de aceite, mas ele cofinancia só os municípios que tem CREAS, e aqueles municípios que, naquele momento do termo de aceite, tinham determinado patamar de demandas para receber esse cofinanciamento. O cofinanciamento do governo federal é aquele que está explicitado lá. É um repasse de R\$ 2.200 para cada grupo de vinte adolescentes. Quem tinha menos de dez não entrou no cofinanciamento. Para você constituir um grupo novo, você tem que passar de dez. E desde esse cofinanciamento em 2014 não foi mais aberto

nenhum processo de expansão. Esse financiamento hoje, em Minas, significa o atendimento de 5.240 adolescentes. Então, mesmo daqueles oito mil, a gente já tem aí um número significativo que não está coberto pelo cofinanciamento. O serviço de oferta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei ele também pode ser organizado utilizando o Piso Mineiro Fixo. Embora a gente nos relatos não encontre em grande número citando ou propondo esse uso, esse uso é permitido, depende da programação do município. E o Piso Mineiro Variável, que hoje já é liberado para os municípios com a cobertura do PAEFI regional dos CREAS regionais, também já existe o repasse de R\$ 2 mil, por mês, que pode no caso dos municípios co-referenciados ser utilizado para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Pode passar. Os marcos legais que orientam a política eles estão todos citados e comentados dentro do texto, exatamente para que a gente já comece a fazer uma co-relação entre as linguagens e as normativas da assistência social com a linguagem e a normativa do sistema de garantia de direito, especificamente do estatuto e da lei do SINASE. Pode passar. Tem uns aspectos que são extremamente relevantes. Dias atrás nós ouvimos uma fala de uma profissional em que a incompreensão do que significa proteção para o adolescente em conflito com a lei, às vezes leva o profissional a achar que por estar em uma política de proteção social ele não deveria atender um adolescente em conflito com a lei. Eu tomo aqui a liberdade de dizer que esse é um equívoco de compreensão. O adolescente pelo princípio de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento se ele não teve a oportunidade no seu processo de formação de projetar o limite... E ter limite é um direito. Receber uma educação com limites é direito. E ter esse atendimento, e ter esse apoio para reelaborar este processo, é sim proteção. É sim um direito que ainda não foi cumprido pela família, que não foi alcançado dentro da comunidade, e o Estado então vai chegar para garantir esse direito. Então é só deixando isso muito claro. Quando no texto da política e no texto da lei chama a atenção para o aspecto sancionatório da medida e do processo de responsabilização que tem que ser desenvolvido no âmbito deste serviço, não tira dele o caráter de proteção, pelo contrário, especifica qual é a natureza da proteção que deve ser ofertada para aquele adolescente. É claro que nós sabemos daquilo que está aprovado por este Conselho, das condições orçamentárias para esse processo de implantação, mas, para que todos os municípios um dia estejam, ou até que estejam referenciados a um CREAS regional, será proposta uma regra de transição para que seja garantida e acompanhada por meio da gestão compartilhada a instituição de referências técnicas de proteção social no âmbito dos municípios. Bom, o SINASE apresenta com muita clareza o sistema de garantia de direito onde a assistência é uma parte dessa garantia de direito, como a gente já colocou aqui. Ele avoca o sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de segurança e as demais políticas públicas que não estão citadas ali, mas que são igualmente importantes no processo formativo das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Isso deixa muito claro, como eu já disse no caso da linguagem do SINASE e da incompletude institucional, e na nossa linguagem da assistência social, a importância da intersetorialidade. Na política, nós vamos analisar enquanto medida socioeducativa: o que é liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade tem em comum. E, em seguida, a gente detalha o que elas têm de específico. Mas em todas as duas a questão do acompanhamento da família e a questão da intersetorialidade são dois eixos que a gente não pode negligenciar em momento algum. As seguranças que estão tipificadas se traduzem na segurança de acolhida. Nós temos hoje um desafio não só em relação ao adolescente em conflito com a lei, mas nós temos um grande desafio na inclusão dos adolescentes aos nossos serviços, na política de assistência social, na escola... Recentemente eu ouvi uma expressão que eu levantei e bati palmas para uma superintendente de educação, ela disse que no município deles eles tinham 200 adolescentes em conflito com a escola. Eu falei: "olha! Levei 30 anos para ouvir, mas valeu a pena." Porque é isso! Muitas das vezes as ofertas que são feitas elas não contemplam os adolescentes. Nós não sabemos a linguagem, nós não conseguimos superar ai... Não é, Sandra? Nós estamos tentando aprender isso já tem uns 40 anos.

---

Mas, enfim! Então, para os adolescentes é preciso... E a gente trata isso com detalhe: o que é a segurança de acolhida? Quando você pretende trazer um adolescente nessas circunstâncias para dentro de um equipamento público? O que é preciso ser feito? Então a gente faz considerações a respeito de cada uma delas. A segurança de convívio e convivência familiar: são adolescentes, às vezes, que chegam com circunstâncias familiares já muito complexas do ponto de vista do relacionamento entre os seus membros. Então como é que nós vamos articular PAIF? Como é que nós vamos articular PAEFI? Como é que nós vamos articular o atendimento específico para o adolescente? O desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social é o grande objetivo de releitura do seu projeto de vida e como é que ele vai dali para frente fazer as suas escolhas. Mas para isso, nós temos que trabalhar esses aspectos com eles. Os outros serviços que eu não citei aqui: ACESSUAS, Serviço de Fortalecimento de Vínculos e o Acolhimento, são de direito dos adolescentes. São de direitos dos adolescentes sempre que for necessário. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é uma das grandes ferramentas que nós vamos ter para ajudar esse jovem a conviver em grupos diversos daquele em que ele tem círculo. É impressionante ouvir o relato dos municípios quando a gente está em apoio técnico, os meninos não circulam fora das suas comunidades, eles não conhecem a cidade, eles nunca se apropriaram da cidade. Então é preciso que esses espaços se tornem significativos para eles e que propiciem a eles experiências que possam fazer a diferença na sua construção. Eu tenho certeza de que o Rodrigo recebe um grande número de meninos para aprendizagem que nunca vieram ao centro de Belo Horizonte, por exemplo. Que não tem noção da cidade. Pode passar. Uma coisa que eu não disse ali gente, mas precisa ser dito é que, quando a gente projetou lá o índice dos atos inflacionais, a maior parte dos atos relatados é o tráfico de drogas. Tráfico de drogas é colocado com uma das piores formas de trabalho infantil. Essa discussão ela não vem sendo feita! Ela não vem sendo feita, né? Nem pelo MP e nem pelo judiciário. Quando você pergunta para um adolescente o porquê que ele foi para o tráfico, ele te responde que foi para trabalhar. Então esse é um grande desafio. Este é um grande desafio! E criminalizar como vem sendo criminalizada essa pequena participação dos adolescentes aí no tráfico, faz hoje com que a gente tenha as unidades de internação super lotadas e uma grande demanda para este tipo de atendimento. Eu acho que nós vamos ter que aprofundar essa discussão exatamente para que a gente arrume caminhos e soluções para que esses adolescentes não tenham que olhar o tráfico como única porta de entrada para o mundo do trabalho ou para garantia de renda. No caso de serviço de prestação de serviços à comunidade, a gente faz uma discussão muito importante para descolar de uma visão que a sociedade tem e que muitas vezes no meio jurídico também tem do trabalho, como se ele fosse um castigo, o trabalho como uma punição. A gente procura problematizar qual é a concepção de trabalho que aquela equipe ou aquele técnico que vai trabalhar com o adolescente precisa refletir. Se ele conseguir entender que o trabalho é a ferramenta que o homem tem para transformar a natureza e produzir cultura, nós estamos no bom caminho. Se for na concepção de um certo juiz que diz que medida tem que ter suor no rosto e calo na mão, não vai dar certo, né? Não vai dar bom resultado. E aí, não só a equipe precisa trabalhar os seus limites e as suas dificuldades, e a gente problematiza isso no texto, quanto ela vai ter que trabalhar com a referência socioeducativa e o orientador socioeducativo. São dois personagens importantes da comunidade que, na verdade, receberam este adolescente nas suas instituições para que ele cumpra a medida. Para além do acompanhamento que deve ser feito pelo técnico na prestação de serviço à comunidade, ele irá para outra instituição, e lá ele realizará uma atividade que seja significativa para ele e para sua comunidade. Então aparentemente ela é simples, mas ela não é simples de jeito nenhum! Mas ela é muito importante, porque a gente começa a fazer essa discussão nas instituições, nas escolas, no posto de saúde, nos equipamentos da própria assistência social dessa discussão do que é o ato infracional, do que é o trabalho na vida do adolescente ou na nossa vida e de que como que isso pode ressignificar o seu processo de escolha frente à vida. Pode passar. No

---

caso da liberdade assistida, o judiciário tem uma grande dificuldade de entender o que é que vai ser ofertado e o que é que vai ser feito ali no cotidiano. Então a gente procura também na política dar um passo a passo, explicar com muita clareza qual é a natureza do atendimento, quais são as ferramentas que podem ser utilizadas, como que nós vamos adequar a linguagem e variedade de oferta envolvendo as atividades individuais e as atividades coletivas para que este adolescente crie um vínculo com o serviço e possa, a médio ou a longo prazo, rever todos os seus processos de vida e refazer as suas escolhas. Resignificar é a expressão que está posta lá na tipificação. Resignificar os seus valores construindo um novo projeto de vida. Para as duas medidas existe um documento, que é uma exigência legal, que é o Plano Individual de Atendimento, que infelizmente ficou em uma pactuação de 15 dias, o que é impossível realmente fazer algo consistente com o adolescente. A gente trata disso na política, orienta os técnicos, mas é uma determinação legal que tem que ser cumprida. Então, a gente sugere uma frequência de atendimentos para fazer o PIA e depois os relatórios cada vez que a circunstância do adolescente mudar, que a compreensão dele mudar, que ele referencie isso por meio de relatórios ao judiciário atualizando e ajudando o judiciário a entender a natureza do trabalho que a gente vem realizando. Pode passar. Nós temos como programas que podem ser acionados: a elevação de escolaridade; O acompanhamento pedagógico diferenciado, que tenta impedir que um adolescente no 9º ano, ou de 3º ano de nível médio, saia da escola sem as competências previstas, sobretudo, na área de português e matemática; E tem um programa novo que está entrando agora: Programa de Convivência Democrática. A gente aposta muito nele no sentido de mudar um pouco as relações internas nas escolas criando instâncias de discussão mais horizontalizada que possam favorecer os nossos adolescentes; E tem um programa experimental da Secretaria de Estado da Educação com o MP de Direitos Humanos na área da justiça restaurativa para a resolução dos conflitos escolares. É impressionante a quantidade de ato indisciplinar que seria tratado no âmbito da escola pela comunidade escolar que vira ato infracional porque a diretora chama a polícia, e polícia entende que tem que fazer um boletim de ocorrência, aí vai incriminalizar o adolescente. A saúde também apresentou todas as normativas. Agora, em abril, foi lançada a agenda específica que é essa carinha desse tanto de adolescente. É uma agenda de cuidado e proteção aos adolescentes. É uma política que ainda não existia, foi lançada pelo Ministério da Saúde em abril. Por meio da política a gente vai ajudar a saúde a publicizar e a incentivar os nossos técnicos para que discutam a importância da implantação e execução dessa agenda nos municípios. Pode passar. No trabalho, uma das escolhas que a Subsecretaria do Trabalho da SEDESE fez foi de focar a discussão na aprendizagem, de mobilizar os esforços no sentido de que esses adolescentes, que são público prioritário, realmente sejam priorizados nos encaminhamentos da política de aprendizagem. Como todas as outras circunstâncias, a política de aprendizagem nesse momento passa por um momento muito delicado, não é Rodrigo? Mas é a discussão que nós estamos pautando, que nós vamos continuar fazendo e que nós vamos continuar perseguindo para que os adolescentes tenham esse espaço. No esporte e na cultura, o Estado não tem uma política assim como as outras, em que ele tenha unidades próprias, ou que ele tinha linha de atendimento específicas. O texto que eles nos apresentam é repassando para os municípios orientações de como captar recurso para que eles tenham meios de fazer essas ofertas dentro dos municípios nos territórios. Pode passar. O quarto capítulo vai tratar do relacionamento entre as equipes dos municípios que atendem em meio aberto com as equipes dos adolescentes das unidades que executam privação de liberdade ou semi-liberdade. Obviamente esses adolescentes vão voltar para os seus territórios, algumas vezes podem voltar inclusive para um instituto que chama Progressão de Medidas. Eles saem da internação, mas ele vem cumprir uma liberdade assistida. Ele sai da semi-liberdade e vem cumprir um PSC ou uma liberdade assistida. Isto é uma articulação técnica a ser acolhida, ou não, pelo MP e a ser sancionada, ou não, pelo juiz. Mas é uma realidade. É um direito do adolescente! Então a gente faz toda uma discussão. E aí,

fizemos essa discussão e essa construção em parceria com a Secretaria de Segurança Pública exatamente para a gente definir o fluxo: qual que é o primeiro passo, qual que é o segundo passo. Isso a gente faz desde o momento em que o adolescente é apreendido, preconizando que a equipe da unidade de internação estabeleça de imediato o relacionamento com a equipe de assistência do município de origem do território de origem do adolescente para que esse trabalho realmente seja feito e tenha um resultado no final. O capítulo seis vai dizer do relacionamento com o Sistema de Justiça orientando e deixando muito claro quais que são as atribuições dos técnicos. A gente chama muito a atenção dos técnicos em relação às questões éticas. Este é um serviço que quando o técnico faz um relatório, ele faz um relatório que vai para dentro de um processo, então ele tem um peso, ele tem um caráter um pouco diferente. E a gente orienta de como que essa construção de fluxos, a busca de um relacionamento mais horizontal com a defensoria, quando ela existe... Porque esse é um problema, né? Com o MP e com o próprio judiciário. Para isso então, a gente trata muito detalhadamente da elaboração dos relatórios. Essa é uma queixa recorrente dos serviços no âmbito da justiça, de que eles não entendem muitas vezes o que os técnicos querem dizer. Eu acho que não é que os técnicos não dizem, é que eles lêem o primeiro parágrafo e o último, aí às vezes fica difícil de entender mesmo. Então para isso não acontecer, a gente dá orientações de estrutura do documento porque todas as informações estarão lá, tá? O capítulo sete então vai trazer o modelo para o Estado de Minas apoiando-se na gestão compartilhada a partir dos conceitos dos CREAS regionais, da instância da gestão compartilhada. A gente explicita: as responsabilidades, as atribuições do município, do Estado, o que está posto em todas as normativas... Pode passar. Faz uma co-relação desse modelo com o que está posto no SINASE, porque quando o município liga para a gente lá na SEDESE ele fala: "aí! É porque o promotor pediu isso! Isso! Isso!" É uma lista muito grande! Aí eu pergunto para eles: quantos casos vocês têm? Tem município que até hoje não teve nenhum. Tem município que tem dois ao longo do ano, que tem cinco ao longo do ano. E tem como Belo Horizonte, como Juiz de Fora, os que têm um número muito grande. Então a gente procura mostrar para o município como é que ele vai fazer o seu plano municipal, que é obrigatório pelo SINASE, e como é que ele vai caracterizar essa oferta a partir, e aí, eu estou falando dos municípios de porte I, da referência e de como que essa oferta estará garantida inclusive por meio da articulação intersetorial. A idéia é de que por meio do Piso Mineiro Variável estes municípios possam receber um financiamento para instituir as referências de proteção social especial. Deixado claro que nós recebemos esse ano com a vinda do serviço para a SEDESE um orçamento muito pequeno. O meio aberto não vinha sendo uma prioridade dentro da Secretaria de Segurança Pública, então orçamento que a gente recebe ela é absurdamente insuficiente. Esse ano, somando a emenda da comissão de participação popular e o orçamento, nós temos R\$ 770 mil. Quer dizer, pensando na dimensão da demanda é nada! Pode passar. Aqui, a gente repete o que está posto e o que já foi aprovado por este Conselho das regionalizações prevista da sua priorização a partir dos índices de vulnerabilidade. Pode passar. Nós já temos dois CREAS regionais implantados, na perspectiva da implantação de mais três agora. Aqueles municípios referenciados, ou que estão no território, eles poderão recorrer ao CREAS regional na retaguarda. As referências técnicas terão uma retaguarda a partir do processo de regionalização. Como eu já disse, onde nós não tivemos ainda a implantação do CREAS regional, uma regra da transição será pactuada no âmbito da CIB e apresentada a este Conselho, mas com a consciência e com a clareza posta na política de que uma retaguarda técnica deverá existir para que as referências possam trabalhar de forma segura. Pode passar. A gente explicita todas as atribuições, o que é que já está aprovado, o que é que já está deliberado, o que é que já está posto. Pode passar. Pode passar. As comissões regionais também a gente já falou. O capítulo oitavo como é uma característica é uma exigência tanto do SINASE, quanto da política de assistência social, a gente vai tratar da necessidade e da importância da educação permanente. Hoje, no âmbito do Qualifica SUAS, esse Conselho aprovou inclusive a instituição da supervisão. O

público das medidas socioeducativas e os agentes públicos que estiverem se ocupando desta oferta são prioridade do processo de supervisão. Para 2018 está previsto um Capacita SUAS da proteção social especial que contemplará a discussão das medidas, hoje, na responsabilidade da SEDESE. E nós estamos trabalhando para capacitação de recurso de forma que, ainda em 2018, a gente possa ofertar uma capacitação específica no âmbito das medidas socioeducativas. Uma das fontes prováveis de recurso é o FIA Estadual, porque no SINASE existe uma previsão legal de que um percentual dos recursos dos fundos da infância sejam destinados as medidas socioeducativas. Nós já estamos em um processo de elaboração de uma proposta a ser brevemente apresentada a Fundo Estadual da Criança e do Adolescente com esse objetivo. Daí a nossa alegria de que esse trabalho de deliberação, de discussão, já esteja sendo feito de maneira conjunta, desde o processo de elaboração da política em que o CEDCA teve assento e que vem compreendendo da importância, da relevância... E eu quero até deixar claro aqui uma fala da Marilene, não é Simone? Na última reunião ela foi muito enfática em dizer... Na época do SINASE a Marilene era uma das conselheiras do CONANDA, então quando a gente discutiu esse percentual para implantação das políticas, ela enfatizou muito isso dizendo que nós estamos vivendo em Minas um momento de implantação desta política em nível do Estado. Isso se justifica plenamente para o uso do recurso do Fundo. As práticas restaurativas, como eu disse, elas estão postas no SINASE. Elas são muito importantes na medida em que vários conflitos dentro do nosso planejamento intersetorial e dentro da execução das medidas eles podem ter uma maior efetividade se eles forem tratados a partir dos princípios da justiça restaurativa. Então ela está posta. Ela está bem conceituada dentro da política deixando claro que, o que nós podemos preconizar são as práticas, porque a justiça restaurativa em si é uma decisão no âmbito judiciário, não do executivo. A importância do monitoramento e da avaliação: o SUAS já possui ferramentas importantes para este acompanhamento. Essa discussão do monitoramento a partir dos instrumentos do SUAS a nível federal já foi inclusive levada para a CIT, porque essa realidade que constatamos aqui, em Minas, que um corpo muito importante de informações não são detalhadas por causa daquela restrição do CREAS e execução da proteção social especial, junto com uma discussão de financiamento aos municípios de porte I que foi levada pela comissão nacional do MP... E o Dr. Márcio Rogério, que é o promotor que representou o CAO-Infância no GT, ele absorveu o modelo discutido aqui, em Minas. Ele apresentou no âmbito da comissão nacional, foi aprovado pela comissão nacional, e foi levado para o MDS. Então, essa proposta da instituição da referência técnica no âmbito da regionalização da proteção social especial já uma proposta que está no âmbito do MDS, que já foi apresentada ao FONSEAS e que está sendo discutida também no âmbito da CIT. Como já foi amplamente discutido aqui, é claro que nós atravessamos um momento delicado, difícil, mas isso não significa que as nossas metas e as nossas utopias vão ser abandonadas por isso, né? Pelo contrário, a gente tem que explicitar cada vez mais as demandas e as necessidades que justifiquem o nosso percurso de luta. Bom, isso tudo que eu coloquei para vocês é a parte um do documento. Como eu disse, no âmbito do GT foram explicitadas algumas discussões como relevantes e como importantes. A gente também elaborou as orientações técnicas para a construção do Plano Político Pedagógico, do regimento interno e do PIA. Então, a segunda parte são orientações técnicas metodológicas para que estes técnicos tenham realmente aonde recorrer, em uma linguagem muito direta, muito coloquial, trabalhando muito os princípios do estatuto, da assistência, do SINASE, mostrando a eles lá passo a passo como é que se faz, como é que se institui como comissão... Pode passar. Quem convidar... Depois a gente detalha o que é relevante discutir no regimento interno do meio aberto. O meio fechado... Esse é um instrumento complexo, delicado, porque ele inclusive tem que prever sanções, concessões... Quem não é o caso do meio aberto. O adolescente está na sua comunidade, em tese, está na sua família. A gente fez também uma orientação muito clara do que é relevante. E aí, a gente põe com muita clareza nas regras que o relacionamento com o adolescente tem que ser um relacionamento horizontal. Se o

adolescente tem responsabilidade, o técnico também tem, não é? Por quê? Porque esse regimento é discutido com o adolescente. Estabelecer esse vínculo e estabelecer essa relação é muito difícil, então ela precisa estar muito bem transparente nesse instrumento para que o adolescente comece a criar a convicção de que ele está em um lugar em que ele realmente vai receber apoio, e não punição, ou sanção, ou censura. Isso, de jeito nenhum, é papel de uma política de proteção social. O PIA, da mesma forma, apesar de estar muito bem trabalhado no caderno de orientações do MDS, a gente reforça na política quais são os aspectos realmente relevantes para serem tratados. Pode passar. Pronto. APLAUSOS. Eu imagino que possam surgir dúvidas, né? Eu fico a disposição naquilo em que eu puder esclarecer. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Eu pediria só para que vocês aguardassem um pouquinho as questões que vocês vão colocar. Só para a gente fechar o relato da comissão, tá? A Lúcia já trouxe tudo o que foi repassado, então a gente abriu mão de fazer a leitura disso aqui. Mas a gente já iria direto para os encaminhamentos. No mesmo dia, as comissões: CEDCA e CEAS já discutiram uma minuta de resolução também para que a gente já acelere o processo e consiga que a gente encaminhe de forma organizada, entre os dois Conselhos, a condução da discussão. A gente já discutiu também, no mesmo dia da reunião, a minuta de resolução da forma que a gente entenderia que atendesse aos dois Conselhos. Então é mais um relato que a gente tem para trazer. E a outra é que, a comissão de política do CEAS, a comissão de monitoramento socioeducativo e a comissão de política do CEDCA... Isso é um relato inclusive conjunto, né? Foram favoráveis e recomendam ao CEAS e ao CEDCA pela aprovação da política, que agora é apresentada, e que seja aprovada nesta plenária do CEAS e na próxima plenária do CEDCA, que vai acontecer na próxima semana, no dia 21/09. Como a gente estava com as plenárias próximas, a nossa proposta é que esta plenária delegue que a comissão de política do CEAS represente o CEAS na reunião conjunta com o CEDCA, no dia 21, na próxima semana. E aí, a gente cumpriria esse rito de fazer uma deliberação conjunta, né? É esse o encaminhamento e a proposta que a gente tem. E aí, depois... Eu não sei se a gente já lê a minuta, ou se a gente faz uma pausa, esclarece um pouco as questões com relação à política, ou se a gente já pode ir direto para leitura de minuta da resolução que a gente construiu. O esforço da construção conjunta que a gente fez foi de que a gente contemple tanto a legislação do SUAS, quanto a legislação dos direitos da criança e do adolescente. E, por isso, a gente tem longos considerandos dizendo que a política está alinhada a tudo isso e as normas inclusive do Estado. A minuta de resolução conjunta é muito simples, o que ela traz exatamente para a gente evitar muitas mudanças de redação é uma proposta de que seja uma aprovação conjunta, e que a política fique como anexo da resolução conjunta. A proposta é essa. Depois a gente pode fazer a leitura. Eu só consulto a mesa o que a gente ganharia de agilidade: a gente pararia agora? Ou vamos direto para a minuta? **GEISIANE:** Marta, como a gente já tem algumas inscrições, eu sugiro que a gente abra primeiro para os esclarecimentos de dúvidas, depois a gente procede com a leitura da minuta. Ok? Você concorda? Nós já temos aqui três inscrições: Rodrigo, Sandra e depois o William. **RODRIGO DOS SANTOS:** Primeiro eu queria falar... Em Simone e Lúcia... Coragem viu? Nesse tempo todo de militância... Assim, com essa dificuldade que a gente está vivendo no país é muito confortante, é muito emocionante para a gente que milita, que todo dia vai, que vê os nossos meninos sendo excluídos, alvo de preconceito... Uma sociedade de uma democracia burguesa sabe? Que prefeito fala que o menino é sementinha do diabo, do capeta... Essas coisas que a gente escuta, não é? É muito bom escutar o que foi dito aqui. Muito, muito, muito confortante para a gente! Eu queria fazer uma observação, eu senti falta do FECTIPA. Nessa sociedade nossa que exclui, nós temos ainda dentro do nosso fórum essa democracia burguesa, que quer vender o menino para o mercado, né? E aí, vocês vêm com uma lógica de proteção, de entendimento do direito de um olhar preventivo... Então, assim, é um recado muito importante nesse momento tão ruim que a gente está vivendo no país. Parabéns a todos! Que continuem assim! Inclusive com esse apoio do CEDCA. Era isso o que eu queria

---

falar, muito obrigado. **GEISIANE:** Sandra. **SANDRA:** Bom dia, gente. Eu quero falar como conselheira do CEAS. Eu participei do grupo, de todo esse trabalho. Ao longo das plenárias eu falava um pouquinho, dava alguns informes mais gerais, né? Mas eu queria agradecer a oportunidade. Como que foi rica essa discussão! Eu falei no dia da comissão para o Conselho Estadual. A gente falava o tempo todo de ressignificar esse adolescente. Todo esse trabalho nos proporcionou ressignificar o nosso olhar para esse adolescente. Pela primeira vez eu vi um grupo com uma discussão nesse nível, que envolveu a tão decantada intersectorialidade que a gente fala. Está no papel, mas na prática a gente tem dificuldade ainda. E lá a gente estava um dia com a cultura, outro dia com o esporte, saúde, educação, trabalho... Muitas das vezes as discussões se acirraram com o Dr. Márcio Rogério, com a saúde... Teve momentos bem quentes por questão da drogadição... Mas a forma que a gente vê o concreto neste documento, ela foi muito importante, ela foi muito rica. Assim, no sentido de a gente ressignificar o nosso olhar para esse adolescente. A cada reunião que tinha eu olhava para o Dr. Márcio Rogério e pensava: um dia esse promotor esteve lá no acolhimento institucional. Deu uma confusão danada! Por que esse promotor das medidas está lá no acolhimento institucional? Ele foi lá ver onde que estavam os adolescentes prestando medidas, para saber a qualidade. Teve muitos elogios, mas também teve muitos apontamentos para a gente melhorar enquanto Casa Dom Bosco Centro de Passagem. Teve uma cena que marcou muito! Da Lúcia! Que era desse trabalho no município e que foi lá, lado a lado com os adolescentes, levar esse menino para lá. Eu estou dizendo de detalhes que são fundamentais, gente! Mostra qual que é a intencionalidade, como é que é esse trabalho... Você olha para esse adolescente? Você toca? Você escuta? Você larga tudo o que está fazendo para escutar as demandas dele? Porque antes dele violar, ele já foi violado muito! Quando você pegar o Art. 3º e fala que a gente tem que promover o desenvolvimento para a criança e lá está trazendo: bio, psíco, moral, espiritual e social, a gente está dando o recado para a saúde, para a educação, para o esporte, para tudo quanto é política para pode atender esse menino garantindo essa proteção integral para ele. Foi muito rico esse momento. O momento lá da validação... Que foi quando a gente tem o secretário Helvécio, a secretária Rosilene, a Simone como presidente do Conselho... Você vê a importância que foi dada, o lugar que foi colocado para esse trabalho, sabe? Eu partilhei o tempo todo no CONANDA, no Fórum Nacional porque estou lá todo mês... Esse mês inclusive... Foi antes de ontem, eu não fui. Foi um momento importantíssimo da redução da maioria penal. O tal deputado estava lá no CONANDA, mas eu priorizei a comissão de política por ter participado deste grupo. Eu priorizei estar aqui, nessa plenária. Eu não fui. Toda a plenária eu falo desse trabalho que a gente estava executando aqui, em Belo Horizonte. Falar dessa construção rica... E que a cada momento, passo a passo, é um “para casa”. Mandar um texto, mandar sugestão, mandar reflexão para grupo que estava sistematizando para poder enriquecer essa proposta pedagógica. Mas quando eu falo da Lúcia aqui, e quando eu falo do Dr. Márcio Rogério, é porque saíram do lugar onde estavam como gestores. A Lúcia de mãos dadas com um menino foi lá no acolhimento para saber aonde que esse menino iria ser acolhido! O Dr. Márcio Rogério foi lá conhecer! Então, para mim, tudo fez muito sentido, no plano pessoal, no plano profissional e muito mais para aquilo que a gente acredita e qual olhar que a gente está tendo para esse adolescente que estar, às vezes, envolvido em ato infracional, mas que é um menino violado, que houve falhas lá atrás no processo dele, né? Então eu quero agradecer. Eu quero deixar aqui como que foi rico! A importância que foi! Com certeza agora vamos pensar no orçamento e como que isso vai ser executado, mas só de a gente perceber como que isso foi construído, a gente vê que está buscando pelo menos apontar para todas as pastas... A educação tomar para si a responsabilidade dela, a saúde... E nesse movimento sistêmico de interação realmente propiciar esse atendimento integral para o adolescente. É o nosso futuro! São as nossas crianças, são os nossos adolescentes que estão aí! A gente tem que vencer os preconceitos, aquelas atitudes de fazer o atendimento e pronto e acabou... Não! É a vida do menino! Que adulto nós vamos ter?



---

Que adulto a gente vai ter daqui para frente se a gente não tomar isso? Eu vejo que essa proposta pedagógica vai ser muito rica! Agradeço muito a oportunidade Simone, e este Conselho, de ter me escolhido e me designado para poder participar deste GT que foi muito rico. Eu pude contribuir com a minha experiência, mas foi um aprendizado muito grande. Agradeço. Fica aí registrado como é que foi uma “discussão gabaritada”, lembrando aqui um termo da minha mãe. Muito rica! Muito qualificada! Eu acredito que a gente vai dar um salto agora para as medidas socioeducativas em meio aberto que, no meu entendimento, é uma das mais desafiantes. Como o menino já está lá internação, infelizmente ela já está lá dentro, com as propostas... Mas quando você está com o menino “livre”, com o direito de ir e vim, você tem que traduzir para uma linguagem para ele de uma liberdade responsável. Você tem que buscar! O menino que está indo e vindo é o maior desafio. Ele está na esquina com os traficantes, ele está sendo assediado e seduzido por tudo isso aí! Como que você tem que ter uma proposta pedagógica que envolva todos esses componentes técnicos e tudo? Mas, principalmente, qual é o olhar que você tem para ele? Como que você o recebe? Como que você o atende para que realmente ele estabeleça um vínculo com você de confiança? Não consegue construir nenhuma proposta educativa se você não estabelecer vínculos. Você tem que olhar para ele. Você tem que tocar nele. Você tem que realmente se interessar pela vida dele. Eu acho que isso já começou a ser feito a partir da proposta dessa execução tão qualificada que eu fiz parte. E fora eu resgatar as minhas cenas com a Lúcia e o Dr. Márcio Rogério lá na SEDESE... Foi muito interessante! Eu estava lembrando os momentos passados... Muito obrigada. **GEISIANE:** Obrigada, Sandra. William. **WILLIAM SANTOS:** Bom dia a todos (as). Gente, eu estou admirado! Eu estou entusiasmado com esse trabalho! Parabéns para toda a equipe! Para todo o GT! Para todas as pessoas envolvidas nesse trabalho! Eu nem sabia que existia esse trabalho, eu estou sabendo agora! É um momento impar, não é gente? Dois aspectos que eu percebi que são tão relevantes... Eu acho que tudo foi relevante! Mas a gente precisa destacar essa intersectorialidade. É difícil, gente! É difícil trabalhar esse assunto em qualquer local! Seja municipal, seja âmbito estadual ou federal. Fica aí esse meu elogio. Eu acho que foi um trabalho muito bom apresentado aqui. Eu queria só retomar e completar o que a Sandra disse, eu acho que ela já completou bastante... Ela já falou bastante, né? E me colocar um pouco no lugar de um trabalhador que trabalha no CRAS, na proteção básica, e também de um educador social de PSC. É interessante perceber como que essas diretrizes elas estão apontando aquilo que a gente vivencia lá na ponta, sabe? As dificuldades que a gente tem né? A dificuldade que o nosso colega lá do PSC tem... Porque não é fácil o colega chegar e falar para você: “William! Pelo amor de Deus! Acolhe esse adolescente para mim! Eu não estou achando uma instituição para que o acolha!” E muitas das vezes quando a instituição acolhe, o “pobre” do adolescente fica lá, jogado. Talvez nem seja por querer, né? As pessoas que trabalham na instituição não vão querer deixar os adolescentes jogados. Não existe um incentivo. Não existe uma capacitação. E aí, voltando nesse assunto da capacitação, para mim, foi outro marco para este trabalho. Que essa capacitação envolva também aqueles que tomam decisão e aqueles que planejam! São os gestores municipais, são as entidades porque elas têm uma responsabilidade sobre isso, né? Porque quando aquela entidade consegue acolher um adolescente, é porque teve um diálogo muito intenso, intenso mesmo! É difícil, gente! Não é fácil, não! Você precisa destinar hora do seu trabalho, enquanto educador, para aquele adolescente, para dar atenção para ele e dizer: “o que você vai fazer?” Mas não é só isso! Ele precisa também de conversar com a equipe e falar: “gente! Agora que eu estou ausente, o que vocês podem fazer por esse adolescente para mim? Como que nós vamos direcionar esse adolescente para ele não ficar sentado aqui, na portaria, conversando com o porteiro?” É muito significativa essa diretriz porque ela começa pulverizar nas bases. Começa a pulverizar, sabe? E aí, quando eu falo da prevenção, quanta das vezes chega aquela mãe para a gente atender lá no CRAS pedindo para que arranje um serviço para o menino, né? Quando você começa a conversar com aquela criança, com aquela mãe,

---

you perceive that there is a serious relationship problem there where one or two conversations already resolve! Because that mother is desperate! She is not counting because she is alone, and single mother: works... There are all her stumbling blocks there! Then she is not counting! And here, soon she comes from outside and says: "wow! But what about the mother who is overwhelmed!" This is the name that she puts, right? "For the love of God! This child is being neglected! It is being neglected!" Then the people have to evaluate this! We need to take this debate to the top to know what the people do with these children. And here, when the people talk about sports and culture: they are the ones who are competing with traffic! They manage to take our children out of this environment! They manage! Because it attracts! A little school of football is a very important thing in the heart of a community! It is very important! And the people are not supporting. You see the budget for sports here in Belo Horizonte, the willingness to cry! Cry! Then it is this, I thank. **GEISIANE:** Obrigada, William. Simone. In the next, Cris. **SIMONE:** I think that there are some things in this process... He has almost a year of work for us to reach this result, right? And we are following the risk calendar that we committed in the work group that is coordinated by the Secretary of Planning. The secretary Helvécio who coordinates. There is the MP, there is the judiciary and there are all those people and representations there. But there are some things that I think I need to mark here. This document brings a concept of security that is very important! I think that he brings a new form, or a new understanding, or thesis, let's say it like this. In SINASE we need to integrate social security with public security. This is very important as clarity, because many times the SUAS is activated to replace the role of public security, our teams are called to fiscalize, whether in the service of intervention, whether in the home of the family, whether to culpabilize the family or the adolescent, right? But it is important for the people to have the understanding that security is a social security. We are mainly in the field of adolescents, in conflict with the law to guarantee for them the security of reception, the security of coexistence, the security of autonomy, and in our case autonomy is not autonomy of work, it is an autonomy of the relational field, it is this that we know. Then I think that here there is an important understanding for the protection of our adolescents, but very important to give concreteness to the SINASE. I think that this was the great understanding that we achieved in this process of debate. We are also building here a model of shared services. I think that the people have already accumulated quite a bit in shared management. Now, we are trying to advance in the shared service with the municipalities. The government of the State offers service shared with the municipalities, right? Shared services and intersectorial. In the case of the protection of the adolescent it is very important. And as a management strategy: the monitoring of the responsibility. The problem is of whom? Is it of the school? No. The problem is of social assistance? Then this monitoring of the responsibility is very important for the people to have clarity of what is the failure of the policy. If you want to responsabilize the family, you have to know if the State is complying with its responsibility, right? I think that this is very important, it is pointed out in the policy and I hope that the people can implement, in fact. Another question is in the permanent education, bringing the restorative practice as a practice for the SUAS. This is also very important, right? Our teams have to be trained in the restorative practice of discussion, of dialogue, to take into account the daily conflict that is very heavy! Who works knows the solidity of the teams in this process, right? Another thing that I wanted to call attention to here is that the instruments are there not as instruments, but as rights of the users. Having the PIA, having the PPP, is a right to have a planning for the future for these children. It is what we need to inscribe in the Child Council. The people inscribe in the Child Council that we are offering for him the right to have, which is the right to have a present and a future. I think that this is very important. The whole world has to understand that all people have the right to have a present and a future. And as I said here to

---

conselheira Sandra: nós temos que deixar claro para esse jovem que o Estado tem interesse pela vida dele, e que a vida dele tem importância grande para o SUAS. Então eu queria deixar registrado esse caminho que nós percorremos. A gente não conseguiria fazer isso se não fosse o grande apoio do MP de Minas Gerais. Eu quero agradecê-los, deixar isso registrado aqui, nas pessoas dos promotores: Dra. Paola e Dr. Márcio, e da Liziane. O Dr. Márcio não comprou esse negócio aqui, não. Ele já levou para o Conselho Nacional do MP. Ele conseguiu convencer o Conselho Nacional do MP desse modelo. Ele já foi ao FONSEAS! Ele foi! Ele pediu a pauta! Ele e a secretária Rosilene. O FONSEAS já levou esse modelo para a CIT também, então está tendo um debate na CIT também. Foi um acordo que a gente fez com o MP em 2015, então tem confiança também das relações institucionais para que eles não fizessem mais termo de ajuste de conduta para os municípios de pequeno porte, porque a responsabilidade da oferta é do governo do Estado. Então nós também trouxemos a responsabilidade para nós, né? Os municípios ficam muito sozinhos no debate com o MP. Eu quero agradecer muito ao COGEMAS, que também se não apostar nesse modelo, se não confiar, a gente também não consegue implementar. Eu também quero agradecer a minha equipe, ao superintendente Régis, a diretora Nathalia e a diretora Lúcia. Eu quero agradecê-los muito pela dedicação, pelo compromisso. Mas eu não posso deixar de agradecer também ao Conselho Estadual de Assistência Social. O Conselho é co-gestor desta política. O debate aqui, neste Conselho, é um debate fraterno, é um debate verdadeiro, é um debate de confiança, né? Também nos dá muita tranquilidade para a gente coordenar este processo. Então eu quero mesmo é agradecer! É muito bom ver a assistência social com cheiro, com gosto e com tato de política pública. Eu, particularmente, também fico muito feliz de estar vivenciando esse momento aqui com vocês. **CRISTIANE:** Bom dia. Eu já venho de uma trajetória da política da criança e do adolescente especificamente, foi o primeiro Conselho o qual eu participei. Foi em Belo Horizonte. A nossa secretária inclusive que acompanhava a comissão que eu participei era a Débora. Então, eu me sinto até em casa aqui com o tema! Com relação a toda apresentação, eu quero parabenizar a equipe. Eu quero pontuar algumas questões que eu tenho interesse mesmo de saber como que foram pensadas. De repente, eu me desapercebi mesmo na explanação de como é que isso foi pensado. Uma das questões é que, considerando que no Brasil a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, eu entendo que toda e qualquer política relacionada com a juventude e com o jovem, eu acho que a gente tem que pensar um recorte de raça. Eu gostaria muito de ouvir se isso já está sendo debatido dentro do grupo, como que tem sido pensado esse recorte para aproximar. Os debates estão sendo feitos em diversas áreas, né? A igualdade racial faz esse debate, os Conselhos atualmente estão fazendo esse debate de como que está sendo debatido isso dentro de um serviço como esse. Eu não sei em dados, mas, provavelmente, a grande maioria deve ser jovens negros. A outra questão é que nas nossas falas, até por força de hábito, nós vamos falando “esses meninos”, mas tem as meninas, né? Nós precisamos pensar um recorte também por gênero. Tem um documentário que fala a respeito das meninas que estão inseridas no meio de proteção. Eu não lembro mais o nome do documentário. Mas muitas delas diziam que entravam mesmo por causa dos seus respectivos parceiros, às vezes elas entravam inseridas no tráfico ou em outras questões mesmo, mas tudo relacionado com os seus parceiros. Eu acho que é uma discussão que nós temos que fazer. Outro recorte que eu acho que nós temos que fazer é com relação... E aí, voltando na questão do gênero, nós temos a questão da gravidez que foi abordada aqui, mas que é já do planejamento familiar desse adolescente dentro desse serviço. A gente precisa pensar nisso também. Outro recorte que é importante a gente fazer... Belo Horizonte está tendo que se haver com isso e nós temos que debater... Está aí a primeira cada de acolhimento de transgênero que está sendo debatida em Belo Horizonte. Eu acho que também é uma questão que a gente precisa pensar e debater. Eu acho que esses recortes são fundamentais e importantes na construção de qualquer política para que lá na frente a gente não tenha conflitos com o público. A outra coisa que sempre me vem é a questão da participação. No Conselho da

---

Criança, eu não sei se a Débora se lembra disso, era uma questão que eu sempre coloquei: como trazer o adolescente e a criança para a construção dessa política para debater e pensar como um jovem, como uma criança, como um adolescente. No meu contato com a prestação de serviço comunitário com os adolescentes nós tivemos muitos resultados positivos! Eu acho que são muitos os adolescentes que podem ser trazidos para a construção. Ali no grupo eu vejo que tem uma diversidade, né? O Rodrigo lembrou muito bem que sentiu falta do FECTIPA. Eu também sinto falta do FECTIPA, até porque nós temos adolescentes dentro do FECTIPA que poderiam contribuir. São adolescentes muito politizados com a política. Eu acho que é importante a gente pensar... Eu não vejo nenhuma política da assistência social sendo construída sem essa participação do usuário. Eu acho que nós temos condição de trazer e pensarmos na metodologia. Quando eu vejo ali a oficina de imagem... Eu acho que é um importante caminho. Sempre foi desafiador para nós pensarmos dentro do Conselho da Criança as campanhas de serviços propostos, qualquer campanha. Sempre foi desafiador! Eu vi recentemente uma campanha, eu não sei se vocês tiveram conhecimento, mas foi uma campanha feita por artistas em Belo Horizonte. Esses artistas são ídolos inclusive da juventude! Que era “deixa o erê viver!” Falava do genocídio do jovem negro e era direcionado mesmo para os adolescentes e toda a sociedade. Eu fico sempre pensando como que essa linguagem de conversa, de diálogo, de campanha dentro de um serviço como esse dá uma sustentação na prevenção, sabe Lúcia? É isso. Eu queria ouvir um pouco o que o GT pensou sobre isso, se pensou, se debruçou e o que pensa a respeito dessas coisas. **GEISIANE:** Arlete. **ARLETE:** Bom dia! Eu fiquei muito contente com a apresentação principalmente quando falou acerca da justiça restaurativa. Na apresentação vai aparecendo o que o Estado tem pensado, o que tem feito e o que se propõe. E aí, eu trago um pouco o que os movimentos sociais têm feito. Com relação à justiça restaurativa, em 2008, nós tivemos um encontro no México onde nós tiramos duas linhas de ação que são: justiça restaurativa e a segurança alimentar. Trabalhando com esses dois temas o que a gente pode perceber? Quando a gente vai para a economia solidária, há uma necessidade muito grande de qualificar a produção para comercializar. Então, a gente refez essa discussão: vamos qualificar essa produção para a nossa alimentação. Da mesma forma que a gente tem que pensar para o comércio, nós temos que pensar também para nós por conta da saúde... Por conta da vida da comunidade. E com relação à justiça restaurativa, a gente tem feito um trabalho voltado... Vamos pensar na justiça restaurativa na perspectiva comunitária principalmente com os adolescentes e jovens. A gente tem usado algumas dinâmicas indígenas e africanas onde esses adolescentes e jovens são colocados no centro e cada um vai falando das coisas boas que eles representam, que faz e que fizeram. Ninguém aponta aquele fato que é negativo. Apresenta sempre o que é positivo. Traz o fato negativo como uma responsabilidade também da comunidade, restaurando a vida da criança, do adolescente, da mulher, de quem quer que seja. Mas que essa comunidade acolha o sujeito, acolha a pessoa e ajude se cuidar para evitar outras atitudes negativas. Ainda sim, a fragilidade que os movimentos sociais passam, e isso não é novidade, agora mais do que isso, é o Brasil todo. A gente vê muito adolescentes e jovens se matando. É incrível porque eles estão se matando! Tem pouco envolvimento do adulto diretamente, porque ele faz essa “engenharia” num lugar invisível. O conflito é entre o jovem e o adolescente para garantir o trabalho, mas é um trabalho que não produz uma cultura positiva, que é o comércio da droga. Na minha cidade morre muito adolescente! Morre muito jovem! Há dez dias nós perdemos um adolescente, tem outro em comam, tem três foragidos... E a gente vai vivendo. Aí quando você vai ver é um ex-aluno que morreu, é um ex-aluno que matou, é um ex-aluno que está preso... É tudo gente da comunidade. Trazendo isso na perspectiva das mulheres e meninas, a cada 17 minutos uma mulher é assassinada em Minas Gerais. Isso é altíssimo! Eu nem sei dizer qual é o nível de violência que a gente está vivendo dessa forma, né? E são essas mulheres também que vêm seus filhos matarem ou morrer, ou trabalhar para o tráfico, e elas enlouquecem. A mãe desse adolescente que morreu ela está andando na rua. Ela é

só mais uma! As mulheres vão enlouquecendo e a comunidade vai ficando fragilizada. Então a gente vive esse tal de sofrimento afetado direta ou indiretamente tentando levar essas propostas interessantes que saem daqui enquanto Estado articulando também na comunidade, porque dependendo do município... E aí, eu falo da nossa região que é o coronelismo desacerbado... A gente acaba indo contra todo um modelo que está instalado, que é de não pensar nesse adolescente como uma proposta de coisa boa para a cidade, para o Brasil e para o mundo. E... Ai! Deixa-me ver o que mais eu anotei aqui... Ah, tá! Nós últimos quatro anos nós temos trabalhado com um grupo de adolescente e jovem, a gente elencou junto com eles o que a gente iria trabalhar. Então saiu: ECA e a educação trabalhando durante um ano; Trabalhamos um ano a questão da AIDS e sífilis. É incrível o aumento da sífilis entre a juventude e entre as pessoas; Outro tema foi a questão cultural, discutindo muito que essa cultura de massa tem trazido para as nossas vidas. A foca muito a questão da cultura de raiz; E o SSW, que é um programa da ONU que acolhe meninas. Cada ano, nós, enquanto movimento GRAAL, temos cadeira consultiva na ONU, então a gente leva um adolescente do Brasil. Nós últimos três anos nós levamos uma de Araçuaí, levamos uma de Buritizeiro e uma de Angra dos Reis. Essas meninas passam a fazer parte de um grupo de mulheres representantes de seus países onde elas discutem a inserção das meninas e mulheres jovens nos espaços de poder. Isso é muito interessante porque as meninas voltam outras. Durante esse período, durante esse mês que elas ficam lá em Nova York, elas ficam em um ambiente que é todo monitorado por adultos, mas o planejamento é delas. Elas ficam juntas lá! Moram, cozinham, se organizam, participam das atividades, vão dialogar, vão discursar... Vão viver esse momento dentro da ONU. E isso tem ajudado muito essas meninas porque elas voltam com uma referência para as suas comunidades. Elas voltam também com outra proposta na questão do estudo. Temos a dificuldade também da comunidade entender, por exemplo... E são sempre as mães que fazem esse diálogo: “mas o meu filho vai para essa reunião? Estar lá aquele menino que fez isso, isso, isso e isso...” “Tá! Mas esse menino fez isso, isso e isso lá na sua comunidade! Como é que você não viu?” Então vamos tentar trabalhar com esses meninos, são adolescentes, são crianças! Eu estou trazendo aqui esse depoimento parabenizando pelo trabalho porque a gente vê que a gente está inserido nisso, cada um com sua responsabilidade, cada um com o seu jeito de fazer, mas todo mundo com o mesmo foco. Eu agradeço. **GEISIANE:** Nós que agradecemos. **APLAUSOS. VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** A Arlete... **CRISTIANE:** Desculpa! É só sobre o documentário. O nome chama “se eu não tivesse um amor.” **VOZ AO FUNDO. CRISTIANE:** É. Das mulheres que... **VOZ AO FUNDO. CRISTIANE:** Preparem as lágrimas! Preparem as lágrimas! **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Nós tivemos participações riquíssimas! Muitas contribuições! A Lúcia e a Marta, junto com Sandra, estão muito orgulhosas com tanto contribuição e com tanta riqueza. A Arlete, como sempre, fazendo um ótimo fechamento! **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** É! Mas ela tem feitos muitos fechamentos! **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** É! Abriu! Mas é isso. Eu vou passar para a Lúcia. A Marta também tem a minuta para fazer a leitura. Quero dizer que a gente tem muito orgulho! Ficamos nos sentindo muito contemplado em ver essa construção, essa política. Eu inclusive já trabalhei com medidas socioeducativas, sei a dificuldade que é ser responsabilizado por um processo de inclusão sozinho, né? “É ficar com o pires na mão.” É chegar à educação e ouvir: na minha escola esse menino não pisa! Na minha escola esse adolescente não entra. Ver essa proposta de capacitação, essa construção coletiva... Aí sim dá para se pensar em ressignificação, né? Ressignificar com o caráter de responsabilização, com o caráter de novos rumos e não o caráter da punição. Então muito me alegra. Lúcia fique a vontade. **LÚCIA:** Eu começo agradecendo as contribuições, todas têm extrema relevância. Quando o William fala dessa necessidade de capacitar, a gente tem trabalhado isso, sabe William? Independente se a gente está fazendo a escrita da política, o Estado já vem respondendo pela sua responsabilidade de orientação e de apoio aos municípios. A gente tem feito apoio técnico aos municípios dentro das nossas possibilidades, obviamente, de uma diretoria nova e recente, mas tem

---

sido muito importante. Isso o que você coloca no contato com os municípios pequenos, realmente, talvez, em algum momento, a gente vai ter que escrever mais detalhadamente como capacitar os orientadores socioeducativos. A gente trata disso, está escrito na política, isso está dado, está posto. Está apontada a importância, mas talvez, em médio prazo a gente tenha realmente que ajudar um pouco mais os municípios nisso. Eu acho que essa fala da Arlete... Aí eu vou misturar um pouco as contribuições... Arlete, quando o William fala da dificuldade dos orientadores socioeducativos, nós estamos falando do preconceito. É disso que se trata, não é de outra coisa. Quando você chega a uma instituição e ela não quer receber um adolescente, eu não posso brigar com a pessoa e dizer para ela que ela está sendo preconceituosa, mas é isso o que está acontecendo. Como que essas experiências, esses acúmulos que a gente vê nascendo em várias comunidades ligadas ao movimento social ou a outros movimentos, tem alguns lugares que isso está presente. Em alguns municípios esse movimento e essas concepções estão presentes, mas em outros, não. A minha tristeza é que na maioria não. Eu acho que essas experiências que você quando a gente tiver pensando no processo do Capacita SUAS talvez ele vá ter uma cara muito diferente que teve até hoje, né? E as pessoas que estejam lá para falar e dialogar sejam diversas das que até hoje a gente elegeu. Cris, eu estou dizendo isso porque enquanto tem uma equipe da SEDESE envolvida com a discussão dessa política, tem outra equipe muito grande que está discutindo a morte dos jovens por meio do Programa Juventudes. É uma busca exatamente de dialogar com esses jovens por meio de atividades concretas. Ontem eu participava de uma reunião representando a política de proteção social especial porque as medidas são públicas e prioritárias. Os meninos são públicos e prioritários dentro da juventude porque são os que morrem né? São os que estão em maior risco e que são os efetivamente morrem. Então a gente aprendeu muito. Do mesmo jeito que a Simone está dizendo que nesse um ano que a gente está trabalhando, nesta metodologia nós já temos algumas figuras que são das comunidades: os mobilizadores, os consultores de empreendedorismo... Que trouxeram contribuições não só na formulação, mas no processo agora de avaliação da primeira experiência que nos ensinam muitas coisas. Uma coisa que a gente sabe, mas que eles verbalizaram, é que os meninos não confiam mais, que eles não têm mais esperança. Quando eles olham para a gente, nós não significamos esperança para eles. Então nós vamos ter que não só desconstruir, como construir coisas novas. A sua questão específica de raça e gênero ela está posta. Eu te falo que, na medida, nós temos que começar desse indivíduo, desse sujeito. É quase resgatar que aquele que está na frente do técnico é um sujeito. E aí, eu uso uma imagem... Eu não sei se vocês prestaram atenção, foi de propósito, ninguém reclamou e eu passei reto. Mas aquele slide do ato eu não comento, em lugar nenhum. Está lá o dado! Por quê? Porque o técnico da assistência ele tem que receber o sujeito. Quem entra para o atendimento é o indivíduo, não é o ato, senão não vai dar certo. Eu acho que o ato ele já foi tratado pela polícia militar, pela civil, pelo MP e pelo juiz. Pronto! Eu agora vou receber o sujeito. Em algum momento é claro que ele vai falar do ato, do por que do ato... Mas o problema é a postura de quem acolhe. Quem que eu estou acolhendo? Eu estou acolhendo a infração? Ou eu estou acolhendo o sujeito? Eu tenho que ser capaz de acolher o sujeito. Vencida esta etapa, as demais ficam mais fáceis. A questão de gênero que você traz, realmente, o percentual de meninas é pequeno, graças a Deus, né? Mas a questão de gênero ela tem muito desafio para a internação e a semi-liberdade. Eu sei que a equipe aqui da unidade de privação de liberdade tem discutido isso. O São Jerônimo tem tratado dessa questão das meninas, né? Agora eu não sei te dizer... Infelizmente eu não ouvi com relação aos meninos. Mas é uma questão, que não muito significativa, mas que não é ausente. Ela não é muito significativa. Até por causa da natureza dos relacionamentos dos grupos essa questão fica mais de lado. Arlete, quando você fala da justiça restaurativa destas práticas, elas são ferramentas para a gente ajudar o técnico a lidar com essa questão do sujeito, e criar junto com ele uma nova esperança de vida. É muito comum você ouvir dos meninos no começo do atendimento que morrer com nove, ou morrer com treze, ou morrer com

---

quinze, tanto faz! Isso é uma desesperança absurda! Eu acho inclusive que aponta para isso o que você está dizendo. A gente diz que o menino não é preso, que ele se faz prender em um determinado momento, como se ele estivesse buscando um limite, uma salvação, um socorro, uma ajuda. E quando a gente olha o ato do menino com esse olhar de que ele está dizendo “eu estou aqui, cuida de mim, presta atenção em mim” é um bom caminho para a gente entrar nessa baixíssima auto-estima nesse sentimento de quase desistir. Ontem a gente dizia que junto com essa não confiança dos adolescentes em nós... Nós o que eu estou dizendo é instituições, Estado, né? Temos outra disposição que é reconhecer que quando você lida... Todos os usuários da assistência eles são estigmatizados, eles são expulsos dos lugares, eles não são acolhidos... Mas o adolescente autor de ato infracional, esse usuário ele demanda do nosso técnico um fazer que é junto. Aí quando você traz a roda da cultura indígena, ou da cultura africana, em que esse sujeito é colocado no centro e é simbolicamente construído com ele que ele não está sozinho, ele esteve. É aquilo o que você falou: “você viu isso na sua comunidade? Você não viu esse menino entrar nessa trajetória? O que você fez?” São contribuições importantíssimas que você traz para a gente aprofundar do ponto de vista metodológico. E mais do que isso, como é que a gente vai transmitir isso para o técnico que está lá longe, sabe? Que nunca viu isso, que nunca vivenciou e que não conhece. Por isso que eu estou dizendo que a cara do Capacita SUAS vai de surgir, ele vai ser inovador. Talvez sejam vocês que devam estar lá para demonstrar como que isso funciona e como é que isso humaniza, como é que isso recupera a humanidade daquele que teve a sua humanidade roubada. **GEISIANE:** Obrigada, Lúcia. Marta, por favor. A Marta vai ler... O encaminhamento ela já deu. Agora tem que fazer a leitura da proposta de resolução. **MARTA SILVA:** Todo mundo recebeu aí a minuta. A gente vai fazer uma leitura conjunta. Minuta de resolução conjunta CEAS/CEDCA. Aprova a política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Estado de Minas Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 12.262 de 23 de julho de 96, pela LOAS, pela NOBSUAS e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 10.501 de outubro de 91 que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências e, considerando a lei 8.069 – ECA; Considerando a lei 8.742 – LOAS; Considerando a lei 10.098 que estabelece normas gerais e critérios para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; Considerando a lei 12.594 de janeiro de 2002 que institui o sistema nacional socioeducativo – SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas para as crianças e adolescentes que praticam ato infracional, e altera a lei 8.069 de 13 de julho de 90 – ECA, e dá outras providências; Considerando a lei 2.257 de 27 de julho de 2016 que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do poder executivo do Estado, e dá outras providências; Considerando a política nacional de assistência social – PNAS aprovada pela resolução 145 de 2004 do CNAS que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do SUAS; Considerando a resolução 119 de 2006 do CONANDA que dispõe sobre os sistema nacional de atendimento socioeducativo – SINASE, e dá outras providências; Considerando a NOBRH do SUAS aprovada pela resolução 269 de 2006 do CNAS; Considerando a resolução do CNAS nº 109 de 2009 que aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais; Considerando a NOBSUAS aprovada pela resolução do CEAS de 2012 que organiza o modelo de proteção social normatizante na operacionalização aos princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução de serviços, programas, projetos e benefícios; Considerando a resolução do CNAS nº 01/2013 que dispõe sobre o reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no âmbito do SUAS; Considerando a resolução do CEAS nº 524/2015 que dispõe sobre o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; Considerando o

decreto 420 de 2016 que instituiu o Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e propostas de reestruturação do sistema socioeducativo do Estado. Resolve: Art. 1º Aprovar a política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Estado de Minas Gerais anexo a esta resolução. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte. Simone, presidente do CEAS. Célia Carvalho, presidente do CEDCA. **GEISIANE:** Em regime de votação. Sr. George. **LUIZ GEORGE:** Marta! A redação está meio confusa aqui no início, não? **MARTA SILVA:** Qual ponto Sr. Luiz? **LUIZ GEORGE:** No preâmbulo mesmo. “O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual...” Aí cria o Conselho da Criança e do Adolescente... Tem uma coisa meio confusa não tem, não? **MARTA SILVA:** Não. A gente está dizendo Sr. Luiz do que essa lei estabelece. **LUIZ GEORGE:** Certo. **MARTA SILVA:** É a lei estadual que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A gente está esclarecendo que lei é essa. **LUIZ GEORGE:** Mas não foi uma reunião conjunta? **MARTA SILVA:** Foi. **LUIZ GEORGE:** Aí não está falando que foi reunião conjunta. **MARTA SILVA:** Não precisa! A resolução no título dela diz que é uma resolução conjunta CEAS/CEDCA. **LUIZ GEORGE:** Mas tem uma coisa esquisita aqui! “O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual nº 12.262 de 23 de julho de 1996, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela NOBSUAS/2012, e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – CEDCA/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 10.501 de 17 de outubro de 1991, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.” Quer dizer, não falou o que o CEAS está fazendo com o CEDCA. VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Tem uma coisa vaga aí? Tem uma coisa vaga! VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Tem que falar isso aí! Tem que falar: resolve em reunião conjunta... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** E cria o Conselho. É! A lei é assim! **SIMONE:** Tudo bem, gente! Mas o que a NOB está fazendo aqui? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tudo bem! Vamos colocar só a LOAS estadual! Tira a LOAS federal! A NOB! Para que isso? Se quer dizer do que cria, então vai direto ao assunto. Resolve! Pronto! **MARTA SILVA:** Então ficou claro? A redação fica assim: “O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 10.501 de 1991, resolvem.” Mas não é resolve, não! Porque depois do resolve vem... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** E considerando... Isso! VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Resolvem. Pronto! Ok? Está bom assim? **GEISIANE:** Ótimo! Muito bom Sr. Luiz! Prontos para votar? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Olha! Por favor, os conselheiros titulares com os seus crachás amarelos! Façam posse para voto! Se manifestem, por favor, os favoráveis para a aprovação dessa resolução. Aprovado, né? APLAUSOS. Contrários. Abstenções. Então, por unanimidade, está aprovada a resolução que aprova a política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Muito bom! **MARTA SILVA:** Eu só consulto também se é entendimento desta plenária que os membros da comissão de política do CEAS representem o CEAS na plenária do CEDCA. **GEISIANE:** Sim. **MARTA SILVA:** Isso está claro? **GEISIANE:** Tem os encaminhamentos da comissão que tem essa proposta: se é de consenso a gente encaminhe que eles representem o Conselho no CEDCA. Ok? Está aprovado, Marta. São 12h35min, então às 13h35min nós retornamos para o nosso pleno. Obrigada. Bom almoço para todos (as). PARTE 2 **SIMONE:** Agora na parte a tarde... Eu vou pedir aos conselheiros para que a gente possa se concentrar, com tranquilidade. Nós vamos, hoje, dar um passo importante para a gente organizar a nossa conferência estadual, fazermos os aceites aqui necessários para que a gente faça uma bela conferência estadual como realizamos com a nossa queridíssima presidenta Maria, na frente, e eu como vice, né? Espero que a gente tenha o sucesso, eu e a Geise, como tivemos com ela conduzindo. A



gente vai começar! O primeiro ponto de pauta que nós vamos discutir aqui da conferência é a parte cultural da conferência. Para os conselheiros compreenderem, a gente tem duas programações. Elas não são programações que conflitam uma com a outra, mas são programações que se complementam e tem o objetivo da gente discutir o tema com uma linguagem cultural, artística, que é uma linguagem importante principalmente para uma área como a nossa, que trabalha com a relação entre as pessoas e das pessoas com os territórios onde elas vivem. A gente sempre tem uma preocupação grande com a proposta cultural. Ontem foi apresentado aqui, na comissão organizadora... A gente teve uma reunião ontem o dia inteiro! Nos preparando para fazer as propostas finais. Finais não, mas as propostas para hoje, para o pleno do Conselho. Eu vou mostrar aqui, pode passar, por favor, a proposta apresentada, entendendo que a 12ª conferência de assistência social possui a atribuição de avaliar a assistência social no SUAS e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Aqui traz as diretrizes da assistência social. E como o lema da nossa conferência é: “organizar, lutar e resistir pelo SUAS”... Essa idéia da programação cultural este ano discutida por nós. Da comissão organizadora da conferência, é que a gente possa trazer para a conferência estadual a expressão artística e cultural da população de organização, luta e resistência da população indígena, da população negra... Como que a gente tem a expressão também de luta e resistência. A gente vai tentar demonstrar isso de várias formas, então nós vamos apresentar um leque de manifestações artísticas e culturais com o objetivo de expressar concepções no sentido simbólico para realizações transformadoras. No primeiro dia, nós vamos contar com a presença do Grupo da Mobilização Social. Já vai começar logo de manhã, vai receber os conferencistas e vão fazer um cerimonial cultural de integração das delegações que vão chegar das várias regiões de Minas Gerais. Também na abertura oficial, nós estamos ainda discutindo... Ou vai ser na abertura inicial com o hino. Nós estamos discutindo a questão do hino, onde muitos existem em dizer que o hino é o hino da ordem e do progresso, mas têm outros que querem dizer que o hino é também daqueles que não fogem da luta jamais. Nós então estamos vendo se a gente faz isso da forma tradicional, com o coral do BDMG, ou se a gente utiliza... Cadê o William? Conselheiro William? A esquete. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Tudo bem. Uma esquete do Grupo de Mobilização Social que também canta o hino nacional já no mote da organização, luta e resistência. Nós só não decidimos aqui ainda porque a gente não sabe o modelo da abertura. Se o governador for, é um modelo. Se o governador não for, é outro modelo. Nós também vamos ter um ritual indígena de boas-vindas com a Tribo Indígena Urbana que fará uma reflexão da cultura dos povos indígenas. Então a gente já vai começar aqui bem quente na abertura da conferência. Outra coisa que combinamos também é que a parte cultural se dará em sua grande maioria, fora o ritual de chegada que vai ser na parte de fora do MINASCENTRO, o restante vai ser na hora do almoço. Nós vamos montar o palco na hora do almoço para que todos possam ter a oportunidade, com tranquilidade, sem concorrer com a conferência, de ver as manifestações artísticas e culturais. A gente vai contar com o CASARÃO, companhia que produz ações cênicas. Eles vão fazer uma reflexão sobre o momento vivido pela juventude. Não só o momento vivido, mas o mote de luta e resistência, que é o que nós queremos passar nessa conferência. Ele chama “crianças invisíveis”, conta a história de seis crianças que se encontram para brincar sem medo, contar as suas aventuras e mostrar as relações que vivenciam na escola, em casa e em seu mundo de socialização em busca de convívio, qualidade e entendimento entre crianças e adultos. A outra proposta nossa é também que no segundo dia haja o cortejo de Congado. O Congado de Arturos, de Contagem. Eles também vão fazer um cortejo de Congado. Esse cortejo é um cortejo que vai sair da plenária da conferência para a gente fazer o nosso baile. O “baile de organização, luta e resistência.” É um baile que vai ser lá no MINASCENTRO como foi em 2015. Esse ano vai ser em um lugar maior, mais espaçoso. A gente conseguiu um prazo maior. Nós vamos ter duas bandas: Banda Baile da PM, todo mundo já conhece... Esse ano também a gente está querendo incorporar no nosso “baile de organização, luta e resistência” a

banda do grupo LGBT. É um grupo muito interessante! Eles são muitos bons! Eu acho que vai ser bem legal. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Depois eu vou falar. No terceiro dia, nós vamos ter a proposta de ter o Odum Orixás, que é uma sensibilização artística da cultura afro, né? Nós estamos pensando também... No último dia nós ainda estamos pensando, viu gente? Então é mais que um... É uma proposta para vocês verem. A gente vai fazer uma atividade de mobilização no entorno do MINASCENTRO, porque a gente precisa em uma conferência ter um momento de mobilização. É claro que isso a gente vai discutir aqui, no Conselho. Nós vamos precisar de ajuda de movimento social, dos representantes dos sindicatos que estão aqui, de Federações para nos ajudar. Isso aqui depende de autorização da prefeitura, de autorização de polícia militar, de autorização... Vocês sabem! Quem é de movimento de rua sabe como é que é as coisas para a gente ir para a rua! Aqui a gente precisaria de: carro de som... Enfim! Essas coisas que precisam para a gente fazer o movimento de rua. E é claro, nós temos que pensar como que a gente tira 1.500 pessoas do MINASCENTRO para fazer a mobilização. Vai lá para fora, depois voltamos com elas para a conferência sem que interfira na dinâmica e na programação da política que também é muito importante da própria conferência. A idéia é um pouco essa. Só para que todos saibam, para que a gente consiga fazer tudo o que está aqui nós precisamos de patrocínio. Esse ano está mais difícil de conseguir patrocínio do que em 2015, onde a gente conseguiu patrocínio para fazer a programação cultural da conferência estadual. Mas nós já conseguimos um pouco de patrocínio. Se os conselheiros souberem de alguém que possa ajudar no patrocínio cultural da conferência... Não é uma programação cultural cara, né? Mas é uma programação cultural que a gente precisa de patrocínio de, pelo menos, R\$ 15 mil. Além da parte cultural, nós estamos discutindo de a gente fazer uma feira de artesanato da economia popular solidária na nossa conferência com quatro empreendedores em vinte barracas com produtos de bijuterias, acessórios, objetos e outros. Também estamos com a proposta de fazer uma praça gourmet Minas composta por quatro empreendedores que ofereciam a todos comidas típicas do Estado de Minas Gerais. Além da nossa feira de livros que é sempre muito importante ter lá a possibilidade de vender livros, principalmente de pessoas que têm poucas possibilidades de saber as novidades de lançamentos da nossa área, possibilidade de lançamento, enfim! Essa parte dessas feiras e desses espaços nós estamos aguardando a orientação da nossa consultoria jurídica, por quê? Porque para a gente utilizar o espaço que a gente está contratando, a gente também não pode oferecer para “fulano”, oferecer para... Não é assim! Nós precisamos contratualizar e tratar essas questões dentro da legalidade. Nós estamos esperando a orientação jurídica de como que eu faço para explicar se a barraca está lá e porque não a outra, porque isso e porque não aquilo. E dentro dessa discussão com a nossa assessoria jurídica também há possibilidade de a gente ter um bar lá no nosso baile, porque nós não vamos bailar... Nós vamos bailar, mas também queremos... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Hãh? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Para o Wilson não ficar falando para nós que ele bebeu sem saber... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É! Gente, essa aqui é a nossa proposta cultural para a 12ª conferência estadual. A idéia é a gente discutir com vocês essa proposta, mas não é só discutir, é também ver aqui pessoas que possam ajudar e colaborar. A gente vai precisar da ajuda não só para pensar melhor isso aqui, mas no dia também. A programação cultural ela é pesada! Ela tem que acontecer! Ela acontece ao mesmo tempo, né? Tem que ter muita gente cuidando de tanta coisa. O nosso termo de referência ele prever a contratação de três pessoas para isso, três mobilizadores sócias. Então nós vamos poder contar com três pessoas, mas é pouco! A gente lembra da última conferência! É tanta coisa! Precisa de todo mundo para dar certo, né? Então é isso. Está aberto para discussão. **GEISIANE:** Soyla. **SOYLA:** Eu gostaria de fazer duas sugestões. Uma é se eu posso trazer a colcha de Paracatu que a gente construiu nas oito pré-conferências. Que foi colocada na mesa inclusive da conferência regional. É uma proposta. E a outra é a gente construir uma bandeira de Minas Gerais com o nome de todas as cidades que realizaram conferência municipal de assistência social no ano de

2017. Ou a gente pode pensar em formular isso para a gente levar essa bandeira com o símbolo de Minas Gerais para a Nacional. VOZ AO FUNDO. **SOYLA:** Em forma de recorte, igual à colcha, entendeu? A gente pode está pensando em uma coisa assim bacana para montar. Eu posso até trabalhar nisso, fico lá, me entrego. Eu ajudo tá? Obrigada. **GEISIANE:** Cris. **CRISTIANE:** Sensacional a programação! Eu achei riquíssima! Muito interessante! Engraçado como que a gente tem uma consonância, né? Eu tinha pensando assim: gente, nessa conferência podia tanto ter um ato que emplasasse e envolvesse a cidade, sabe? E como que a gente está no centro de Belo Horizonte... Eu acho que a Raul Soares tem uma característica tão forte para as políticas que a gente traz! Eu fico pensando se realmente é o entorno mesmo do MINASCENTRO, ou se é na Praça Raul Soares. Eu acho que a praça traz toda essa questão. Eu não me lembro de nenhum movimento que eu tenha participado em Belo Horizonte que tem envolvido de alguma forma a Raul Soares. A outra coisa que eu fiquei pensando é com relação a algumas atividades de entidades de Belo Horizonte e da região metropolitana que teriam um trabalho bem interessante. Eu acho que elas podem ser convidadas. Eu acho que elas ficaram muito felizes! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Aí gente, é lindo demais! É da APAE. Eles têm uma percussão carnavalesca. É da APAE daqui, de Belo Horizonte. É um negócio emocionante! Tem a “Casa do Beco” que tem também algumas peças que são muito interessantes, que falam de pessoas que vem do interior, dessa construção mesmo da cidade e de como que é importante as políticas públicas. É bem interessante! Eu acho que pode ser importante ser colocada na programação coisas daqui, da cidade. Agora, outra coisa quando se fala de feira, eu fico sempre pensando na base de formação dos trabalhadores do SUAS. Eu acho que era importante a gente pensar em alguma forma de trazer a exposição dos (as) alunos (as) de psicologia e assistência social, sabe? Sociologia dos trabalhadores. De repente, pode ser nessa mesma feira, sabe? Tem lá a feira da economia solidária, mas também do conhecimento. Porque quando se diz livro, eu fico achando que é importante falar desses profissionais, dos trabalhadores e de ter essa exposição lá. E aí, é muito legal, gente! Muito rico. Eu fiquei muito feliz, ainda mais de ver tanta coisa afro! **GEISIANE:** Volney. **VOLNEY:** Bom, a fala da Cristiane me contemplou um pouco. Eu lamento muito, desde outras conferências... Eu acho que esse Conselho tem prestigiado muito pouco grupos de entidades na presença da conferência. Eu sempre tentei levantar essa bandeira aqui! A gente vê trabalhos maravilhosos de várias entidades! Você vê o potencial para apresentar em uma conferência. Então, mais uma vez, eu lamento que essas entidades não estão sendo contempladas. Eu também queria salientar se houver essa feira de alimentação... Por exemplo, o pessoal da APAE de Santa Tereza tem um trabalho maravilhoso aí na área da alimentação. A gente até pode verificar se é possível contemplar também a APAE de Santa Tereza, eles têm um trabalho de panificação e de sorveteria lá. Não é isso mesmo, Juanita? Eu acho fantástico! Deveríamos prestigiar. No caso do baile, se houver... Eu queria até que a Roseane completasse aqui... Para que os deficientes auditivos fossem contemplados através de um tablado, não é isso? Na última não houve essa contemplação. Isso é para que eles possam perceber o som através do tablado. Eu acho que nós precisamos pensar também nesse público que vem com a deficiência auditiva. Se a gente puder pensar um pouco por aí... **GEISIANE:** Débora. **DÉBORA:** Opa! A minha questão é bem pontual. Eu achei a programação bem bacana, eu acho que está bem diversa e trazendo a questão dos povos tradicionais, das questões de gênero, de raça... Eu achei bem legal! Eu queria só fazer um comentário a respeito da proposta que foi colocada aqui de trazer as representações de alunos. Eu acho a idéia super bacana! A minha única preocupação é porque eu acho que a gente precisa mesmo fazer uma amostra das coisas que estão acontecendo no SUAS, tem muita coisa legal acontecendo. Muita! Tem coisa legal acontecendo no município, em CRAS, pelos trabalhadores, pelos gestores, pelos Conselhos... Eu acho que tem muita coisa bacana mesmo! Agora, a minha única preocupação é a gente abrir isso sem ter uma comissão de avaliação, porque ao mesmo tempo em que tem muita coisa bacana, tem também muita coisa que está em

discordância com as normativas inclusive. A gente viu aqui o caso de Juiz de Fora. De repente, a gente pode abrir o espaço para a apresentação de uma prática que estava em discordância com as normativas. Eu acho que a gente deveria avaliar se há tempo hábil para fazer uma espécie de seleção, né? Eu acho que essa idéia de mostra é muito bacana, mas eu acho que tinha que pensar com esse cuidado. É só isso o que eu tenho a dizer. **SIMONE:** Olha só, gente. Nós estamos construindo a programação, tanto a programação política técnica da conferência, mas também a programação cultural e artística. Tudo precisa de gente, de dinheiro... De tudo! Eu entendo que ao ser colocado aqui pelos conselheiros... Também tem a validade dos conselheiros, né? Então tem esse problema que a Débora está colocando aí, porque é perigoso mesmo, né? Mas eu entendo que se tem uma indicação aqui, dos conselheiros, é porque os conselheiros conhecem, eles sabem do trabalho. Eu não vejo problema, eu anotei aqui. Com certeza, segunda-feira mesmo a gente olha. Mesmo porque como as apresentações ela vão ser na hora do almoço, nós temos no mínimo duas horas! Nós temos tempo para realizar com tranquilidade, com calma. Então eu acho bem legal. Essa exposição dos trabalhadores... Eu recebi dois e-mails, um é de Belo Horizonte, eles fizeram na conferência municipal deles uma exposição. Eu não sei se você chegou a vê Débora, mas estava a exposição lá dos trabalhos dos trabalhadores. Eles sempre fazer isso, tem sempre esse cuidado. E também recebi da prefeitura de Betim, eles também fizeram lá... Eu não sei se o Conselho participou, mas a SEDESE participou. Então, que dizer, tem possibilidade de a gente trazer a experiência de Paracatu... Experiência que nós validamos. É isso o que eu quero dizer, para não deixar solto demais, mas que de certa forma nós participamos, nós conhecemos, né? Então tem espaço. A Consolação vai falar aqui. A gente tem 15 estandes. São quantos, Consola? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Oito estandes. Então nós temos espaço. São estandes mesmo! Espaço no termo de referência com computador, com... Nós temos espaço inclusive para que os trabalhadores possam mostrar o seu produto, o seu trabalho. O nosso problema mesmo gente, sinceramente, é de organização, é de gente para ajudar a gente a organizar esse negócio! Vocês sabem como é a conferência! Nem se juntar a SEDESE inteira, central, estadual e regional. A gente precisa de gente, de apoio para fazer tanta coisa na conferência. Cris, essa questão da Praça Raul Soares foi discutida por nós também. Eu vou repetir: tirar 1.500 pessoas do Centro de Convenções, levá-los para a Praça Raul Soares, andar... Pessoas que vieram lá do interior... Quer dizer, nós temos que ter muita infraestrutura para fazer um negócio desse. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Não! Todas as pessoas! Com deficiência, pessoas que nunca vieram aqui, pessoas... A questão é... Não é que as pessoas não dão conta, o problema é se nós temos capacidade de garantir segurança, tranquilidade, para a gente realizar. Mas nós pensamos nisso. Nós temos que ver aonde as nossas pernas... O que nós vamos dar conta de fazer. Por isso, mais uma vez... E eu vou abrir de novo o microfone aqui. Eu acho que eu não me expressei direito. Eu gostaria de saber se a gente pode contar no momento da mobilização com os sindicatos, entidades e movimentos aqui presentes para ajudar a gente na organização desse ato. É a capacidade que muitos aqui têm. Tem experiência mesmo de fazer movimento: precisa disso, precisa daquilo, nós temos que correr atrás disso, nós temos que correr atrás daquilo... Nós, da comissão organizadora, a gente não dá conta de fazer isso tudo. Eu estou pedindo mesmo o apoio aí dos... Principalmente dos conselheiros que são de movimentos, sindicatos, entidades, se topam ajudar a gente na organização desse ato. Eu tenho certeza que todo mundo acho importante, pelo momento em que estamos vivendo, que a gente faça uma mobilização organizada nessa conferência. **SANDRA:** Eu já me coloco aqui a disposição, o SINTIBREF, para estar cooperando em ajudando nessa organização. Eu tenho um informe. O SINTIBREF, pessoa do nosso presidente, assume a presidência da Nova Central Sindical de Minas Gerais. Eu acho que a gente pode contar com o apoio da Nova Central também, que é a central em que a gente está ligado enquanto movimento do trabalhador. **GEISIANE:** Obrigada, Sandra. Cris. **CRISTIANE:** Enquanto conselheira também eu me coloco a disposição para ajudar. Eu acho que é fundamental! Eu acho que

nós não podemos trazer tantas pessoas do Estado inteiro para a cidade, para o miolo do Estado, e não fazer nenhuma ação, nenhum ato. Eu acho que é importante. Eu queria perguntar uma coisa: a Miriam, da saúde mental, ela não faz mais parte do Conselho? Não? Porque seria uma expertise muito importante por causa do carnaval de 18 de maio que eles já fazem na cidade, né? VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É a Marta! A Miriam é quem faleceu, né? VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Rose. Nossa! Eu misturei tudo! Não registra isso não, gente! Apaga aí! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É! Enfim, é por causa da experiência mesmo que já tem e por exatamente no centro da cidade onde acontece um ato que é anual. Eu acho que a gente pode pensar. E aí, eu queria ver com os demais conselheiros se a gente tinha pensado que isso seria somente com os presentes na conferência, se talvez seria interessante a gente também fazer a assistência social com vida. Eu acho que a educação teve que dizer, a saúde... Está todo mundo muito ofendido pelas ações que têm sido tomadas. Então eu queria também provocar essa discussão no CEAS: se seríamos a assistência social, ou se seríamos também a assistência social com vida. **GEISIANE:** Maria Alves. **MARIA ALVES:** Uma boa tarde! Em relação ao ato, eu acho que é um momento muito propício, né? E acho que a gente pode pegar exatamente aquilo que a gente acha que está sendo desafio e pensar no ato que traz as representatividades. Por exemplo, as pessoas que estão com deficiência, os cadeirantes, a gente pode fazer uma comissão de frente. A gente tem o carro de som, mas podemos colocar essas pessoas como comissão de frente porque já traz toda uma representação. E é muito perto do MINASCENTRO a Praça Raul Soares! Então não tem grandes detalhes. Eu acho que o desafio aí é pensar exatamente em quem vai organizar mesmo as condições, tipo: quem vai comunicar a segurança para fechar o trânsito, água durante o trajeto, uma ambulância para ficar na retaguarda acompanhando o ato, o carro de som, pensar no roteiro mínimo de quais são as palavras de ordem o que de fato a reivindica... Durante o ato a gente não vai ler uma carta dessa! Não adiante nada! Você tem que ter frases curtas para que todo mundo já decore com rapidez, aí vai virando um grito de guerra na rua. VOZ AO FUNDO. **MARIA ALVES:** E aí, eu acho que pode sair, dar a volta na Raul Soares e voltar de novo para o MINASCENTRO. Devido o número de pessoas é muito tranquilo, você já tira o povo do MINASCENTRO, saindo na rua naturalmente, na hora que você dar a volta na Raul Soares você já traz ele de novo e já fecha no MINASCENTRO, por exemplo. Ou pode fazer um momento lá na entrada do MINASCENTRO, né? E aí, põe todo mundo dentro de novo. Então você já faz o ato pensando na saída e na chegada, porque aí ninguém fica perambulando. VOZ AO FUNDO. **MARIA ALVES:** É! Aí eu acho que fica tranquilo. Pode comunicar para levar material, cartaz, pincéis, para poder... As pessoas escreverem faixas com frases automaticamente na hora. A gente pode orientar os municípios para trazerem as suas palavras de ordem. Sobre a faixa que a Soyla trouxe em relação aos municípios, por exemplo, a gente pode providenciar o tecido daquele pano, cru, e providenciar material. Deixa lá, fixo, durante a conferência, para cada município ir lá e escrever uma frase e o nome do seu município. Aí você vai ter no final da conferência... Pode até utilizar na hora do ato essa grande faixa, por exemplo. Eu acho que é interessante. **GEISIANE:** Muito bom! Você está eleita presidente da comissão que vai ser montada. RISOS. Temos mais inscrições? Sr. Luiz. **LUIZ GEORGE:** Enquanto conselheiro eu me coloco a disposição também para poder fazer o que eu puder tá? **SIMONE:** CRP. CRESS. VOZ AO FUNDO. **ÉRICA:** Eu acredito que a Márcia tenha muita habilidade com esse tipo de movimento. Tem toda a questão de 18 de maio também... Então, a gente pode... VOZ AO FUNDO. **ÉRICA:** Mas tem a Márcia! O pessoal tudo do CRP e da saúde mental! Eles têm muita experiência com esse tipo de movimentação. A gente tem plenária na semana que vem. Eu coloco lá como ponto de pauta, aí a gente pode trazer alguns colaboradores. Mas eu acho que a idéia da Maria é excelente! A gente tem que colocar o povo na rua, né? Não vai ter outro jeito mais! **ISAC:** Eu, enquanto quilombola acho que é importante a gente estar atuando ali. Eu sei que... Até agradeço o Conselho por ter nos apoiado em outros momentos. Eu acho que está muito na nossa “dança” isso. **GEISIANE:** Eu acho que

surgiu aqui a idéia do CEAS montar essa comissão. Essas pessoas que deram o nome, eu faço a pergunta: vocês estão dispostos a compor essa comissão para a gente já passar aqui para a secretaria executiva para marcar o encontro quanto antes? O Rodrigo, do CRESS, chegou ali e se manifestou. A Arlete, do GRAAL, também. Vocês estão dispostos a compor essa comissão, para começarem juntos as estratégias e idéias, para ir passando para a comissão organizadora? Vamos nos reunir no dia 21. Eu acho que é importante já ter um pouco dessas informações e das idéias de vocês para a gente também incorporar na proposta. Podemos marcar? Podemos contar com vocês? Eu acho que é bacana a gente eleger aqui um coordenador. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Foi? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Maria, você aceita o convite de coordenar essa comissão? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Eu acho que é importante para chamar, para trazer, para manter o contato... No dia também a participação de vocês vai ser super importante! Não vai ficar só na reunião a mobilização, principalmente no dia. É uma comissão para organizar esse processo. É importante ter alguém que puxe o próprio grupo. **MARIA ALVES:** Ok. Tudo bem. **GEISIANE:** Obrigada por aceitar o convite. RISOS. APLAUSOS. **GEISIANE:** Por livre e espontânea... RISOS. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** “Lacrou”! Consola, registrou aí as pessoas? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Registrou as pessoas? Ok. Então, estão registradas aqui as pessoas que se manifestaram: Sandra, Maria, Luiz George, Érica, Arlete, Isac, Rodrigo e Cris. Ok? **SIMONE:** Consola! Gente, se vocês não se importarem, lógico, eu sugiro que o Nilson, lá da subsecretaria de assistência, possa acompanhar também para ajudar e para colaborar tá? **GEISIANE:** Sim, Volney! Pode pegar o microfone aí. **VOLNEY:** Eu estou vendo ali os pontos com relação à conferência, haverá agora a proposta de resolução regulamentando a conferência e metodologia de compilação dos relatórios. Eu queria lembrar aos conselheiros aqui se é possível, se é viável, que façamos uma homenagem póstuma ao pessoal da APAE nesse trágico falecimento, bem como ao senhor Valter, ex-conselheiro aqui e a Luiza que também foi ex-conselheira aqui. Eu acho que são merecedores que façamos uma homenagem póstuma durante a conferência. Então se a gente puder discutir isso aí... Convidando inclusive alguns dos familiares para esse momento, né? Porque contribuíram na construção do SUAS. **SIMONE:** Com certeza! Eu acho extremamente importante e relevante essa colocação, Volney. É importante a gente discutir como e em quem momento a gente vai fazer isso. PAUSA. **SIMONE:** (...) Então tá! Eu agradeço muito a todos a colaboração. Nós vamos entrar no rito da conferência agora no seu conteúdo técnico e político. Já foi distribuída para todo mundo? Como que nós estamos propondo fazer esse debate? Da mesma forma que nós fizemos a discussão na comissão organizadora da conferência. A gente trouxe o regulamento da conferência. Claro que o regulamento da conferência vai trazer para nós as discussões das regras da conferência estadual, como todos aqui sabem. Nós vamos poder ter a oportunidade durante todo o regramento da conferência de discutir as suas regras. Do regramento de discutir as suas regras... Me desculpe aí pelo pleonasma. Mas a gente discutir todos os pontos e as questões da conferência. Sendo assim, a nossa sugestão é que a gente vai lendo e os conselheiros então vão destacando. Não só destacando o que estão percebendo como problema, mas destacando também aquilo que a acha que a gente deve ter mais clareza ou aprofundar. É muito importante que a gente faça essa discussão aqui com bastante tranquilidade, bastante calma, viu? Eu vou pedir... Alguém pode fazer a leitura? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A Marta? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Quem? Dayana? Então vamos começar com a Dayana. A Dayana fará a leitura, pausadamente, e a nossa secretária executiva, Consolação, ela fará os destaques. Para que todo mundo tenha os seus destaques feitos, por favor, falem o destaque para que a nossa secretária executiva possa anotá-los. Depois nós voltaremos destaque por destaque. Então, por favor, Dayana. **DAYANA:** Minuta de resolução do CEAS 2017. Dispõe sobre a conferência estadual de assistência social 2017, complementando as resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS nº 586, 592, 595, 604 e 605. O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual 12.262/96

e considerando as Resoluções do CEAS n.ºs 586/17, que “dispõe sobre a instituição, a composição e finalidade das comissões Organizadora e de Acesso e Acessibilidade dos Usuários da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social”; 592/17, que “Dispõe sobre as orientações para as Conferências Municipais e regulamenta as Conferências Regionais e a Conferência Estadual de Assistência Social de 2017”; 595/17, que “aprova critérios para representação do CEAS nas Conferências Municipais de Assistência Social de 2017”; 596/17, que “dispõe sobre alteração da Resolução n.º 592/17, que ‘dispõe sobre orientações para as Conferências Municipais e regulamenta as Conferências Regionais e a Conferência Estadual de Assistência Social de 2017’”; 604/17, que “dispõe sobre as orientações complementares para as Conferências Regionais – 2017”; 605/17, que “dispõe sobre orientações relativas à acessibilidade para as conferências de assistência social e a deliberação de sua 226ª Plenária Ordinária, ocorrida no dia 15 de setembro, resolve: Capítulo I da organização. Art.1º Aprovar o regulamento da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, de forma complementar às Resoluções de n.º 586, 592, 595, 604 e 605/2017, contido nesta resolução. Art.2º A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social foi convocada pela Resolução Conjunta da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS n.º 53/16, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de 20 de dezembro de 2016, e ocorrerá nos dias 09,10 e 11 de outubro de 2017, no MINASCENTRO – Avenida Augusto de Lima, 785 – Centro – Belo Horizonte – MG. Art.3º A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social constitui-se em instância máxima de mobilização, participação social e deliberação, e tem a finalidade de avaliar a situação da Assistência Social na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Parágrafo único. São objetivos da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social: I – Analisar, debater e deliberar sobre as propostas aprovadas nas Conferências Municipais para o Estado e para a União, observando os 4 Eixos que orientam as discussões sobre o tema das Conferências de Assistência Social em 2017; II – Dar conhecimento das deliberações das Conferências Regionais de Assistência Social de 2017; III – Aprovar a agenda de organização, luta e resistência em defesa do SUAS. Teve destaque? IV – Eleger os representantes da sociedade civil e os representantes governamentais dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o CEAS para gestão 2017- 2019; V – Eleger os delegados da 11ª conferência nacional de assistência social. Art. 4º. VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** No V. Art. 4º A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social tem como tema geral a “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”. Parágrafo único. VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** Oi? Ah! Parágrafo único: O lema da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social é a “Garantia de Direitos no SUAS: organizar, lutar e resistir.” Art.5º A Comissão Organizadora da Conferência Estadual é responsável pela condução dos trabalhos, sob a coordenação da Presidente e da Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. §1º. A Conferência Estadual também contará com apoiadores: servidores da SEDESE e colaboradores convidados pelo CEAS, devidamente credenciados. §2º A Conferência Estadual contará com uma Sala de Soluções para esclarecimento, apoio aos participantes e solução dos casos omissos junto com a Comissão Organizadora. Art.6º Os (As) delegados (as) da 12ª Conferência Estadual, devidamente credenciados, terão direito a voz e voto e, os (as) convidados (as), direito a voz. Art.7º O comunicado de ausência dos (as) delegados (as) titulares eleitos para participarem da Conferência Estadual deverá ser encaminhado ao CEAS, pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS ou pelo próprio delegado, até 72 horas antes da realização da 12ª Conferência, possibilitando a convocação do suplente. Parágrafo único. A sala de soluções se encarregará dos casos não abrangidos pelo caput desse artigo. Art.8º A Programação da Conferência Estadual é a seguinte: Dia 09/10/2017 – Horário: de 08h – 19h – credenciamento/ hospedagem; 11h – 13h – almoço; 13h – 14h – instalação da conferência estadual de assistência social e votação do regimento interno; 14h – 15h30min – mesa temática: “O SUAS em Minas Gerais: conferir e avaliar”; 15h30min –

16h30min – debate; 16h30min – 17h30min – debate: “As entidades da rede privada e o vínculo com o SUAS”; 17h30min – 18h30min – debate; 19h – 21h – solenidade oficial de abertura seguida de lanche. No dia 10/10/2017: 09h – 11h – mesa temática: “O SUAS: conquistas, organização, luta e resistência”; 11h – 12h – debate; 12h – 14h – almoço; 14h – 15h30min – Plenária Temática - Eixo 1 - A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. Plenária Temática - Eixo 2 - Gestão democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS. Plenária Temática - Eixo 3 - Acesso às Seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais. Plenária Temática - Eixo 4 A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** No bloco todo. 15h30min – 18h – discussão e deliberação sobre o tema e as responsabilidades advindas dos municípios para o Estado e para a União, nas plenárias simultâneas; 18h – 23h – jantar. No dia 11/10/2017: 09h – 12h – Eleição dos representantes da sociedade civil e dos representantes governamentais dos CMAS para compor o CEAS para a gestão 2017 a 2019. Eleição dos delegados para Conferência Nacional; 12h – 14h – almoço; 14h – 18h – plenária final; §1º Com exceção do horário de encerramento do credenciamento, a Comissão Organizadora poderá adequar a Programação, conforme a necessidade, durante a organização da Conferência Estadual. §2º A programação cultural e a de mobilização serão divulgadas durante a Conferência Estadual. Capítulo II das mesas temáticas. Art.9º A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com 03 (três) Mesas Temáticas, conforme disposto na programação do artigo anterior. Art.10. A Mesa Temática “O SUAS em Minas Gerais: conferir e avaliar” tem por objetivo analisar o cumprimento das propostas deliberadas na 11ª Conferência Estadual de Assistência Social, ocorrida em 2015, e apresentar as deliberações das Conferências Regionais de 2017. Art.11. A Mesa Temática “As entidades da rede privada e seu vínculo com o SUAS” terá por objetivo discutir a importância das entidades no SUAS e as estratégias necessárias para sua vinculação ao sistema. Art.12. A Mesa Temática “O SUAS: conquistas, organização, luta e resistência” terá o objetivo de discutir o legado Nacional e Estadual do SUAS, registrar o processo de construção do SUAS e traçar as perspectivas conjunturais para o Sistema. Art.13. As Mesas Temáticas contarão com um (a) coordenador (a) e expositores (as). I – Os (As) coordenadores (as) terão as atribuições de coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos os (as) participantes II – Os (As) expositores (as) terão a atribuição de apresentar o tema para qualificar o debate. **MARTA SILVA:** Capítulo III das plenárias temáticas. Art.14. A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com 04 (quatro) Plenárias Temáticas, realizadas simultaneamente, de caráter analítico, propositivo e deliberativo, compostas pelos (as) delegados (as) e convidados (as) da Conferência. §1º São objetivos das Plenárias Temáticas: I – apresentar subsídios para qualificar os debates; II – apreciar e deliberar sobre as propostas sistematizadas, oriundas das conferências municipais, considerando o instrumental da Resolução do CEAS nº 592/2017; e III – apresentar e deliberar novas propostas sobre o eixo. §2º As Plenárias Temáticas discutirão os eixos especificados nos Informes nº 02 e 04/2017 do CNAS, que expressam e orientam a discussão do temário da Conferência: I - Eixo 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. II - Eixo 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS. III - Eixo 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais. IV - Eixo 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. §3º Os (as) delegados (as) escolherão previamente a plenária temática que desejam participar, conforme orientação do CEAS, observando-se a capacidade total do espaço físico. §4º Os (as) convidados (as),



---

escolherão no ato do credenciamento a plenária de que participarão, conforme as vagas disponíveis.

Art.15. As Plenárias Temáticas da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social ocorrerão da seguinte forma: §1º As Plenárias Temáticas obedecerão ao seguinte processo: I – apresentação dos temas dos eixos para aprofundar os debates; II – apreciação, debate e deliberação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Assistência Social dirigidas para o Estado e para a União, registradas no sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo CEAS e compiladas pela Comissão Organizadora da Conferência Estadual de acordo com o conteúdo e com a frequência; III – apresentação, debate e deliberação de novas propostas. §2º As Plenárias Temáticas contarão com expositores (as), coordenadores (as), relatores (as) e apoiadores (as). I – Os (As) coordenadores (as), indicados (as) pela Comissão Organizadora, terão as atribuições de conduzir a plenária, ajudar a esclarecer dúvidas e coordenar os debates. II – Os (As) expositores (as), indicados pela Comissão Organizadora, terão as atribuições de apresentar o tema e esclarecer dúvidas. III – Os (As) relatores (as), indicados pela Comissão Organizadora, terão a atribuição de registrar as propostas aprovadas, alteradas e excluídas, e as novas propostas, IV – Os (As) apoiadores (as) da coordenação, eleitos (as) pela Plenária, terão a atribuição de contribuir com a coordenação da mesa. §3º As Plenárias Temáticas avaliarão as propostas sistematizadas, para o Estado e para a União, oriundas das conferências municipais, da seguinte forma: I – se favorável à proposta; II – se contrário à proposta; III – se abstendo de votar. §4º Serão consideradas aprovadas as propostas com votos favoráveis de 50% mais um dos votantes presentes na Plenária Temática. §5º Os participantes das Plenárias Temáticas poderão apresentar a equipe de relatoria novas propostas dentro do eixo de discussão. §6º Entende-se por novas propostas aquelas apresentadas com conteúdo distinto das propostas sistematizadas oriundas das conferências municipais. Art.16. As propostas deliberadas pelas plenárias temáticas para o Estado não serão objeto de deliberação na Plenária Final e comporão o relatório da 12ª Conferência Estadual. Art.17. As propostas deliberadas pelas plenárias temáticas para a União serão encaminhadas à Plenária final para fins de priorização, conforme orientação do Informe n.º 04/2017 do CNAS. Art.18. As Plenárias Temáticas contarão com uma Mesa de Apoio indicada pela Comissão Organizadora. Capítulo IV do processo eleitoral da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o CEAS. Art.19. O Processo Eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, gestão 2017/2019, será regido pelo disposto nas Resoluções do CEAS n.º 603 e 607/2017. Capítulo V do processo de escolha dos delegados (as) à 11ª conferência nacional de assistência social. Art.20. A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social deverá eleger dentre seus participantes os (as) delegados (as) para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, conforme determinação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS contida no Informe CNAS n.º 03/2017 que trata da distribuição dos delegados da esfera municipal, estadual e do distrito federal. Art.21. Serão eleitos 150 (cento e cinquenta) delegados do Estado de Minas Gerais para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, de acordo com o informe n.º 03/2017 mencionado ao artigo anterior. Art. 22 O número de delegados (as) disposto no artigo anterior terá a seguinte distribuição: I – delegados (as) do âmbito municipal - n.º total de delegados (as): 129 – governamental 60 (sessenta) 28 (vinte e oito) usuários 24 (vinte e quatro) trabalhadores 17 (dezessete) entidades – Total de sociedade civil: 69; II – delegados (as) do âmbito estadual – n.º total de delegados (as) 21 – governamental 15 (quinze) 2 (dois) usuários 2 (dois) trabalhadores 2 (dois) entidades da sociedade civil. §1º Os (As) delegados (as) da 12ª conferência estadual de assistência social oriundos das conferências regionais concorrerão a vaga do inc. I deste artigo, ou seja, as vagas de delegado de âmbito municipal. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** §2º Os (As) delegados (as) advindos de âmbito estadual e os delegados (as) natos representantes do CEAS concorrerão as vagas previstas no inc. II deste artigo. VOZ AO

FUNDO. Art. 23 A escolha de delegados (as) obedecerá aos seguintes critérios: §1º Divisão dos (as) participantes de acordo com o segmento de representação, para os que concorrerem às vagas de delegados de âmbito municipal: I – órgão gestor da política de assistência social; II – entidades de assistência social; III – usuários de assistência social; e, IV – trabalhadores da área de assistência social. §2º Os (As) delegados (as) estaduais e natos deverão se reunir para a escolha dos (as) delegados (as) de âmbito estadual. §3º Só poderá candidatar-se a delegado (a) para a Conferência Nacional, os (as) participantes devidamente credenciados na condição de delegados (as) na Conferência Estadual. §4º Cada delegado (a) titular eleito deverá ter um (a) suplente, também eleito (a), do mesmo segmento, que só assumirá a condição de titular na ausência daquele (a) e, não sendo possível eleger no número mínimo um terço de suplentes. Art.24. As fichas de inscrição para a Conferência Nacional deverão ser preenchidas em letra legível pelos (as) delegados (as), titulares e suplentes, e assinadas, ao final da eleição. Capítulo VI da plenária final. Art.25. A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com a Plenária Final, que deliberará sobre as propostas para a União, a “Agenda de Luta e Resistência em Defesa do SUAS” e as moções. §1º As propostas para União serão priorizadas totalizando no final 08 (oito) propostas, sendo 02 (duas) para cada eixo, que serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme sua orientação disposta no Informe n.º 04/2017. §2º Propostas novas não poderão ser apresentadas na Plenária Final. Art.26. Os (As) delegados (as) eleitos (as) no processo de escolha de seus segmentos terão seus nomes apresentados na Plenária Final. Art.27. A Plenária Final contará com uma Mesa de Apoio indicada pela Comissão Organizadora. Art.28. As regras de realização da Plenária Final comporão o Regimento Interno da Conferência Estadual, que será objeto de deliberação pela Plenária. Art.29. No relatório final da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, constarão todas as propostas aprovadas nas Plenárias Temáticas. Capítulo VII das disposições gerais. Art.30. O CEAS se responsabilizará pelo transporte rodoviário, pelo traslado entre o hotel e o local do evento, pela hospedagem em Belo Horizonte e pela alimentação, que será ofertada no evento, aos delegados representantes da sociedade civil na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social. §1º O transporte rodoviário corresponde ao trajeto do município de origem do participante até Belo Horizonte e seu retorno após a conferência, por meio de voucher (vale transporte) emitido nominalmente para o delegado da sociedade civil. §2º As exceções serão discutidas pela Comissão Organizadora. Art.31 O CEAS não se responsabilizará pelo transporte, hospedagem e diária dos delegados governamentais. Art.32. O CEAS recomenda que o transporte, a hospedagem e a diária dos delegados governamentais à Conferência Estadual sejam custeadas pela gestão municipal, conforme disposto no parágrafo único do art.16 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Art.33. Os casos omissos nesse regulamento serão decididos pela Comissão Organizadora da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art.34. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, setembro de 2017. Simone, presidente do Conselho. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Eu vou falando então os destaques e passo para a mesa tá? O primeiro é no Art. 3º, parágrafo único, Simone e Juanita. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É só para a gente incluir um objetivo: dar visibilidade a ameaça de desmonte do SUAS. A gente acabou de decidir aqui, né? Isso vira um objetivo. **JUANITA:** Dentre os objetivos da 12ª conferência não está: avaliar o SUAS em Minas Gerais. Está subentendido que é o item I “considerando a análise, debate e deliberação sobre as propostas aprovadas na conferência”? Porque o objetivo principal da conferência é avaliar o SUAS. Isso não está aqui. VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** É. Art. 3º, parágrafo único. **GEISIANE:** Isabela. **ISABELA:** Eu também tinha pensado nisso. É porque o Art. 3º, o próprio caput, ele fala que “a conferência estadual constitui-se em instância máxima de mobilização, participação e deliberação, e tem a finalidade de avaliar a situação da assistência social em Minas Gerais.” Mas não impede de colocar dentro dos objetivos, não. Eu estava pensando que o caput talvez já traga isso. **SIMONE:** Eu acho que a Juanita tem razão. Eu acho que a gente devia deixar bem claro. Gente, se nós

fizemos toda uma mudança na programação para colocar o conferir, nós temos que colocar o objetivo de avaliar o SUAS em Minas Gerais! Está certo! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Eu acho que tem dar visibilidade mesmo ao desmonte do SUAS. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** A ameaça de desmonte. Mas eu acho que era importante a gente falar da luta, né? Porque tem luta nisso! Eu acho que não é só dar visibilidade, porque dar visibilidade só por ver... Não! Eu acho que tinha que fazer uma redação que falasse da nossa luta, da resistência ao desmonte... VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Da nossa luta e resistência a ameaça de desmonte do SUAS. Isso! Vamos chamar de ameaça! Porque não vai desmontar, não! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Organização, luta e resistência. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Luta e resistência. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Isso. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Eu li o que você pôs. A gente tem que acrescentar é esse foco na avaliação de Minas Gerais. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Juanita, você pensou em alguma redação? Você pode contribuir? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sim. Pronto! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Avaliar o SUAS em Minas Gerais. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ok? Contempla? VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Continuando. Art. 8º. Simone e o Volney. **SIMONE:** Na verdade, o Art. 8º... Eu quero apresentar a proposta para os (as) senhores (as). A comissão organizadora fez um esforço enorme. Eu acho que a gente tentou fazer um esforço enorme para contemplar o debate que teve no último pleno nosso. Eu vou lembrar aos senhores quais foram as duas encomendas que esse pleno deu para a comissão organizadora. Esse pleno deu a encomenda para nós de a gente dar visibilidade de destaque ao ato de conferir e avaliar na conferência estadual. O pleno também deu para nós a incumbência, não no último pleno, mas há três plenos anteriores, de a gente pautar a discussão das entidades da rede privada e o seu vínculo com o SUAS. Nós levamos essa discussão para a comissão organizadora já como uma definição do Conselho Estadual para a gente trazer essas duas discussões. A primeira coisa que nós fizemos é entender que o pleno tinha compreendido que eram importantes as oficinas, mas que a gente priorizasse o debate. Que as oficinas eram importantes, mas que a gente poderia estar fazendo as oficinas em outro momento que não no momento conferencial. Essa foi a primeira questão que nós avaliamos. Diante disso então, nós tiramos as oficinas e, no lugar delas, nós criamos um momento de discussão que são as mesas temáticas. A nossa conferência vai ter três mesas temáticas. A primeira mesa temática é a mesa “O SUAS em Minas Gerais: conferir e avaliar”. Essa mesa temática é uma mesa que vai das 14h – 16h30min, então nós teríamos duas horas e meia para o ato de conferir. Nessa mesa nós teríamos a presença da SEDESE. A nossa sugestão é que o Conselho Estadual também vá para essa mesa. A nossa sugestão para essa mesa do conferir é que vá a nossa vice-presidente Geisiane, que ela faça o ato de conferir. Que nessa mesa do ato de conferir o Conselho apresente a sua avaliação, mas ele também já dá o retorno das deliberações das conferências regionais para todo mundo, né? Então, cada um teria meia hora para a sua fala e nós teríamos uma hora e meia para a discussão. Atenção! Eu vou igual a minha mestra Aldaíza! Atenção! Para que todo mundo preste atenção no que a gente discutiu lá, né? Nessa mesa nós vamos debater, avaliar e conferir. Nós fizemos as contas para que todos saibam aqui... Os conselheiros têm que ter muita clareza da programação da conferência. Com esse tempo e esse horário dá para ter vinte inscrições com três minutos de fala, então dá um bom debate. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É vinte Isabela? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Vinte. Lembrei. Nós fizemos a conta. Entre a pessoa pegar o microfone, falar e a turma da mesa responder... Dá tempo. Isso dá uma tranquilidade para nós. Quem for coordenar essa mesa tem que ter clareza disso para a gente conduzir corretamente. E combinar, né? Porque o que é combinado não sai caro. Colocamos também como mesa temática o debate das entidades, então nós vamos ter uma mesa específica para discutir as entidades da rede privada e o seu vínculo com o SUAS. O Conselho vem valorizando essa discussão desde o ano passado. Esse não é um debate novo. O Conselho achou que deve dar visibilidade pelas decisões que o Conselho vem tomando. O Conselho aprovou um programa específico para isso. O Conselho não só aprovou, mas mesmo neste momento de crise

financeira o Conselho foi lá na comissão de participação popular, batalhou por dinheiro específico para isso, tem duas leis para contribuir com a vinculação... Quer dizer, tem todo um investimento aqui que o Conselho avaliou que a gente deve por na mesa na conferência estadual. Do jeito que as coisas vão, é muito importante que a gente faça o debate das entidades principalmente para a gente vê se a gente ganha eco nacional também nesse debate, né? Para cá o que nós pensamos? Nós pensamos e discutimos na comissão organizadora que nós vamos convidar o Fórum Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, na pessoa do Márcio Caldeira, é o nome que nós estamos sugerindo. O fórum no entendimento da comissão organizadora tem condições de contribuir com esse debate, ele tem feito esse debate, né? Então, a nossa sugestão é ele. A comissão organizadora então indica que, para essa mesa, representando o Conselho Estadual, que... Eles indicam o meu nome para eu compor aqui como representante do Conselho Estadual. Essa mesa teria duas pessoas: Fórum e o Conselho Estadual, na minha pessoa, né? E também teria uma hora de discussão, meia hora para cada um. Aqui teria um pouco menos de debate, aqui ao invés de ser uma hora e meia, aqui a gente teria uma hora, mas essa uma hora dá para ter doze inscrições. Então também dá para a gente dar visibilidade, fazer o debate, mostrar a importância das entidades e os desafios para vincular as entidades ao SUAS. Nós também mantivemos o prazo para o credenciamento para receber as pessoas, eu queria chamar a atenção sobre isso. Foi mantido também, nós não abrimos mão de ter um espaço tranquilo para receber. Mas nós fizemos uma mudança, eu queria chamar a atenção dos senhores. O almoço ao invés de começar às 12h, ele vai começar às 11h. Então, ao invés de ter o café forte de recepção, a gente vai iniciar o almoço mais cedo. Almoçaremos então de 11h às 13h. Os senhores viram aí, claro que a nossa proposta... A gente vai fazer o credenciamento até a noite, então nós vamos ter o dia todo para credenciar porque muitas pessoas chegam durante o dia, né? E aí, então nós faríamos nesse primeiro dia ainda a discussão do regimento interno. Para a discussão do regimento interno, eu e a vice-presidente decidimos trazer para os senhores a proposta de convocá-los para uma extraordinária antes da conferência estadual, então é um ponto que eu quero discutir com os senhores. A gente vai precisar de mais uma reunião para a gente definir as coisas finais para a conferência. É uma coisa que eu peço para colocar no ponto aqui para a gente poder discutir. A coisa mais importante de uma conferência é o regulamento e o regimento. Todos os conselheiros têm que ter muita clareza do rumo, porque nós temos que assumir, coletivamente, a conferência, né? Juntos a sempre se protege melhor, tomamos decisões mais assertivas e coletivas. No segundo dia, nós teríamos outra mesa, na parte da manhã, que também já tinha sido decidido aqui, no pleno. A gente só discutiu o formato dessa mesa, que eu trago também para esse pleno, que é a mesa "O SUAS: conquista, organização, luta e resistência." A idéia discutida pela comissão organizadora é que não dá para a gente fazer uma conferência como essa, no cenário desse, sem a gente discutir: a luta passada, mas principalmente, dar uma perspectiva para a frente. Nós não podemos fazer uma conferência onde as pessoas saiam mais desanimadas e mais infelizes do que estamos. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. O legado. Mas o legado que aponte para frente. Essa foi a discussão. Essa mesa então ganhou um novo sentido, não só um sentido do passado, mas também um sentido de presente e principalmente de futuro. Para essa mesa, a comissão organizadora discutiu que a gente possa então convidar o ex-ministro e Dep. Federal Patrus Ananias, ele terá a responsabilidade de discutir o legado nacional do SUAS e suas perspectivas. Que nós convidássemos também o Dep. Estadual André Quintão, ele discutira o legado mineiro do SUAS e suas perspectivas. Que nós convidássemos a ex-ministra Márcia Lopes, ela discutiria o desafio na organização do SUAS e resistência ao desmonte do seu legado. E o professor Edival Bernardino, que é da Universidade Federal do Pará. Ele tem apoiado muito a sociedade civil principalmente na discussão da resistência. Ele falaria para nós da participação e o controle social na construção do SUAS e os seus desafios. A comissão organizadora achou também que deveria estar nessa mesa o Conselho Estadual de Assistência Social,

---

e nada melhor do que representar o Conselho nessa mesa do que um representante dos usuários. Nós fizemos uma discussão, chegamos inclusive a indicar o nome do nosso querido companheiro Isac pela importância e pelo o papel que ele vem desenvolvendo no Conselho, principalmente no último ano coordenando a comissão de acompanhamento de Conselhos, participando da comissão organizadora da conferência. A gente tem percebido, eu acho que todo mundo aqui, o empenho e o esforço dele para cumprir com muita responsabilidade o seu papel aqui. Nós fizemos o convite á ele. Hoje, ele chegou aqui e falou comigo que ele gostaria de discutir esse nome com a bancada dos usuários, ele pediu isso para mim e para a nossa vice-presidente. Eles fizeram uma reunião, lá decidiram então que... Ele ficou muito honrado pelo convite, mas eles acharam que quem deveria representá-los nessa mesa é a conselheira Maria Alves, que também representa aqui os usuários e que foi a nossa presidenta. Teria um tempo mais para essa mesa pela importância política que ela ganha no desenho dessa conferência. Então ela vai ser a manhã inteira, no dia 10 de outubro. Os palestrantes terão meia hora, como todos os expositores, e depois a gente abriria aqui para o debate. Aí, na parte da tarde... E é uma figura que a gente já utilizou na última conferência e que avaliamos muito positivamente, por isso vamos repetir nessa, que são as plenárias temáticas deliberativas. Elas têm um caráter deliberativo, né? As plenárias temáticas então vão discutir os eixos que todos os municípios discutiram. O eixo 1 - A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. Para esse eixo temático nós estamos convidando a Maria José de Freitas, ela foi diretora de benefício do MDS. Hoje ela trabalha no INSS. É uma estudiosa da proteção não contributiva. E também estamos convidando a professora Luciana Jabur para esse eixo. Aí nós temos que discutir quem do Conselho Estadual comporá essa mesa e quem da SUBAS Lembrando que não é uma mesa só de reflexão, é uma mesa também que vai debater as propostas que vieram dos municípios para o governo do Estado, para a União... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Hãh? Então tem que ter gente da SUBAS e do Conselho Estadual. Nós temos que discutir quem. Na plenária temática do eixo 2 - Gestão democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS, nós estamos propondo que venha para essa mesa como expositores a professora Eleonora Esquetine, a Maria José também. A professora Eleonora é uma estudiosa da gestão democrática e do controle social. Para compor essa mesa, nós faríamos o convite ao Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS e ao Fórum Nacional dos Usuários, tendo em vista que nós ainda não temos um Fórum Estadual, mas temos vinte e um Fóruns Regionais. Teremos né? Até o dia da conferência nacional. Então a gente chamaria a presidente do Fórum Nacional, que é a Aldenora, para esse eixo. E o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS indicaria uma representação para falar em nome dom fórum. Aqui a gente tem que indicar o nome da SUBAS e do Conselho Estadual de Assistência Social. Ah! Nós discutimos também como proposta... Eu vou pedir a Consolação para anotar aí como proposta que, como aqui é uma plenária, que possam contribuir com as plenárias os conselheiros que participaram e tenha conhecimento na condução de plenárias regionais, né? Porque quem passou pelas regionais sabe muito bem. Então esse é um critério para a gente discutir aqui. Na plenária temática do eixo 3: Acesso a seguranças e articulação entre os serviços, benefícios e transferência de rendam, nós estamos convidando a professora da Fundação João Pinheiro, Carla Bronzo e a Leila Braga. Todas as duas também têm muito conhecimento no debate das seguranças. Gente, a nossa avaliação é que as propostas que vieram das conferências municipais é que elas estão muito ligadas a discussão da regionalização e do acesso a proteção especial. Na discussão do acesso tem uma forte demanda para isso, então essas pessoas poderiam colaborar bastante com o nosso debate. E aí, nós teríamos também aqui uma pessoa da SUBAS e uma pessoa do Conselho Estadual. Na plenária temática. A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais, tem vindo muito forte o debate da legislação e do financiamento. Por causa do perfil das propostas... Por causa de uma indicação da equipe

da relatoria, e como tem vindo muitas propostas em torno da legislação do financiamento, nós estamos propondo que venha a Clara de Sá, que foi ex-cordenadora geral da regulação do SUAS, que ajudou construir toda a regulação inclusive do financiamento. Claro que a gente daria esse foco nesse eixo. Mas todo mundo achou também que a gente deveria trazer uma discussão do debate mais geral da crise fiscal. Então, houve uma sugestão do professor Ricardo... Carneiro? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Isso, não é Isabela? Ricardo Carneiro, da Fundação João Pinheiro. E além dele, representando o governo do Estado, a gente chamaria a Secretaria de Estado de Planejamento ou da Fazenda. Nós ainda estamos vendo quem pudesse também discutir um pouco o cenário. Não podemos fazer uma mesa que vai discutir o financiamento aonde chega lá e vai falar: "ah, nós não temos dinheiro..." Não dá para ser assim. A gente faz conferência inclusive para achar caminhos, entender os desafios e construir possibilidades. Nós faríamos essa discussão até as 15h30min. A nossa proposta é que de 15h30min até às 18h a gente faça a discussão e deliberação sobre o tema e as propostas advindas dos municípios para o Estado e para a União, nas plenárias simultâneas. Como vocês viram, depois nós faríamos então o jantar e o baile dançante aqui. Talvez aqui vamos discutir onde que a gente coloca... Nós teríamos que discutir, na opinião dos senhores, seria o melhor momento para nós fazermos o nosso ato dentro dessa programação, né? Que deixou de se cultural para fazer parte da programação da nossa conferência estadual, no meu entendimento. Pode ser que eu esteja entendendo errado. E no último dia, nós teremos a eleição dos representantes da sociedade civil. Quero informar que ficamos em alerta na indicação de vocês: que déssemos bastante tempo para isso. A proposta é que seja de 09h às 12h; Depois nós faríamos o almoço; E, faríamos a plenária final. A plenária final... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Hã? A plenária final teria nessa parte a tarde... A gente faria quatro coisas: votaríamos as propostas que levaremos para a conferência nacional; Votaríamos as moções; Votaríamos a agenda de luta e resistência pelo SUAS; Tiraríamos os delegados para a conferência nacional. Isso seria então o que faríamos na plenária final. Nós tínhamos conversado aqui, no último pleno, que nós faríamos um esforço de dialogar com a empresa... Também quero dar essa notícia para vocês! Eu fico muito feliz em dizer que a gente já contratou a empresa. É uma empresa que nós tranquilizou porque ela tem experiência, fez a nossa última conferência, fez quase 1/6 das conferências regionais, então dá uma tranquilidade para nós. Nós, através da secretaria executiva e da SEDESE, já fizemos reunião com essa empresa assim que saiu a licitação. A gente tinha comprometido aos senhores que nós veríamos a possibilidade de ver se a empresa poderia desenvolver três tipos de votação eletrônica. Então prestem a atenção! Nós estamos discutindo com a empresa três tipos de votação eletrônica, quais são elas: votação das deliberações. Então é fazer o voto eletrônico das deliberações. Os senhores conhecem porque a gente fez isso na última conferência estadual, né? E a conferência nacional também tem sido assim; A gente também faria a eleição da sociedade civil, eletronicamente; Faríamos a eleição de delegados, eletronicamente. Nós estamos conversando com a empresa. Nós estamos construindo os mecanismos e os fluxos procedimentais para que eles possam desenvolver os sistemas para isso. A Consolidação vai também poder dar o informe sobre isso. É quase certo, né? É claro que nós vamos testar antes. É claro que nós vamos nos preparar para fazer das duas formas também: no papel e eletrônico. Se falhar uma, nós temos a outra. Aí vamos para a tradicional que nós conhecemos bem! Mas é um esforço também de a gente ganhar agilidade na organização e gastar o tempo com coisas que realmente fazem mais sentido na conferência estadual. Bem, eu acho que eu passei rapidamente por todos os pontos. Fiquem tranquilos! Nós vamos discutir depois desse debate quem serão os convidados da conferência, os outros delegados... Ainda vamos voltar nesse assunto. Por enquanto, vamos nos ater aí... E é por isso que eu pedi o destaque, para a gente poder passar com calma por todos os pontos da conferência. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** O Volney tem destaque na programação. Depois a gente abre para complementos. **VOLNEY:** No Art. 8º a Simone já me contemplou. Eu ia questionar exatamente quem seriam os expositores. Pode ir para o

próximo? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Então, dentro da programação, a Cris está se inscrevendo. **CRISTIANE:** Eu só quero falar encima do que a Simone colocou a respeito do Art. 8º. Quando da primeira mesa: “SUAS em Minas Gerais: conferir a avaliar”, em outras conferências que eu participei... Eu acho que essa é a mais importante no sentido de conferência o ato de conferir, mas também é o mais difícil de ser feito por causa da metodologia. Precisa ser uma metodologia muito leve, muito didática, muito dinâmica. Eu peço isso para essa mesa: para não tornar essa hora a hora do sono. E com relação à mesa... VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É. Porque vira a hora do sono. A outra questão é com relação a essa mesa. Não tem como ficar muito contemplada com essa mesa dois, por ser um segmento que eu represento... Eu acho que tem algumas questões que a gente precisa ter uma nitidez do que queremos nessa mesa. A questão do vínculo SUAS é uma questão de âmbito nacional, né? Eu acho que o Márcio Caldeira... Eu acho que não tem... Eu sou suspeita para dizer por que gosto demais tanto da pessoa, quanto do profissional! Eu acho que está muito bem representado o fórum com esse coordenador. Mas eu também acho importantíssima a sua presença Simone, até para dizer um pouco que a gente deliberou aqui do Rede Cuidar, mas da importância dessa rede privada no Estado. Eu acho que a gente está dando um pontapé. Mas eu acho que também é importante a gente pensar no nome do MDS. Quando a gente fala do vínculo SUAS no âmbito nacional, a gente precisa discutir o que está sendo feito lá. Lá isso está parado! Então eu acho que é importante a gente fortalecer isso em Minas Gerais também trazendo uma discussão de como está isso no âmbito nacional, sabe? Eu fico pensando que isso seria extremamente importante... VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Hãh? VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É. Eu não sei se seria o CNAS ou o MDS, mas eu acho que tem que ter algum do âmbito nacional dizendo como que isso está caminhando. Eu acho que o Márcio vai trazer isso na mesa, mas o fórum tem feito essa articulação. Na conferência municipal de Belo Horizonte nós entregamos uma carta para o Conselho Nacional de Assistência Social. O retorno que a gente tem realmente não é dos melhores, não! Eu acho que essa mesa também seria uma forma de apoio político da SEDESE para esse movimento. Até porque agora, com o Rede Cuidar, eu entendo que esse Estado quer organizar mesmo a rede privada. A outra coisa com relação a essa mesa temática das conquistas... Eu fiquei muito contemplada na sua fala Simone quando você falou que não pode ser desmotivadora. Essa conferência... Eu acho que a gente acertou muito nas conferências regionais quando escolhemos organizar. Tinha tudo para ser conferência da tristeza. Tinha tudo! O choro da lamentação mesmo! O que a gente está passando na assistência social eu acho que nunca na história desse país a gente viu uma desarticulação, uma desorganização e um desmonte tão pesado igual nós estamos passando agora! Eu fico pensando que essa mesa é a mesa para a gente mostrar como que a gente organizou esse Estado, sabe? Mostrar mesmo todas as fotografias dos usuários organizados! Para a gente dar um gás! Todo mundo tem que estar motivado! Porque, senão... Eu fico muito preocupada. Eu senti falta na programação entre os nomes do Conselho Nacional, sabe? Eu tenho, às vezes, a impressão de que o Conselho Nacional é em outra dimensão. RISOS. Uma dimensão muito contrária da que a gente está trabalhando. Eu fiquei muito preocupada da fala do Conselho Nacional naquele Encontro de Entidades que nós tivemos, lá na UTRAMIG, quando se falou do orçamento, sabe? E o Conselho naquela tranquilidade colocar isso assim... Eu acho que é importante o Conselho Nacional estar em algum momento presente nas discussões. **GEISIANE:** Obrigada, Cris. Está inscrita a Maria, e depois o Isac. **MARIA ALVES:** Boa tarde! Considerando a conferência, realmente a gente tem esse cenário que é muito ruim, que é desgastante e que é uma coisa muito difícil hoje de lidar. Se for ficar falando de tudo o que a gente está perdendo é algo tão desastroso! A gente vai levar vinte anos para a gente assimilar tudo o que está acontecendo. Eu sempre digo onde eu estou indo nas atividades da FETAEMG que, está acontecendo tanta coisa... A gente não precisa falar da reforma da Previdência Trabalhista, não. Se a gente pega lá o congelamento dos recursos sociais, lá tem tudo o que vai nos condenar aí por um bom tempo. Por mais que mude

---

essa conjuntura política, vai ser difícil reconstruir o que já perdemos em pouco tempo. O Brasil vai levar um bom tempo para reconstruir o que conseguimos levar toda a história levar em prática, considerando, por exemplo, a reconstrução dos Ministérios, né? Se a gente for pensar nisso dá um desânimo tão grande! A gente vai ficar desanimado e perder a auto-estima! Isso não é bom! Portanto, eu acho que a gente pode passar pelo lado de pensar na reconstrução social. Vamos pensar que o que vai fazer a transversalidade da conferência é caminhar na lógica da orientação da reconstrução social, do recomeço da luta, do direcionamento da prática social, sindical e popular. Isso que dá esperança nas pessoas. Se houve algum momento na história que teve recomeço... Vocês podem ter clareza de que no país, talvez no mundo, o recomeço é pensar as nossas práticas nos espaços de representação e que tipo de representação que nós fazemos hoje. Eu sempre digo no movimento sindical: acabou a era daquele sindicalismo de balcão, de ficar lá no sindicato esperando o agricultor chegar, atender e ir embora. Acabou isso! Acabou essa história de sindicalista. No sindicato, uma vez, ou duas, por semana... De está escolhendo a atividade que participa. Agora é pé na estrada, dormir se puder e carregar a nossa cruz. Não adianta fugir disso. Se na conferência a gente seguir para esse lado, a gente vai vê que as pessoas também estão querendo ouvir isso. As pessoas estão querendo ser cobradas e ganhar oportunidades. Lá na conferência de Muriaé, que foi a regional que eu participei, eu senti isso lá! A necessidade que as pessoas de se sentirem amparadas, de se sentirem com condição de poder também ir a luta. As pessoas estão querendo ir a luta! Elas só precisam saber quem que elas acompanham! Quem é o direcionamento, que é que está colocando o carro para todo mundo seguir, juntos... Então, eu acho que essa é a lógica que a gente precisa fazer para a conferência seguir nesse tom que a gente começou a dar na conferência passada. Outra coisa que eu acho que é muito importante e fundamental é a gente conseguir fazer com que todas essas temáticas não fujam desse foco, mas também dar a possibilidade do que fazer. É preciso recomeçar. Agora, o que fazer, é a grande questão. Quem está lá no interior, quem está lá na comunidade rural, quem está lá na periferia, precisa fazer alguma coisa. Está se perdendo muito, mas existem coisas que se pode fazer. A gente não pode fugir desse direcionamento. No mais, eu queria trazer aqui a questão da representação dos usuários na mesa. Eu quero dizer que inclusive eu passei por um processo lá na reunião nossa, de quatro pessoas, de me emocionar muito. Eu até brinco que na minha vida quando acontecem algumas decisões muito profundas, eu acabo me emocionando. E o que aconteceu entre nós quatro ali precisaria ter acontecido talvez há um ano e meio, que foi quando os meninos chegaram aqui, no CEAS. É perceber qual é o lugar do usuário aqui, dentro do CEAS. Aqui também é um lugar de disputa, vem cá, entre nós. Hoje, talvez, a galera tenha percebido isso, que esse é um lugar de disputa. Eu não estou falando de disputa entre usuário com usuário, quilombola com entidades, não. É um lugar de disputa que a gente acredita: da assistência social. Vale a gente sempre estar perguntando de qual é esse espaço que a gente fala, de que assistência que a gente quer. Hoje eu conversei com uma menina lá do CRESS, eu disse para ela: desde quando eu cheguei na faculdade, eu escolhi fazer o curso de assistência social não para ser assistente social de CRAS, CREAS, prefeitura... Eu decidi justamente pôr o pé, questionar e ficar. Para questionar a política que não me representava. Eu disse isso para ela. Eu acredito demais na assistência! Eu acredito demais na assistência porque eu acredito que ela é o pilar para que tudo funcione, para que tudo tenha rumo. É a assistência que dá rumo a saúde! É a assistência que dá rumo a educação! É a assistência que dá rumo a infraestrutura! É a assistência que dá rumo a política econômica! E só não dá certo nesse sistema todo quando não se tem a assistência como pilar. Esse é o segredo! Nenhuma infraestrutura, nenhuma política urbana de desenvolvimento vai dar certo se eles não tiverem a assistência social como foco, gente! Não tem as pessoas, não tem a qualidade de vida, não tem a cultura, não tem a valorização do ser humano com sujeito de origem de um lugar, não valoriza as diversas formas de ação no sentido da força do trabalho, a cor, a raça, a etnia... Isso é a assistência social! Eu acredito nisso. Já chama: assistência. Assistência ao ser humano!



Assistência para o direito de ir e vim! Assistência para o direito de voz! Assistência para o direito de participação! Assistência para o direito de produção! Assistência para tudo! Social envolve inclusive a escolha das pessoas. Por isso eu acredito nessa assistência que eu disse para vocês. Eu questiono o SUAS porque ainda é preciso a gente se unir muito para ele dar conta de olhar toda essa diversidade. É nesse sentido que eu estava dizendo. Eu acho que nós precisamos desse lugar. Por isso, eu quero deixar aqui a minha grande gratidão bem profunda do momento em que vivi ali com os meninos. Quando o Isac me falou que estava discutindo porque ele queria repensar o que foi discutido na comissão de... VOZ AO FUNDO. **MARIA ALVES:** Não. VOZ AO FUNDO. **MARIA ALVES:** Não. Ele queria discutir o que aconteceu na mesa diretora. Isso me emocionou muito! Eu disse para ele: “não, Isac. Não.” Ele referiu sobre a última conversa que teve desse lugar. A primeira conversa que teve foi na comissão organizadora também. O meu nome também teria aparecido na comissão organizadora. Eu disse para ele: “não, Isac.” Eu falei muita coisa com o Isac hoje desse lugar e dessa política que a gente defende. Eu falei com ele para ele: “reflete sobre esse lugar que você faz a representatividade. E eu acho que não tem que ser eu, não!” A gente conversou nesse nível, hoje. Eu acho que não tem que ser eu, não. Não tem que ser eu, mas vocês precisam entender o que acontece nessa conjuntura que nós precisamos nos ver. Uma coisa muito clara que ficou e, eu acho que vale para todos nós, é independente de serem trabalhadores, independente de serem assistentes sociais, psicólogos, independente de serem entidades, usuários, independente de ser gestão... Ou a gente se une, ou a gente se fortalece, ou a gente tira um direcionamento para defender essa política... Ou ela deixará de existir na lógica que nós defendemos e acreditamos. E aí, ela se tornará meramente assistencialismo e política de troca. É isso o que está colocado. E foi daí que a gente tirou a definição: ou a gente se une agora para o que a gente precisa fazer inclusive em Minas Gerais... Porque o nosso inimigo eu acredito que ele não está aqui, se está, ele é muito pontual e não nos representa. O que nos persegue é o que está lá fora. Nós temos que definir isso. O que nos persegue? O que é contra nós? E quem é o nosso inimigo? E a partir daí, a gente tem que perceber que a gente precisa se unir e nos fortalecer pela as nossas diferenças, se fortalecer daquilo que pé potencial entre nós. Se a gente tiver essa clareza e essa definição, a gente não vai ter uma conferência de disputa. A gente vai perceber que a gente não precisa desconstruir ninguém para que a política se fortaleça e para que as nossas lideranças se fortaleçam. É o contrário, nós precisamos dar potencial e fortalece quem soma conosco para que, juntos, fortalecemos Minas Gerais para que a gente continua sonhando e acreditando. Que a gente possa dar para Minas o que realmente os mineiros precisam, ainda não chegamos nesse patamar. Caso contrário, não sobreviverá nenhuma política para a gente poder se orgulhar. Nesse momento o que vai perpetuar, se a gente se dividir, vai ser essa conjuntura que está aí. Então, a gente tem é que somar e construir nas nossas potencialidades. Obrigada. **ISAC:** Obrigado Maria pela fala. Só quero falar um pouquinho desse assunto também. Primeiro, é que foi na comissão organizadora Maria. Os membros da comissão lembram que eu mesmo indiquei. Eu disse que era a minha vontade de que a Maria representasse os usuários na mesa antes de ser decidido que teria a representação. Quando a gente estava discutindo isso ainda foi colocado que era preciso um representante de usuário. Aí a minha indicação foi ela. Em função disso, eu também não me senti... A minha fala com a Simone e com a Geise é que, em função de eu mesmo ter indicado ela, eu não me sentiria muito confortável em ser indicado pela comissão. Eu até agradeço por toda a confiança e pelo reconhecimento. Eu tenho ciência de que também fiz um pouco do meu papel neste Conselho. O objetivo dos usuários... Desde o início, nós, usuário, queríamos a Maria. Por isso eu pedi aqui que discutíssemos isso entre nós, entendendo também que somos quatro usuários. Eu agradeço por ter nos dado esse momento para a gente decidir isso melhor. Foi muito em função também por causa do objetivo da nossa participação na hora de chamar o usuário. Eu vim da conferência regional de Valadares, eu vi ali uma regional com 71 municípios participando da conferência e ficarem 18 vagas de delegados... VOZ AO FUNDO. **ISAC:**

Acho que foram 71 que participaram da conferência. Mas ficaram ali 18 vagas de delegados da sociedade civil. Tinham lá 20 usuários participando da conferência como delegados. No curso do Capacita SUAS na turma em que eu estava tinha um usuário, uma entidade e um trabalhador. Considerando tudo isso é que a gente imaginava que a Maria iria ser melhor ali para o objetivo da chamada dos usuários naquele momento. Eu me coloco a disposição para outras atividades na conferência. É só isso, obrigado.

**GEISIANE:** Não temos mais inscrições nesse ponto. E aí, a gente pode avançar nos destaques. Temos destaque no Art.21. Marta confere se está certo, mas eu anotei também. Art. 21. Simone. Correto? **SIMONE:** Eu acho que todo mundo destacou aqui, né? Muita gente destacou. Só quero informar, e como estou informando todas às vezes... Talvez o que eu vou explicar aqui, que está lá atrás, tivesse que vim aqui na frente. Foi esse o meu destaque. O Conselho Nacional fez um informe nº 03, que está aqui. Nesse informe, ele distribuiu as vagas. Vocês viram, Minas Gerais aumentou o número de delegados, né? Apesar de eu não concordar com o critério que eles utilizaram. O critério que eles utilizaram aumentou a nossa delegação. Aumentou o Sudeste e diminuiu o Nordeste. Então, vocês imaginam... Mas isso não vem ao caso, né? Nós estamos em Minas Gerais, é daqui que nós vamos falar. Então ele distribuiu e aumentou o número, passou para 150. E criou duas categorias, é isso o que eu queria explicar. Criou duas categorias: criou os delegados de âmbito municipal e os delegados de âmbito estadual. Nós fizemos uma adequação a realidade de Minas Gerais, talvez isso tenha que vim aqui na frente, né? "Entende-se por delegado de âmbito municipal os delegados advindos das conferências regionais." Eu sei que está lá atrás! Só que vai gerando dúvidas, né? Seria bom que... Sei lá! Vamos discutir aqui. Ele criou outra categoria: delegados de âmbito estadual. Nós temos dois tipos de delegados de âmbito estadual: natos, que somos nós, e os do governo estadual. Aí nós também adequamos essas duas naturezas de delegados. Era só isso o que eu queria explicar. Eu não sei se vocês vão concordar comigo, mas sugiro que essa adequação que nós fizemos deveriam vim, imediatamente, para que as pessoas compreendam onde que elas se encaixam na representação de delegados. Obrigada. **GEISIANE:** Juanita. **JUANITA:** Com relação ao Art. 22, inc. II: delegados de âmbito estadual. Além dessa colocação que a Simone fez e que já foi contemplada, nós não temos a paridade, no âmbito estadual. **VOZ AO FUNDO. JUANITA:** Oi? **VOZ AO FUNDO. JUANITA:** Ok. **VOZ AO FUNDO. JUANITA:** É esse o questionamento. **CONSOLAÇÃO:** Na hora que a gente foi fazer a proposta. A gente pegou o que a gente tem de delegados para a conferência estadual. A gente tem: delegados vindo das conferências regionais, que são esses municipais; Os delegados estaduais, que são esses governamentais; Os delegados natos, que são os conselheiros. Se a gente somar aqui com os 60 governamentais de cima, com os 15 aqui de baixo, mais a sociedade civil, a paridade está na somatória. Você tem 150 vagas, paritariamente 75 e 75. A gente só fez a distribuição para que a gente contemplasse da mesma... Porque a conferência ela é construída, né? O município vai construir o número de vagas para chegar na estadual, e da nossa conferência, a gente tem que pegar quem está como delegado que vai estar disputando as vagas para a conferência nacional. É uma construção dos mesmos moldes que a gente fez. Por isso que, na nossa conferência, a somatória da paridade... Até se a gente for pegar nas conferências regionais... A paridade se dá governamental na hora que você soma tudo: os delegados estaduais, com os delegados governamentais oriundos dos municípios que estão nas conferências regionais mais os outros delegados da sociedade. Aí a gente tem a paridade nessa somatória e não em casa segmento. Na conferência regional a gente teve mais delegados da sociedade civil do que delegados governamentais. A paridade se deu, foi apresentada aqui, na somatória com os delegados estaduais. Então, com a mesma proporcionalidade, nós fizemos. A paridade se você somar ao todo aqui... Ele está paritário. Nós respeitamos as duas vagas para cada um da sociedade civil, foi assim na conferência passada, em 2015, da representação da sociedade civil que geralmente só fica o CEAS, né? Só a parte do governo e os delegados governamentais que disputam as 15 vagas. A sociedade civil do CEAS, os

delegados natos, eles estão nessa parte da sociedade civil, então eu respeitei essa proporcionalidade mesmo, entendeu? A gente tem o que aqui da sociedade civil? A gente tem vinte delegados da sociedade civil para seis vagas. Você tem os outros da sociedade civil para o restante de vagas. Então, eu respeitei essa proporcionalidade. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Eu queria complementar dizendo o seguinte... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Tá! Deixa eu só complementar. A nomenclatura que o CNAS usa ela considera... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Eu estou tentando esclarecer aquela coisa de... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É. Municipal. O CNAS considerou apenas que nós teríamos delegados eleitos em conferências municipais que viriam diretamente para a conferência estadual, por isso que ele usa a nomenclatura de delegados de âmbito municipal. Só esclarecendo isso tá? Então, o que nós tivemos que adaptar é porque nós fizemos a opção por temos conferências municipais, as conferências regionais, que fazem parte da conferência estadual como etapa preparatória, e a gente não poderia de chamar aqui por outro nome. Nós tivemos que nos adequar porque eles estão vindo das conferências regionais. Isso é uma parte. O que a Consolação está mostrando é que na coluna dos somatórios não tem quebra de paridade, é no somatório total. A gente continuou colocando na lógica que a gente fez para as conferências regionais e para a estadual um peso de 40%... É o mesmo que a gente fez nas regionais! Um peso de 40% de vagas para os usuários, colocando um peso na distribuição maior para sempre ter mais vagas para os usuários, seguida de trabalhadores e depois seguida de entidades tá? A gente manteve a preocupação de termos delegados da sociedade civil com um peso maior percentualmente para os usuários na divisão para a sociedade civil. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Simone está inscrita. **SIMONE:** Veja só gente! Vamos tentar entender? Primeiro eu quero dizer que esse quadro realmente... Quem olhar para ele não entende nada! É pior! Quem olhar para ele vai dar “confusão estadual de assistência social!” Primeiro é isso! Vocês têm razão! Nós temos que deixar claro aqui! Vocês lembram que... Nós estamos utilizando aqui o mesmo critério que nós utilizamos para fazer a paridade estadual. A paridade estadual vai acontecer na conferência estadual em que sentido? No sentido que a gente teve mais participação da sociedade civil nas conferências regionais. Os critérios que nós fizemos e desenhamos nós achamos que a paridade entre governo e sociedade civil ela deve acontecer na conferência estadual. Consolação ajuda aí nos números! Governamental nós temos quantas vagas? Eu não estou falando âmbito! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 75 governamentais. Dos 75 governamentais, quantos são de âmbito municipal? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 60. Quantos são de âmbito estadual? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 15. Da sociedade civil nós temos quantas vagas? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 75. Para usuários da sociedade civil nós temos quantas vagas? Sem âmbito! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 30. Tantas para o âmbito municipal e tantas para o âmbito estadual. Para os trabalhadores nós temos quantas? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 26. Tantas para o âmbito municipal e tantas para o âmbito estadual. Entenderam? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** As entidades é a mesma coisa. Essa é a proposta que está aqui. **JUANITA:** Na verdade, essa lógica agora de categorização foi colocada pelo CNAS: delegado de âmbito municipal e estadual. Em âmbito municipal, nós tivemos a sociedade civil em um percentual maior do que o governo na vinda dos delegados para as conferências regionais. Nós estamos nesse segundo item, no âmbito estadual, tentando fazer a compensação disso. É isso? VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** Não? VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** É! Eu entendi... **SIMONE:** Não, gente! O que eu estou dizendo aqui... Eu só expliquei a lógica utilizada da conferência estadual. **JUANITA:** Isso. **SIMONE:** Da regional para a estadual. **JUANITA:** Isso! **SIMONE:** Agora eu estou explicando da estadual para a nacional. A paridade vai se dá... Nós temos que tirar os delegados na paridade aqui na conferência. Nós estamos utilizando o âmbito que eles criaram para entrar na regra da paridade deles. Vocês não entenderam? VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Se eu entendi a sua fala Juanita, eu acho que não é bem isso. Eu não sei se eu entendi o que você falou. Às vezes a gente está falando da mesma coisa e não entendeu ainda... Na divisão das vagas para a conferência estadual são 1.200

delegados eleitos. Nas conferências regionais, que vem das regionais para a estadual, foram 1.100 delegados, sendo 600 da sociedade civil e 500 do governo. Os outros 100 do governo, para dar a paridade, são delegados estaduais: que compõe a equipe da SEDESE, que vão representar o governo estadual lá... VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Foi isso o que a gente fez, entendeu? Então além dos eleitos nas regionais, a gente tem os delegados estaduais, além da gente, conselheiro, que somos delegados natos. E aí, na hora de fazer a divisão aqui, seguiu mais ou menos a proporcionalidade. A gente fez mais ou menos 10% dos delegados da conferência estadual toda... Eram estaduais. Foi mais ou menos a mesma lógica aqui. Então dos 150, seriam esses 15 governamentais que poderiam ser estaduais do governo. A gente seguiu a divisão que veio do governo federal, é o que dá essa diferença. Eles chamam de âmbito municipal, mas o nosso é municipal, que vira regional e que chega na estadual. A gente seguiu mais ou menos a mesma proporcionalidade que estava colocada, mas atendendo a separação que o Conselho Nacional definiu. A gente vai ter delegados que vieram da regional para a estadual eleitos para a conferência nacional, delegados do CEAS que vão ser eleitos na conferência estadual e delegados estaduais que vão ter a possibilidade de serem eleitos para participar da nacional também. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Quando você diz... Isabela! A Isabela sabe explicar... VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Deixa eu te falar! Agora eu comecei a entender! Quando você falou que são 600 delegados da sociedade civil e 500... Aí tem 100 que é da SEDESE. Você disse que tem ainda os... VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Nós estamos contados então, para dar paridade, ao governo? Eu não entendi isso, não. **ISABELA:** Não! Os delegados do CEAS e da sociedade civil vão disputar as vagas do âmbito estadual da sociedade civil, que são seis vagas. Os delegados governamentais do CEAS que vão disputar as vagas governamentais, que são 15, vão ser junto com os delegados estaduais, entendeu? VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Eu acho que está faltando... A gente colocou na resolução 604 assim: “a paridade entre o governo e a sociedade civil será assegurada na conferência.” Então a gente tem que colocar isso: a paridade entre o governo e a sociedade civil está assegurada na somatória dessas representações. **SIMONE:** Eu acho que isso não resolve o problema! Se você mantiver esse quadrinho aqui... Se você mantiver esse quadrinho aqui “minha filha”... Você pode escrever o que você quiser! Se a gente não demonstrar a lógica... **CRISTIANE:** Eu acho que nessa questão aqui do delegado de âmbito municipal a gente precisa coloca alguma coisa explicativa dessa questão da regional. Eu acho que o quadro não está didático. Se você “bater o olho” aqui vai ter confusão estadual. Eu acho que a gente tem que seguir o que está sendo protocolado e organizado pelo Conselho Nacional, mas eu acho que a gente tem que explicar a especificidade de Minas Gerais aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Olha só gente! Espera aí! Vamos conversar mais! Não adianta... Vamos conversar mais para ver o rumo! Todo mundo concorda com a proposta? **VOLNEY:** Olha! Eu estou inscrito para falar. **SIMONE:** Então tem mais gente para falar! Vamos continuar a discussão. **VOLNEY:** O meu questionamento era exatamente com relação à paridade aí. Os delegados que estão vindo de âmbito municipal para a estadual eles disputaram lá. Nós, de âmbito estadual, não estamos disputando! Nós já estamos na conferência! Tem que haver paridade, sim! Tem que haver paridade! VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Não! Nós aqui, uai! VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Oi? Os delegados de âmbito estadual somos nós, conselheiros, não é isso? Somos nós, conselheiros! Ou não? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Pois é! De âmbito estadual não somos nós? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** De âmbito estadual... Volney! VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Sim, uai! De âmbito estadual somos nós! É o que eu estou entendendo! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Volney! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Espera aí, gente! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! Espera aí! Vamos explicar! Eu vou passar para a Isabela para ela explicar para o Volney. **ISABELA:** Eu não sei se eu entendi a sua fala, Volney. Os conselheiros estaduais, na lógica da divisão ali do MDS, disputariam aquelas vagas do item II: delegados do âmbito estadual. Entendeu? **VOLNEY:** Pois é! **ISABELA:** Nós, conselheiros do CEAS, na conferência estadual, vamos disputar as vagas do âmbito

estadual para ir para a conferência nacional. **VOLNEY:** Estadual. Exatamente! Então, somos... VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Exatamente! Somos 40 conselheiros. **ISABELA:** Gente! É isso o que a Simone está colocando aqui! É uma proposta que a gente tentou contemplar encima das orientações que vieram do Conselho Nacional. Mas a gente pode discutir aqui! **VOLNEY:** Somos 40! VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Qual que é a sua proposta? Aquelas seis vagas Volney vão ser disputadas entre os 20 conselheiros da sociedade civil que compõe o Conselho. **VOLNEY:** Sim. **ISABELA:** Vão ter seis vagas para ir para a nacional. **VOLNEY:** Sim! Exatamente! **ISABELA:** A disputa seria: 20 para tirar 6. **VOLNEY:** Tudo bem! Agora, só que a nível governamental não está tendo a paridade, uai! De 20 vão 15? Não pode! **ISABELA:** Não! Agora eu entendi a sua questão! Volney, as 15 vagas de âmbito estadual governamental seriam disputadas pelos 20 conselheiros aqui mais 100 delegados estaduais! Então, na verdade, para o governo, a disputa é muito maior! Entendeu? **VOLNEY:** Quais são esses 100 delegados estaduais? **ISABELA:** Não! Eu entendo que não está escrito. A gente pode pensar em uma forma de comunicar. Volney, a gente tem 100 delegados estaduais. **VOLNEY:** Sim. **ISABELA:** SEDESE. Tá? Mais 20 delegados governamentais que compõe o Conselho. Esses 120 vão disputar 15 vagas para participar na nacional, entendeu? A maior parte das vagas governamentais está ficando para o município, não está ficando para o Estado. **VOLNEY:** Quem são esses outros 100 conselheiros de âmbito estadual? **ISABELA:** Não são conselheiros, Volney! Eles são da SEDESE. **VOLNEY:** São da SEDESE? **ISABELA:** São da SEDESE! A gente definiu isso quando a gente discutiu a composição da conferência estadual. Está escrito na resolução que são 100 delegados estaduais mais os 40 delegados natos do Conselho, entendeu? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Está muito confuso! Viu a idéia da Maria, Consolação? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Por que a gente não usa a mesma linguagem usada na regra passada. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Gente! Tem uma proposta para a gente encaminhar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Pessoal! A gente tem uma opção, né? A Consolação disse que tem uma proposta para trazer e tornar isso mais claro. A Maria também deu uma idéia. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ótimo. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Espera aí, gente! Só um minutinho, Maria! Só um minutinho. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Maria, pega o microfone de uma vez. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Segura só um pouquinho. A Maria está trazendo duas propostas. Ela falou que agora tem mais uma. E aí, eu estou dizendo que nós temos uma também que seria: dar uma parada para essas pessoas pensarem uma proposta mais clara para a gente apresentar aqui. Se não a gente fica aqui falando até fora do microfone e não chegamos a um consenso. Qual é a sua outra proposta, Maria? **MARIA ALVES:** Nessa vaga que consideram seis, sendo duas de usuários, duas sociedade civil e duas entidades, que a gente pudesse rever essa porcentagem e colocar pelo menos mais três vagas, gente. Seis conselheiros daqui são poucos para a nacional, considerando que a gente faz um grande debate aqui e que esses conselheiros continuaram aprofundando isso no cotidiano. Então, eu sugiro rever essa porcentagem colocando mais três vagas. A outra proposta é refazer essa linguagem adequando no âmbito estadual e considerando os eleitos no CEAS, aí fica claro e não dá essa confusão. O Volney está certo, uai! A gente pensa que o governo está levando vantagem. Quem vê visualmente acha isso. **SIMONE:** Não pode. Isso não pode! A sua proposta é: mais uma para usuário, mais uma para trabalhador e mais uma para entidade? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tá. E a gente deixar claro visualmente para não dar confusão. **ISABELA:** Vocês acham que é melhor escrever em formato de texto ao invés de fazer quadro? Não? O mesmo quadro... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Microfone Maria! Por favor. **MARIA ALVES:** Essas vagas que foram eleitas na plenária do CEAS... Eu lembro que na conferência passada tinha um texto dizendo que tantas vagas eram eleitas na plenária do CEAS. **SIMONE:** Ah! Nós elegemos em plenária do CEAS, Maria? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! A Maria não está discutindo a forma ainda, Isabela. A Maria não está discutindo a forma ainda! Por enquanto, a Maria está discutindo o método. Isso o que ela alertou aqui é importante! “Tem tantas vagas para o CEAS.” “O CEAS em

sua reunião plenária ele mesmo vai decidir.” VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Pronto! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Para não ficar concorrendo e disputando lá, né? E o âmbito estadual? Como que a gente fez na outra vez? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não? **MARIA ALVES:** Não tinha isso, não! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Gente! A Isabela e a Consolação vão pensar em um formato, e aí a gente volta nesse ponto. Senão a gente fica aqui e não tem uma proposta de nova redação. O próximo destaque... Vamos virar a folha, é da Simone, no Art. 30. **SIMONE:** Art. 30? Ah... Tem uma falha aqui. A gente tem que colocar aqui que o CEAS bancará para os conselheiros estaduais: transporte, estadia e alimentação para a conferência estadual. Tem que colocar aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Todos! Na verdade, não são os conselheiros estaduais, são os delegados, né? Os delegados natos, que são os conselheiros estaduais. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! Eu estou falando da conferência estadual. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Hãh? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É da sociedade civil, uai! **CRISTIANE:** De Belo Horizonte e demais municípios? **SIMONE:** Gente! Está todo mundo da sociedade civil está aqui. Todo mundo está aqui! Tem que dar o mesmo tratamento para os conselheiros delegados da sociedade civil que vai dar para a sociedade civil geral! Como é que vai ser feito com os delegados de Belo Horizonte? Vai pagar as passagens deles? Então tem pagar as passagens dos delegados da sociedade civil de Belo Horizonte também! É isso o que eu estou falando! Senão fica prejudicado, uai! É isso o que eu estou alertando! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** “Aos delegados natos da sociedade civil...” Conseguir colocar aí, Rosa? **GEISIANE:** Simone, ela está acrescentando: “bem como aos delegados natos da sociedade civil.” Não é isso? É. Não estava mencionado ali. Exato. Isso. É isso? Pode ler? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Olha só gente! Prestem atenção! Rosa. Anota aí para a gente. Nós vamos ter que colocar ali os delegados natos representantes dos Conselhos Municipais, independente de ser sociedade civil. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! A gente não pode colocar assim, não! Eu, Marta, Wilson... Nós não recebemos. Nós só recebemos o nosso salário para estarmos aqui. É diferente. É isso o que eu estou chamando a atenção. Porque depois nós vamos começar a receber coisa, e aí nós vamos ser questionados. Quem recebe: delegados natos representando os Conselhos Municipais e delegados natos do COGEMAS. Esses são os que recebem. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É verdade! Os que têm essa contemplação são: os representantes dos Conselhos Municipais e do COGEMAS. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Quem é de Belo Horizonte também não. Cris, quem é de Belo Horizonte também Não. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É isso o que a Simone está falando. Não está ali! A gente vai ter que colocar. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não são todos do CEAS não gente! É isso o que eu estou chamando a atenção. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu, o Wilson, a Marta... A gente não vai receber nada na conferência. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A alimentação vai ser para todo mundo, Marta! Nós estamos na regra de todos! Aqui nós estamos fazendo a regra da exceção. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Presidente! Eu sugiro então que faça por benefício: transporte para todos, alimentação... Porque isso vai dar confusão! Isso aí está mais confuso, gente! Eu mesmo entendo que ali estão contemplados todos os conselheiros da sociedade civil do CEAS. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Transporte, alimentação e hospedagem? Eu sou de Belo Horizonte! **GEISIANE:** É isso o que eu estou falando. Quando a Simone falou, eu completei que nós vamos acrescentar ali para discriminar. De alguma forma a gente vai ter que dizer os de Belo Horizonte não recebe. É isso o que você está falando. Talvez... VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Não recebe hospedagem, entendeu? Tem essa questão que os que são daqui não recebem hospedagem e diária, só alimentação e transporte. Correto? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Então vai ter que citar tudo! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Para isso ficar mais claro. Eu acho que a idéia que a Simone trouxe é totalmente pertinente. A Cris também completa que a gente precisa deixar claro. Eu acho que a gente tem que pensar em uma proposta de redação porque o que foi colocado é totalmente pertinente. A gente tem que incluir isso, mas a gente não pensou no formato. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sim Rosa! Á o microfone para a Rosa! Ela pode contribuir muito com a gente. Rosa. **ROSALICE:** Eu não sei se

isso vai ajudar, mas quando tem o Capacita SUAS ele paga: hospedagem e alimentação para aqueles cursistas que são de 70 km da sede. Não seria isso? Porque vocês estão falando que a região metropolitana não vai ter hospedagem. A região metropolitana. Não seria isso? Não? VOZ AO FUNDO. **ROSALICE:** Belo Horizonte. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Vamos fazer? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Senão fica mais confuso, Cris. Vai ter que separar! VOZ AO FUNDO. **DÉBORA:** Deixa eu só fazer uma sugestão. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Débora está inscrita, gente. Só um minutinho. Pessoal! Vamos nos concentrar! O pessoal está despeço! Pessoal! Conselheiras aí da janela! Vem contribuir com a gente! **DÉBORA:** Pode falar? Eu estou tentando contribuir aqui com a redação. Eu acho que é só colocar lá assim: “para os que não moram em Belo Horizonte.” Pronto! Não é isso? Todo mundo que não mora em Belo Horizonte da sociedade civil. “Os delegados natos eleitos vão ter... Pago”. Só isso. VOZ AO FUNDO. **DÉBORA:** Sociedade civil. Não é isso? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** COGEMAS e CMAS. **DÉBORA:** E os delegados natos que têm... VOZ AO FUNDO. **DÉBORA:** É. Para os que não moram em Belo Horizonte. Tem que deixar isso claro. **GEISIANE:** Gente! Tem o destaque do Volney. Eu vou sugerir que... A Marta está pensando em uma proposta de redação. Vamos fazer a mesma coisa! Se alguém quiser contribuir aqui com a Marta... A gente avança na proposta de redação. É claro para todos nós que aquilo ali tem que ser mudado! Tem que dar uma maior clareza. Volney, a gente pode? **VOLNEY:** Sim. **GEISIANE:** Você concorda? **VOLNEY:** Sim. **GEISIANE:** Você no Art. 33 um destaque. Enquanto isso, a Marta está pensando aqui para contribuir com a gente. **VOLNEY:** Olha só gente! A conferência termina no dia 11, às 18h. Eu sugiro que haja um telefone nos crachás... Sei lá de que forma! Mas é tipo um plantão, por quê? Os delegados podem ir embora e ter qualquer problema de ser assaltado, ser roubado, não ter ônibus nesse traslado... Eu vou usar um exemplo de um delegado que veio na conferência anterior. Ele tem deficiência mental leve. Ele veio sozinho. Eu fui levá-lo a rodoviária, peguei a última passagem, foi uma sorte, senão tivesse eu teria que levá-lo para a minha casa. Eu acho que nós temos que pensar que é uma responsabilidade nossa. Eu acho que é necessário ter um telefone de plantão para que qualquer eventualidade a pessoa ligue para esse telefone. Tem delegado que nunca veio para Belo Horizonte, não tem a noção da cidade, não tem a noção geográfica da cidade... É assustador para o delegado! Não só para os usuários, mas para outros delegados. Eu acho que nós precisamos deixar um telefone de plantão, pelo menos até meia noite, até a pessoa ir para a rodoviária, pegar o ônibus e embarcar. Teve um caso também de uma delegada em Brasília que estava na nossa delegação. Eu fui procurá-la no hotel e ela não estava no hotel. Ela tinha vindo sozinha para Belo Horizonte. Tivemos que pedir para o hotel abrir a porta do apartamento para ver se ela estava lá! A mulher veio sozinha para Belo Horizonte! Ela é da saúde mental também. Então eu acho que nós temos que nos preocupar e nos resguardar para evitar problema. **GEISIANE:** Sim. **VOLNEY:** É muito sério! É uma responsabilidade nossa! **GEISIANE:** Volney! Isso o que você está trazendo é muito pertinente. Eu estou pensando que não seja aqui no regulamento que tenha que constar essa informação. Mas é muito pertinente! Eu acho que a gente tem que levar para a comissão organizadora. Eu estava dialogando com a Simone trazendo a idéia de que para todos os delegados vai uma orientação, inclusive para os delegados da sociedade civil que vão ter o custeio do transporte rodoviário. Então, vai uma orientação específica, única, para cada um. Eu acho que nessa orientação direcionada tem que ter esse socorro, esse auxílio. Eu acho que é importante, só não acho que deve estar no regulamento. Pode estar na orientação que vai para os delegados. O que vocês acham? Ok? Vai uma orientação específica que vai para, além disso, tá, Volney? Na orientação também vão ter outros pontos importantes. Contemplado Volney? Está anotado aqui. Nós vamos levar isso para a orientação. **VOLNEY:** Agora, outro detalhe, o pessoal aí da acessibilidade estiveram no hotel? Olharam, por exemplo, os banheiros? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Vão falar depois? Ah, tá! Ok. **GEISIANE:** Vai ter o repasse. A Érica está inscrita? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Não? **ÉRICA:** Essa questão que o Volney está trazendo a gente pode vincular com a sala de soluções, né?

Porque fica um espaço central onde tem algumas pessoas que são responsáveis, aí a gente pode colocar um telefone ou alguma coisa assim... Assim a gente consegue amarrar um espaço, um telefone e uma referência. Porque realmente tem esses casos. VOZ AO FUNDO. **ÉRICA:** Sim! Mas durante também, né? **GEISIANE:** Durante, com certeza, a sala de soluções ela deve fazer esse papel. **ÉRICA:** Sim. **GEISIANE:** Eu acho que é importante isso ser reforçado. Podemos estender as pessoas da sala de soluções para serem esse referência. É uma idéia boa também. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Isso. Vamos ficar de plantão. A Marta já tem uma proposta aqui para a redação do Art. 30. **MARTA SILVA:** Eu e a Dayana sentamos aqui. A nossa proposta é que o Art. 30 continue na redação original e a gente inseriria um parágrafo dizendo: “os delegados natos, representantes da sociedade civil do CEAS, além dos representantes governamentais do COGEMAS e dos Conselhos Municipais, não residentes em Belo Horizonte, terão assegurados transporte rodoviário, traslado, hospedagem e alimentação pelo CEAS.” VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Lendo, de novo: “os delegados natos, representantes da sociedade civil do CEAS, além dos representantes governamentais do COGEMAS e dos Conselhos Municipais, não residentes em Belo Horizonte, terão assegurados transporte rodoviário, traslado entre o hotel e o lugar do evento, hospedagem e alimentação pelo CEAS.” VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Não, Belo Horizonte é município. Quando a gente fala região metropolitana a gente se refere a região metropolitana. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Está claro para vocês? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É! Belo Horizonte é o município. Região metropolitana a gente faz referência. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** O Léo está falando assim: “para os que não são residentes no município de Belo Horizonte.” Às vezes tem municípios que... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É. Região metropolitana é assim: tudo junto e misturado! Está bom assim, gente? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Fechou né? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Podemos ler? Então vamos lá! §1º O transporte rodoviário corresponde ao trajeto do município de origem do participante até Belo Horizonte e seu retorno após a conferência, por meio de voucher (vale transporte) emitido nominalmente para o delegado da sociedade civil. §2º As exceções serão discutidas pela Comissão Organizadora. §3º Os delegados natos, representantes da sociedade civil do CEAS, além dos representantes governamentais do COGEMAS e dos CMAS, não residentes no município de Belo Horizonte, terão assegurados transportes rodoviários, traslados entre o hotel e o local do evento, pela hospedagem... VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ficou estranho aí, né? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Hospedagem. Tira o “e” lá! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Os delegados natos, representantes da sociedade civil do CEAS, além dos representantes governamentais do COGEMAS e dos CMAS, não residentes no município de Belo Horizonte, terão assegurados transportes rodoviários, traslados entre o hotel e o local do evento, hospedagem em Belo Horizonte e alimentação pelo CEAS. Ok? Agora ficou claro, né? **LUIZ GEORGE:** Geisiane! **GEISIANE:** Como é que é Cris? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Pega o microfone aí Cris! **LUIZ GEORGE:** Geisiane! **GEISIANE:** Só um minutinho Sr. Luiz! Tem a Cris aqui. Aí depois é o senhor. **CRISTIANE:** Ficou entendido para todo que os delegados natos de Belo Horizonte terão almoço? VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Não ficaria melhor assim: “os representantes da sociedade civil do CEAS”? **GEISIANE:** Ficaria melhor, não? **GEISIANE:** Sr. Luiz, eu não entendi! **LUIZ GEORGE:** “representantes da sociedade civil do CEAS.” No §3º. Poderia voltar no Art.1º? Eu “dormir no ponto!” Desculpa aí tá! “Aprovar o regulamento da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, de forma complementar às Resoluções de números 586, 592, 595, 604 e 605/2017, contidas nesta resolução.” VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Hein? VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Do jeito que está escrito aí só as resoluções que... VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Está legal. **GEISIANE:** O regulamento é contido nesta resolução. **LUIZ GEORGE:** Obrigado. **GEISIANE:** Mas a outra correção... Obrigada, Sr. Valter. Então ok? A gente está pendente então no... Você está me chamando? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sério? Sr. Luiz desculpa! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Até perdi o que eu estava falando! A



gente está pendente com um ponto, né? Dos critérios de delegados. As meninas ainda não retornaram! A gente quer propor avançar aí nos pontos da nossa pauta. Na verdade, a gente não colocou, não está na pauta, mas a gente tem que discutir também as questões dos convidados e também das vagas remanescentes para os delegados da conferência estadual. Então a gente quer adiantar também esses pontos. Dayana.

**DAYANA:** E da comissão de acessibilidade. Na última plenária ficou acordado que, nós, da comissão, iríamos visitar o local, visitar os hotéis... Então, eu queria saber se a gente já pode. Ainda não estavam fechados quais eram os hotéis... Então, a gente queria saber se isso já está fechado para a gente desenvolver o trabalho da comissão. **SIMONE:** Gente, não tem hotel contratado, não! Tá? **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Não. Vamos ver com calma! O dia que for visitar um, visita todos! É! Tá? O hotel ainda... Quando estiver contratado, a nossa secretaria executiva vai ser responsabilizar por isso. Veja só gente! **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Hãh? Ah, já chegaram! **VOZ AO FUNDO.** **GEISIANE:** Sim. A Consolação e a Isabela retornaram. Por favor, Isabela. Vem cá para você apresentar para a gente a proposta. **ISABELA:** A Consola vai abrir ali. A gente achou que a forma mais clara seria no texto tá? A gente fez um formato aqui, aí vocês dão uma olhada. Mas aí se vocês acharem melhor, a gente pode pôr o texto e voltar com a tabela também. Eu achei que o texto não dá essa sensação de que o governo estadual está com mais vagas. Aí dá para ver que a disputa é pelo CEAS e os delegados estaduais. A alteração está marcada ali de amarelo. **VOZ AO FUNDO.** **ISABELA:** Eu vou fazer a leitura. A idéia é ver se o que está escrito ficou claro mesmo tá? “O numero de delegados disposto anterior terá a seguinte distribuição: dos 150 delegados a serem eleitos para a conferência nacional, 126 vagas serão destinadas a delegados de âmbito municipal e 24 vagas para os delegados de âmbito estadual.” Aqui já acrescentamos as três vagas solicitadas para a sociedade civil estadual tá? “Entende-se por delegados de âmbito estadual aqueles delegados eleitos nas conferências regionais de assistência social. Entende-se por delegados de âmbito estadual os delegados natos, representantes do CEAS, e os delegados estaduais previstos na resolução do CEAS nº 604/2017. As 150 vagas serão distribuídas das seguintes formas: I – serão destinadas 27 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento de usuários; II – serão destinadas 23 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento de trabalhadores; III – serão destinadas 16 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento entidades; IV – serão destinadas 60 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento governamental; V – serão destinadas 03 vagas para os delegados de âmbito estadual do segmento de usuários; VI – serão destinadas 03 vagas para os delegados de âmbito estadual do segmento de trabalhadores; VII – serão destinadas 03 vagas para os delegados de âmbito estadual do segmento de entidades; VIII – serão destinadas 15 vagas para os delegados de âmbito estadual do segmento governamental. §5º Os delegados estaduais oriundos das conferências regionais concorrerão as vagas dos delegados municipais para a 11ª conferência nacional de assistência social dispostas nos incs. I a IV do §4º. Os delegados natos representantes da sociedade civil no CEAS concorrerão as vagas da sociedade civil dispostas dos incs. V a VII do §4º. Os delegados natos representantes do governo no CEAS concorrerão as vagas governamentais dispostas no inc. VIII do §4º. Os delegados natos da sociedade civil representantes do CMAS no CEAS concorrerão as vagas relativas ao segmento que representam em seu Conselho Municipal. Concorrem ainda as vagas relativas ao governo dispostas no inc. VIII deste artigo os delegados estaduais governamentais excetuando-se oriundos das conferências regionais.” **VOZ AO FUNDO.** **CRISTIANE:** Essa proposta que a Maria traz da definição dos delegados natos do CEAS serem retirados em pleno... **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** É uai! Eu já ia falar a mesma coisa! **CRISTIANE:** Até porque eles... Como é que vai ser? **SIMONE:** “Minha filha!” Sabe como que vai ser? Na hora que falar “três usuários de âmbito estadual...” Os usuários de âmbito municipal vão querer as vagas todas do âmbito estadual e levar para o município. Tem que tirar aquilo ali! “Tantas vagas para os delegados natos do Conselho Estadual serão decididas em pleno por ele.” Pronto! Igual ela sugeriu! **CRISTIANE:** Entendendo

que esse pleno vai ser o pleno eleito da sociedade civil, né? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Pleno. Plenária! Pleno! **CRISTIANE:** Sim! Entendi! **SIMONE:** Plenária do Conselho Estadual. **CRISTIANE:** Eu entendi isso! O que eu estou perguntando é se serão os delegados eleitos nessa conferência. É isso o que eu estou perguntando. **SIMONE:** Que delegados? **CRISTIANE:** Os delegados não, os conselheiros. Desculpa. **SIMONE:** Ah, gente! Por favor! Por favor! Serão aqueles que serão conselheiros! Só é conselheiro quem toma posse! Quem não tomou posse... O conselheiro que não é eleito não é conselheiro, não! Conselheiro eleito é aquele conselheiro que tomou posse! Esse debate nós vamos fazer aqui depois. Por favor! O que nós estamos fazendo aqui é tirar o constrangimento de fazer esse debate do Conselho com 1.500 pessoas. É isso o que nós estamos fazendo aqui! As regras de quantos serão e como serão... Nós vamos discutir aqui! Já tem uma proposta da Maria: ser três para cada segmento. Agora, quem do segmento é o que nós vamos discutir aqui. Lembrando que... Eu vou deixar claro: só é conselheiro quem toma posse. Se no nosso pleno antes da conferência estiverem conselheiros para ser eleitos, eles serão eleitos. Senão, serão esses aqui. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Gente! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Cris! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Espera aí gente! **CRISTIANE:** Eu estou só reforçando que a proposta que a Maria traz de ser no pleno. Se for lá, nós vamos ter feito a eleição na manhã. **SIMONE:** Gente! Eu vou explicar! **CRISTIANE:** Tudo bem! Eles não tomaram posse, mas... **SIMONE:** Eu quero explicar duas coisas aqui para vocês! Duas coisas. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! Calma! Todo mundo aqui é conselheiro até o próximo tomar posse. Ponto! Tem data para mandar o delegado para a conferência nacional! Tem data! Não é assim: "ah! Eu vou esperar tomar posse e depois eu mando!" Lá também tem data! É igual aqui que tem data final até o dia 25, sei lá... Me ajuda aqui, gente! Por favor. Não é Consolação? Qual é a data final para a gente mandar? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É! Tem uma data final que o sistema fecha lá. É até nessa data. Então, se até nessa data nós fizermos o pleno, e no pleno já tivermos dado posse, aí é quem é conselheiro no dia em que a gente decidir. Isso é o que eu quero dizer. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Hãh? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! Nós estamos deixando ali que as vagas dos conselheiros serão tiradas aqui! Em nossa reunião! **JUANITA:** Presidente. VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** Eu estou entendendo a colocação da Cris. Na verdade, foi chamada já uma plenária extraordinária. Provavelmente a eleição desses candidatos dar-se-á para a conferência estadual nessa plenária extraordinária. **SIMONE:** Não! **JUANITA:** Não? **SIMONE:** Não, depois da conferência estadual! A plenária extraordinária... Só se eu for doida! **JUANITA:** Ah... **SIMONE:** A extraordinária é para a gente discutir regimento interno, discutir quem vai ficar tomando conta das pessoas até às 22h... É para isso! É isso o que eu vou fazer! Não vai ser no próximo pleno que nós vamos discutir isso aqui, não. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Vamos ler de novo? Vamos ler tudo de novo! Agora, eu vou pedir silêncio gente É muito sério! Sabe por quê? Olha só gente! Vamos com calma! É preferível a gente ficar nervoso aqui. É preferível a gente discutir aqui do que com 1.500 pessoas. Então vamos prestar atenção. Agora, se soar esquisito de novo, nós voltamos para discutir, está bom? Então lê para nós aí. **ISABELA:** Antes, só uma questão aqui que não ficou clara ali ainda, eu acho. Os delegados governamentais: vão disputar essas vagas os conselheiros governamentais do CEAS e os delegados estaduais. Essa eleição dos delegados estaduais vai ocorrer em que momento? Na conferência? VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Do governamental. Então pode deixar aqui da forma como está, né? Então tá. Então vamos lá! Eu vou começar do Art. 21. Serão eleitos 150 (cento e cinquenta) delegados do Estado de Minas Gerais para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, de forma paritária, de acordo com o informe nº 03/2017 mencionado no artigo anterior. Art. 22 O numero de delegados disposto anterior terá a seguinte distribuição: dos 150 delegados a serem eleitos para a conferência nacional, 126 vagas serão destinadas a delegados de âmbito municipal e 24 vagas para os delegados de âmbito estadual. §2º Entende-se por delegados de âmbito estadual aqueles delegados eleitos nas conferências regionais de assistência social. §3º Entende-se por delegados de

âmbito estadual os delegados natos, representantes do CEAS, e os delegados estaduais previstos na resolução do CEAS nº 604/2017. §4º As 150 vagas serão distribuídas das seguintes formas: I – serão destinadas 27 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento de usuários; II – serão destinadas 23 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento de trabalhadores; III – serão destinadas 16 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento entidades; IV – serão destinadas 60 vagas para os delegados de âmbito municipal do segmento governamental; V – serão destinadas 09 vagas para os delegados natos do CEAS da sociedade civil, sendo 03 vagas para cada segmento eleitos em plenária. Esse foi alterado. Serão destinadas 15 vagas para os delegados de âmbito estadual do segmento governamental. §5º Os delegados estaduais oriundos das conferências regionais concorrerão as vagas dos delegados municipais para a 11ª conferência nacional de assistência social dispostas nos incs. I a IV do §4º. Os delegados natos representantes da sociedade civil no CEAS concorrerão as vagas da sociedade civil dispostas no V do §4º. Os delegados natos representantes do governo no CEAS concorrerão as vagas governamentais dispostas no inc. VIII do §4º. Os delegados natos da sociedade civil representantes do CMAS no CEAS concorrerão as vagas relativas ao segmento que representam em seu Conselho Municipal. §9º Concorrem ainda as vagas relativas ao governo dispostas no inc. VIII deste artigo os delegados estaduais governamentais excetuando-se os oriundos das conferências regionais. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Marta. O Volney. A Juanita. **MARTA SILVA:** Eu queria fazer duas sugestões só para aprimorar o texto. Sobe um pouquinho, Rosa. Quando a gente fala lá que os delegados do CEAS vão ser eleitos em plenária, tem que dizer que é a plenária do Conselho Estadual, porque pode confundir com a plenária da conferência. Abaixa um pouquinho também... Está um pouquinho confuso! Vamos ver se a gente entende. “Os delegados estaduais oriundos das conferências regionais concorrerão as vagas dos delegados municipais para a 11ª conferência nacional de assistência social.” Nossa senhora! Dá muito nó na cabeça! VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Você tem? Ah! Então tá! É porque está confuso. VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** A minha dúvida era no §5º. VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Já suprimiu? A minha sugestão era: “os delegados municipais que são oriundos...” É o inverso. VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Qual a diferença do delegado de âmbito municipal para o delegado de âmbito estadual? **ISABELA:** Luiz George, a diferença... É porque a gente tem uma denominação diferente da que o Conselho Nacional definiu. Para a gente, o delegado municipal é aquele que foi eleito na conferência regional, então seriam os delegados regionais. Os delegados estaduais são os delegados da SEDESE, que é um grupo que vão ser 100 pessoas, mais os delegados natos que somos nós, os 40 conselheiros aqui. Ok? **LUIZ GEORGE:** Não foi obedecida a paridade. Para os delegados de âmbito municipal ficaram 06 a mais. Aí ficam 09 mais que são o governamental. Por que não colocou igual para todos? **ISABELA:** Sr. Luiz George, a gente até tirou esse quadro agora. Ele está dando a entender como se a gente não estava respeitando a paridade, mas nós estamos. A paridade se dar quando a gente soma os delegados governamentais de âmbito municipal, que na verdade são os delegados regionais, e os delegados de âmbito estadual governamental mais os delegados de âmbito municipal da sociedade civil e os delegados de âmbito estadual da sociedade civil. Quando a gente soma essas duas categorias tanto da sociedade civil, quanto do governo, aí dá a paridade, entendeu? A gente tirou esse quadro porque ele estava confundindo. Realmente parecia que não estava dando paridade, mas na soma dá, tá? **LUIZ GEORGE:** Obrigado. **SIMONE:** Eu acho que, só pela discussão aqui, vocês viram que claro não ficou. Então, eu vou fazer outra sugestão: que a gente tira esse negócio de âmbito municipal e âmbito estadual. Isso é uma regra do Conselho Nacional. No dia que a Consolidação for fazer o sistema, ela vai lá e coloca assim: que nós vamos tirar tantos delegados advindos das regionais, e não advindos de âmbito municipal, e que vão ser tantos das regionais e tantos do governo do Estado! Pronto. Para todo mundo saber! Advindos das regionais: “x” para governo e “x” para sociedade civil. Ponto. Do âmbito

estadual: “x” para o governo e “x” para a sociedade civil. Ponto. Porque para todo mundo na conferência estadual interessa a paridade vocês viram aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A minha sugestão é: usar a nossa linguagem de âmbito regional e deixar clara a paridade. O que está acontecendo? A gente está usando usar a linguagem de âmbito municipal apesar de que ninguém se reconhece assim e porque já houve a etapa regional. Além disso, o que está acontecendo? Nós estamos começando a vaga do âmbito municipal dizendo “23 para usuários, 20 para trabalhadores, não sei quantos para as entidades e 60 para o governo.” Uai! A linguagem nossa está horrível! 60 vagas para o governo, 23 para as entidades e 20 para usuários... Aí não dá uma idéia de paridade de novo! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! É uma questão de linguagem. Depois que todo mundo tiver clareza da paridade, dentro da paridade eu divido. É uma questão de linguagem. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É! VOZ AO FUNDO. **LUIZ GEORGE:** Aqui só tem número ímpar, né? VOZ AO FUNDO. **MARIA ALVES:** As 150 vagas serão distribuídas de que forma? Aí põe “x” governamental e “x” sociedade civil. Aí lá você já descreveu como elas foram distribuídas. **SIMONE:** Do governo são “x” dos municípios e “x” do Estado. Da sociedade civil são “x” dos municípios e “x” do Estado. Ponto. **ISABELA:** A gente pode colocar aqui encima. Colocar, por favor: 75 vagas para governamental e 75 vagas para a sociedade civil. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** O Art. 21 ficaria: serão eleitos 150 delegados... Deixa eu só terminar aqui. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Simone, a gente detalhando ali vai continuar com a impressão que a gente está elegendo mais governo do que sociedade civil. **SIMONE:** Gente! Mais uma vez! Eu vou pedir, por favor, para a gente ter calma, senão nós vamos ter que tirar esse assunto de hoje e não votar isso hoje. Então vamos com calma, por favor. Ajuda! Se todo mundo ajudar, nós vamos conseguir, eu tenho certeza. **ISABELA:** Então ficaria: serão eleitos 150 delegados do Estado de Minas Gerais para a 11ª conferência nacional de assistência social, sendo 75 vagas para governamentais e 75 vagas para a sociedade civil, de acordo com o informe nº 03/2017 mencionado no artigo anterior. Art. 22 O número de delegados disposto no artigo anterior terá a seguinte distribuição: dos 150 delegados a serem eleitos para a conferência nacional, 126 vagas serão destinadas a delegados advindos das conferências regionais – 60 vagas governamentais e 66 vagas da sociedade civil, e 24 vagas para delegados de âmbito estadual – 15 vagas governamentais e 9 vagas da sociedade civil. **SIMONE:** Nós vamos dizer que nós vamos... É o contrário, eu acho. Nós vamos dizer quantas vagas são do governo e quantas vagas são da sociedade civil. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É porque “eu não enxergo”, né? Vocês sabem que eu colaboro pouco porque eu vou ficar... Está escrito ali 75 e 75. Das 75 vagas da sociedade civil tantas vão ser para o âmbito municipal e tantas para o âmbito estadual. Vamos tentar construir. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tantos advindos das regionais e tantos da estadual. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Vamos lá! Outra proposta: o número de delegados... Dayana! RISOS. O número de delegados disposto no artigo anterior terá a seguinte distribuição: das 75 vagas para o segmento governamental serão destinadas 60 vagas para os delegados advindos das conferências regionais e 15 vagas para os delegados natos do CEAS e delegados estaduais; Das 75 vagas para o segmento da sociedade civil serão destinadas 29 vagas para o segmento de usuários advindos das conferências regionais, 23 vagas para o segmento de trabalhadores para delegados advindos das conferências regionais, 16 vagas para o segmento de entidades para delegados advindos das conferências regionais e, 09 vagas para os delegados natos do CEAS. Aí depois a gente coloca outro parágrafo dizendo: os delegados do CEAS que se trata nesse inciso vão ser eleitos em plenária. **SIMONE:** É. Eu acho que ficou melhor. Eu só sugeriria, se os senhores me permitirem... Ali é o artigo... Me ajuda a vê, gente! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 22? Ah, então vamos fazer um parágrafo ou um artigo dizendo: a paridade nessa conferência será garantida com... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Está escrito? **ISABELA:** O Art.21 está escrito assim: Serão eleitos 150 (cento e cinquenta) delegados do Estado de Minas Gerais para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, sendo 75 vagas para governamentais e 75 vagas para sociedade civil. **SIMONE:** “Da seguinte forma” não é melhor? Direto! **ISABELA:** Ok. Tá!

Então tira. **SIMONE:** Da seguinte forma. **ISABELA:** Distribuídos da seguinte forma. VOZ AO FUNDO. PARTE 3 VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Gente! Agora diminuiu bem o texto! Mas eu acho que ficou mais claro. Vamos ler de novo? Então vamos lá! Art. 21 Serão eleitos 150 (cento e cinquenta) delegados do Estado de Minas Gerais para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, sendo 75 vagas para governamentais e 75 vagas para sociedade civil, distribuídas da seguinte forma: I – Das 75 vagas para o segmento governamental serão destinadas 60 vagas para os delegados advindos das Conferências Regionais e 15 vagas para os delegados do CEAS e delegados Estaduais; II – Das 75 vagas para o segmento da sociedade civil serão destinadas 29 vagas para o segmento de usuários para delegados advindos das Conferências Regionais, 23 vagas para o segmento de trabalhadores para delegados advindos das Conferências Regionais, 16 vagas para o segmento de entidades para delegados advindos das Conferências Regionais e, 9 vagas para os delegados natos do CEAS. Parágrafo único. A eleição dos delegados natos representantes da sociedade civil do CEAS para as vagas de delegados para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será realizada em Plenária do CEAS. Ficou melhor? APLAUSOS. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente, muito obrigada viu! Obrigada a todos vocês pela colaboração aí. Muito bacana! “Lacrou!” Onde nós estávamos mesmo, gente? RISOS. Ai, ai! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ah, nós temos que votar! Esqueci! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Por favor, vamos votar? Conselheiros na titularidade, por favor. Aqueles que aprovam a resolução que dispõe sobre a conferência estadual de assistência social no seu regulamento, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Muito obrigada, gente! APLAUSOS. Obrigada a todos de verdade. Agora nós vamos discutir... Nós fizemos uma distribuição depois de muito debate e com grande ajuda do conselheiro Wilson e da conselheira Isabela, a gente conseguiu então tirar um critério que desse mais proporcionalidade as regiões na tiragem de delegados. Teve conferência regional onde 50% dos presentes eram delegados e 50% suplentes. A gente foi trabalhando até chegar nesse ponto, não é Wilson? Claro que com isso sobrou vagas nas regionais. Claro, né? Nós trouxemos aqui uma proposta para que a gente complemente a representação que sobrou das vagas nas regionais. Gente, o número que está aqui é até hoje, então não é o total de vagas. Com certeza vão sobrar mais vagas até o dia 25, que são as últimas conferências regionais. A gente vai ter clareza mesmo do número no dia 26. Mas aí os critérios já ficam aqui para a gente já ir tomando as providências com relação o que faremos com as vagas que ainda temos. Hoje, nós temos: para o governo: 03 vagas; Para os usuários: 06 vagas; Para os trabalhadores: 25 vagas; Para as entidades: 14 vagas. Então, até o dia de hoje, nós temos 48 vagas de delegados dessas categorias. A gente quer fazer a seguinte sugestão: que para complementar os restantes das vagas governamentais a gente encaminhasse para o COGEMAS para que ele indicasse os representantes até chegar na vaga governamental municipal. Para os usuários a gente sugere: que as entidades do Conselho façam uma reunião convidando outras entidades representantes dos usuários e, que de lá então tirem as vagas restantes para representação dos usuários. A nossa proposta para as vagas dos trabalhadores: que a gente encaminhe o número total de vagas para o Fórum dos Trabalhadores e, que o Fórum dos Trabalhadores então distribua as vagas restantes para os trabalhadores. E das entidades: a gente sugere que as entidades do Conselho também possam fazer uma reunião com as entidades para complementar as vagas restantes para as entidades. Essa é a nossa proposta. O Conselho mandaria oficialmente essa solicitação para a reunião. Nessa reunião seria feito o registro do processo de escolha desses delegados e encaminhado para o Conselho Estadual junto com as fichas de inscrição. Essa é a nossa proposta para discussão. **JUANITA:** Eu tenho uma pergunta. Foi feita a sugestão da presidente em relação a essas indicações das vagas oriundas das conferências regionais. Pergunto aqui: não seria interessante para suprir essas vagas, eu nem sei se pode, se o conselheiro do CEAS representando essa categoria tem o desejo de ir como delegado estadual, esse CEAS poderia definir por isso? Indo representando aquela vaga,

entendeu? Por exemplo, o do governamental vai vim do COGEMAS porque é legítimo, né? Lá é governo. Lá são gestores. Os representantes de usuários... São 06 vagas que tem ali. Nós temos 04 usuários representando o CEAS. Três vão ser eleitos nesse Colegiado, um vai ficar sem ir. VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** Hãh? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Juanita, a gente mudou. Essas vagas aqui são para a conferência estadual. **JUANITA:** Ah. **SIMONE:** Onde todos nós já somos delegados! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Quem dera! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! Não tem importância, não! Quem dera! Todo mundo quer ver de novo? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É! Vamos ler de novo! Não tem problema, não! Vamos repetir. As vagas governamentais que sobram: a gente pediria o COGEMAS para indicar para a conferência estadual. As vagas dos usuários: os representantes dos usuários aqui fariam uma reunião com as entidades de usuários e tirariam lá a representação para a conferência estadual. Os trabalhadores: o Fórum dos Trabalhadores. As entidades: as entidades do Conselho fariam uma reunião com as entidades e lá tirariam os delegados para a conferência estadual. Ficou claro? Ninguém... Tem mais alguém inscrito? Está todo mundo esclarecido para votar? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Fala no microfone, Maria. **MARIA ALVES:** A conferência está muito perto! É em outubro, né? Então tem 25 dias no total. **SIMONE:** Dias úteis. **MARIA ALVES:** Pois é. Teria que aprovar aqui os prazos para que os usuários, as entidades já apresentem os nomes com a ficha. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tem que ser depois do dia 25. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Consola! Deixa a Consola ajudar aqui! Só um minutinho! Consolação, qual é o prazo máximo da indicação? Que dê um prazo para eles se organizarem, mas que não atrapalhe. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É, o calendário da organização da conferência. **CONSOLAÇÃO:** O que tem que se considerar inclusive é a empresa. Nós estamos fazendo um sistema inclusive para o delegado já escolher a plenária temática. **SIMONE:** Sim! **CONSOLAÇÃO:** A gente tem um prazo para isso. Esse prazo seria no máximo até o final de setembro. Terminou no dia 25... Por isso, no ofício talvez a gente já encaminhe para as pessoas orientando que nós dar essas vagas. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** 29 de setembro. **SIMONE:** Ah, não! Você tem certeza? **CONSOLAÇÃO:** Porque eu só tenho uma semana depois. Eu já vou colocar esse sistema no ar! **SIMONE:** Tudo bem! Mas é um pouquinho de delegados, vão ser... **CONSOLAÇÃO:** É. Mas é por que... **SIMONE:** Não... Vai ser no máximo aí uns 55. Nós mesmos podemos preencher aqui, não? **CONSOLAÇÃO:** Ela falou que, quando entra no sistema... Aí quando você troca, não gere um individualmente, teria que mudar o bloco. Tanto é que nós acordamos a entrega do nome dos delegados. **SIMONE:** Não. Eu não entendi. **CONSOLAÇÃO:** Quando ela entra no sistema... **SIMONE:** Ela quem? **CONSOLAÇÃO:** A empresa. Quando os dados entram no sistema, ela fala que ela já vai criar lá. Na hora que ela entrou com aquilo dentro do sistema já gera um tanto de informação e não é um a um a inserção. Então é a gente que manda esse banco de dados em Excel para ela, entendeu? **SIMONE:** Então, o Conselho Estadual não pode mandar esses 50 delegados? **CONSOLAÇÃO:** Eu não sei como que ficaria. Eu teria que consultar. Eu não sei como que ficaria. Por isso que a gente acordou mais ou menos um prazo inclusive para essa escolha da plenária temática. Eu teria que consultar realmente. **CRISTIANE:** No caso são representantes de qualquer cidade, né? E a outra pergunta: esses 14 teriam suplência? Ou é só titularidade? **SIMONE:** Gente! Nós não estamos com problema na suplência, não! Têm suplentes em todas as regiões. Nós estamos com problema na titularidade. Sobrou vaga. Vamos solicitar já as entidades para que elas organizem a sua reunião até o dia 29, é isso? Até o dia 29. Já sai um ofício nosso na segunda-feira, ou e-mail, que é mais fácil, mais rápido e mais ágil. A gente vai dizer do processo e pedindo a elas para marcarem a reunião. E aí, a gente manda o número final até o dia 25. Vamos fazer um esforço para a gente conseguir, né? Pode ser assim? Infelizmente a gente trouxe a proposta, mas a gente não discutiu a concretude dela de como é que nós vamos fazer isso. Infelizmente. Gente pode ser assim? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então tá. Então o prazo... A gente coloca o prazo máximo? 29 de setembro. Setembro vai até que dia? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Até o último dia útil de setembro. Mas até o último dia fica ruim, não? É dia 29,

---

né? Então tá, gente! Até o dia 29. Vamos votar? Todos os conselheiros se sentem em condição de votar gente? Então, os favoráveis a proposta discutida aqui para complementar as vagas dos delegados nas conferências regionais, por favor, levantem o crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Obrigada. Agora a gente vai discutir os convidados. É o último ponto, tá gente? O último não, depois nós vamos ter que discutir a nossa plenária extraordinária. Eu já peço a Consolação para olhar a nossa plenária extraordinária. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É verdade! Antes da conferência. Eu quero dizer o que são os convidados, gente. Os convidados são pessoas... São feitos de duas formas: tem pessoas que solicitam, que tem interesse em participar como convidados da conferência estadual. Mas, a maioria, são pessoas que o Conselho Estadual tem interessa que elas participem. Nós temos as duas situações. Nós já temos solicitações por escrito, inclusive de outros Estados querendo participar da nossa conferência estadual. Lembrando que os convidados não têm garantido o pagamento de nada e nem acesso ao material, eles vêm para participar da conferência. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Calma. Nós vamos fazer a lista aqui, aí você inclui a sua solicitação de convite. Pelas as histórias das conferências de Minas Gerais são reservadas mais ou menos 150 vagas aí para os convidados. Não estamos falando aqui do “mundo oficial” tá? É lógico que vai ser convidado para a abertura os deputados... O “mundo oficial.” Não é isso o que a gente está discutindo aqui, são as pessoas, instituições, entidades... Pessoas que interessam ao Conselho Estadual. Então, em nome da comissão organizadora, eu quero pedir autorização ao pleno para a gente convidar o Ronaldo Camargos para ele discutir o regimento interno e a plenária final. Nós discutimos isso lá. O Ronaldo tem feito isso desde a primeira conferência, inclusive a conferência nacional é ele que conduz há anos as plenárias. Então, a gente queria também a autorização do pleno para ele ajudar a gente na condução da conferência. Se não fosse na conferência municipal de assistência social de Belo Horizonte, na plenária final, eu acho que a gente teria muito mais problema, né? A expertise e a tranquilidade que ele conduz a plenária é muito importante. Nós também queremos convidar todas as áreas do MP que possuam interface com a assistência social: MP da criança e do adolescente, MP do idoso, MP da pessoa com deficiência, MP da mulher... Queremos convidar o judiciário, a defensoria pública, as consultorias técnicas da ALMG na área da assistência social. Eles são muito importantes para nós, né? Queremos convidar a FUCAM. Eles também inclusive já mandaram um ofício para o Conselho solicitando que sejam convidados. Queremos convidar a Associação Mineira dos Municípios, as instituições de ensino que compõe a rede de educação permanente de Minas Gerais, as diretorias regionais, as pessoas que estão colaborando com a comissão organizadora da conferência, os gestores dos municípios sede das conferências regionais, candidatos ao processo eleitoral que não sejam delegados. Também queremos convidar os Conselhos Estaduais de outras políticas: Sindicatos de Trabalhadores do SUAS, CRP, OAB, CRESS, PSIND, Sindicato dos Sociólogos... Nós ficamos de conseguir a lista do maior número de representação das 17 categorias garantidas como trabalhadores do SUAS na resolução do CNAS. Também gostaríamos de convidar as Secretaria de Estado, principalmente das políticas mais próximas e que fazem a intersectorialidade com a assistência social. E também pedir ao pleno autorização para que a gente possa solicitar a nossa secretária de Estado que ela também faça uma lista de entidades que ela considere importante para a conferência tendo em vista que a conferência é realizada pelo Conselho, mas também pela SEDESE. É bastante provável que a nossa secretária também queira ter convidados na conferência. Já são interessados em participar até o momento: tem um pedido de um ex-conselheiro estadual; De delegados das regionais que tiveram erro no credenciamento e não trocaram o crachá antes do processo de escolha; Tem um pedido de um secretário municipal de assistência social; Tem dois pedidos: de presidente e secretária executiva de Conselho Municipal. Isso é o que a comissão organizadora indicou. Agora, é claro que nós vamos abrir para que todos possam também propor e sugerir para a gente discutir a lista de convidados do Conselho Estadual. VOZ AO FUNDO. **GILBERTO:** Na letra B aí, a gente

podia confrontar talvez esse convidados com as vagas de delegados que estão sobrando. Eu não sei! É uma sugestão. Esse pessoal aí que pediu depois... Né? Por exemplo, tem gestor ali pedindo vaga, tem duas vagas de governo até agora... Então, às vezes, dá para... Pelo menos alguns aí já viram delegados. Depende do interesse da pessoa que se manifestou. **CRISTIANE:** Na categoria A: rede nacional de educação permanente, isso é o que está relacionado com o Capacita? Será que a gente deveria fazer o convite a rede de ensino? Eu acho que quando a gente pensa aqui em oficinas, a gente sempre está acionando as professoras da UFMG. Eu acho que era importante colocar para ser convidado. **SIMONE:** A Fundação João Pinheiro, Escola de Serviço Social... Né? Tá bom. Na UFMG quem colabora muito é a... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não, eu estou falando da instituição, gente! Eu esqueci. É de sociologia... Não! Como é que chama? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** DCP – Departamento de Ciências Políticas da Federal. Tem vários estudiosos lá que estão fazendo pesquisa na área da assistência social. Agora... Gilberto olha só! Com todo respeito que você sabe que eu tenho por você. Mas eu acho muito complicado a gente decidir delegado dessa forma. Primeiro porque a solicitação não pode ser um trampolim para virar delegado, eu acho. Quando a gente toma a decisão de mandar para os órgãos que representam os gestores é muito mais no sentido da legitimidade, entendeu? Eu acho que se vocês quiserem decidir por aí, tudo bem. Mas o Conselho decidir, eu acho muito complicado. Alguns... Ah, eu não vou falar! Não cabe a mim. E depois essas pessoas vão votar lá dentro da conferência. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tá! Está bom. VOZ AO FUNDO. **GILBERTO:** O que eu quis dizer Simone é que como a gente tem um limite de 150 pessoas, a gente dizer para essas pessoas que existe um processo que o Conselho remeteu. Por exemplo, quem é gestor: ele vai procurar o COGEMAS e falar “COGEMAS, eu me interesso! Eu quero participar do processo! Eu vou disputar a vaga ali!” É isso o que eu pensei. Desculpa se não fiz entender na minha fala, mas é isso o que eu quis dizer. Isso pode, por exemplo, eliminar um pedido de vaga que pode abrir para outro convidado importante para a conferência. É isso o que quis dizer. Depois reportar á pessoas que vai ter um processo e para elas procurarem os seus pares para decidir assim. **GEISIANE:** Só uma contribuição também. Eu fiquei pensando com relação também as vagas que, uma boa dica é pensar nas conferências regionais que faltaram vagas para o segmento. A gente resgatar esses... Eu estou lembrando da que eu fui. Por exemplo, em Araçuaí, tiveram entidades que ficaram de fora e participaram do processo conferência. Eu acho que resgatar essas pessoas seria interessante. Na verdade, quem são essas pessoas? Algumas delas nem a suplente saíram! E tem alguns foram suplentes. Então, como está dizendo no informe nº 04 que é no mínimo 1/3 para ser titular para levar como suplente, talvez a gente pode resgatar inclusive os suplentes e transformá-los em titulares. Eles ficaram de fora, mas participaram do processo conferencial. Então eu acho que é uma boa dica a gente resgatar e trazer para essa titularidade. **CRISTIANE:** Se o sujeito é suplente, ele é suplente da conferência ou dessa pessoa? Se a gente tem o suplente e estamos com problemas na titularidade, é só a gente transformar o suplente em titular, não? **GEISIANE:** Eu acho. É uma decisão. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Tá. Eu estou pensando... Eu pensei principalmente naquelas que ficaram de fora de tudo. Eu estou falando que é um caminho. Porque senão a gente vai ficar “catando” os outros para essas vagas, entendeu? Eu estou lembrando do processo da anterior. E aí, eu estou lembrando da conferência em que eu estiver que, por exemplo, ficou entidade de fora e que não saiu nem como suplente. Então é um caminho também para a gente trazer. Eu fiquei pensando. **SIMONE:** Tudo bem! Nós estamos voltando a uma decisão que nós já tomamos. Eu só quero lembrar isso. Olha como eu vou fazer! Governamental: tem três vagas. Eu vou para qual região? Eu jogo o sorteio para cima? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Espera aí Geise! Só um minutinho! O que eu vou sugerir: que o COGEMAS leva em conta essa regra, que as entidades levem em conta essa regra... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! Vocês estão escutando? Que as entidades do Conselho... Porque tem razão também! Eu só não quero que a gente volte atrás na discussão e que a gente não fique aqui criando outros critérios. Você lembra da



outra vez! O que for mais fácil para as entidades elas têm que fazer! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Até por causa do prazo. Então fica a orientação... Primeiro é a orientação que o Gilberto está dando: no caso dos convidados que estiverem dentro da categoria de Conselho, gestor... Que a gente diga a eles que vai ter processo de tiragem de delegados e como que eles devem se proceder. No caso das vagas dos delegados: que a gente oriente então que o COGEMAS lembre que tem suplentes de gestores nas várias regiões e que tem secretários municipais, que por confusão... Gilberto sabe disso! Nós discutimos isso na CIB. Esse negócio “do trabalhador sair do guarda-roupa do gestor” é um problema sério! É verdade! O secretário municipal... E não é o secretário municipal desmatriculado, não! Direção do COGEMAS! Ele falou assim “ah, não! Deixa o meu técnico participar!” Não foi Gilberto? Aí nós começamos a discutir com ele. Ele não entrou! Ele achou, na compreensão dele, que era melhor o técnico dele ir. Na verdade não é o técnico dele, é a representação dos trabalhadores. Como a gente está na construção do SUAS, eu acho que essas coisas vão acontecer mesmo. No ofício que a gente for mandar, a gente orienta lembrando que tem pessoas que saíram como delegadas e elas estão como suplentes nas diversas regiões. Débora. **DÉBORA:** É só uma questão que eu acho que não está especificada ali, ou se é que tem que especificar. Mas é o número. Quando falou ali, por exemplo, das universidades, vai estipular um número para cada? Ou isso não é importante? Só para deixar isso muito claro. Então é só para eu entender e a gente ter clareza disso aí para depois não dar problema. Como é que a comissão pensou isso? VOZ AO FUNDO. **DÉBORA:** Sala de soluções. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Consolação. **CONSOLAÇÃO:** É. Mediante a agora e se for esse o entendimento, a gente vai pegar e fazer essa distribuição. Entendeu? Eu queria ver um pouco também esse universo. A gente vai discutindo vaga a vaga, entendeu? Mas agora dá para a gente fazer encima do critério a distribuição das vagas. **CRISTIANE:** Procurador e corregedoria são inclusos ali no judiciário, né? Promotoria. Promotoria não, gente! Procuradoria. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Executivo. Tá! Deixa eu perguntar: dentro da Débora colocou de universidades, a proposta que eu tinha feito são as universidades específicas dos cursos que compõe o sistema, entendeu? Foi isso o que eu disse. Não é geral aberto, não. PAUSA. **GEISIANE:** (...) Porque, na verdade... A gente chegou a falar disso na comissão organizadora. Por isso que a gente se justificou em instituições de ensino que compõe a rede nacional de educação. São muitas as instituições! A gente ficou nessas tendo em vista que as outras que buscarem... Claro que elas vão ser recebidas. É como a Débora falou. **CRISTIANE:** Entendi. E com relação a um grande financiador dessa política direta do Rede Cuidar, que é a loteria? A gente tem alguma forma de convidar algum representante? **SIMONE:** É verdade! É verdade! RISOS. VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** Em relação a esse ex-conselheiro estadual... VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** A sugestão aqui do Gilberto que cada ente ali procure o seu par... O ex-conselheiro estadual... Como é que ficaria? **SIMONE:** Gente! O Gilberto sugeriu orientação para aqueles que têm segmento. No caso de ex-conselheiro, nós não vamos mandar ele para lugar nenhum, né? **DAYANA:** É. **SIMONE:** Eu estou entendendo que nós vamos falar com ele que ele é muito bem-vindo na nossa conferência. Tem mais alguém que acha que está faltando convidado aí? Porque aí eu levo para a comissão organizadora e nós vamos distribuir lá aquela quantidade de vagas. Eu pergunto aos conselheiros se vocês acham que está faltando convidado nessa... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Quer falar Hélder? **HÉLDER:** Eu estou fazendo um curso de especialização de política de assistência social, na PUC. Eu até já comentei com a Débora que nós já manifestamos o interesse de participar. Pela listagem, teve doze pessoas. **SIMONE:** Então tem também uma solicitação de doze vagas para o curso de especialização da política de assistência social, da PUC Minas. Então tá! Tem mais alguém? Volney. **VOLNEY:** Com respeito a todas as entidades, mas eu acho que seria muito pertinente a gente fazer um convite para a Sociedade de São Vicente de Paula, por ser uma das entidades mais antigas dentro da assistência social. Eu não sei se vocês concordam comigo. **SIMONE:** Gente! Espera aí Volney! Só para a gente respeitar o processo, Volney. Eu vou perguntar aqui as representações das entidades, porque

---

depois fica difícil para a gente explicar porque nós convidamos uma entidade e não convidamos a outra entidade. A nossa vice-presidente aqui... Eu vou passar para ela porque ela representa as entidades aqui. **GEISIANE:** Eu estou... A Consolação está lembrando que a Sociedade São Vicente de Paula tem assento nesse Conselho, mas ela não vem. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Está como suplência. A gente pode é resgatar, né? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Está bom, Volney? A gente pode é relembrar esse processo todo, né? Ela tem assento como suplente. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não! Isso aí com certeza nós vamos colocar lá na cota da SEDESE tá gente? Não preocupa, não! Loteria, SERVAS... Isso aí eu já estou anotando aqui para a gente convidar. Então, vamos votar gente! Vamos votar porque é o nosso último voto de hoje! Conselheiros favoráveis aos critérios de delegados, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Muito obrigada! Bom final de semana para todos! Ah, não! A plenária! A plenária! Só um minutinho! A plenária extraordinária. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gente! Olha só! Eu queria fazer duas propostas para os (as) senhores (as). Primeira: que a gente possa convocá-los, dia 07, para a gente fazer uma plenária. Olha que delícia! Sábado, à tarde. Dia 07 de outubro. E, quem puder participar... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Aí o domingo já virou rotina na nossa vida mesmo! Tem meses que nós estamos trabalhando do domingo... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Então já estamos acostumados já! **LUIZ GEORGE:** Simone! **SIMONE:** Oi! **LUIZ GEORGE:** Até que horas vai ficar? **SIMONE:** De 14h às 18h, eu imagino. **LUIZ GEORGE:** É porque é aniversário do meu filho! **SIMONE:** Pode deixar! A gente te libera! E se o senhor convidar a gente, nós tomar cachaça lá ainda hein! E aí, no domingo... Aí é para quem puder tá? Quem estiver aqui e quem puder! A gente vai fazer uma reunião com todos que vão trabalhar na conferência estadual. É lógico... Vocês lembram como que foi importante a reunião que a gente fez na última conferência. Fez toda diferença! A gente alinhou tudo! Explicou tudo! Está bom? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Nós vamos votar! Quem concorda com a plenária extraordinária, no dia 07, de 14h às 18h, por favor, levantem o crachá. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Dia 07 de outubro, sábado, de 14h às 18h. Pode abaixar. Contrários. Abstenções. Então tá. Então eu vou convocá-los. Muito obrigada. Espero que no próximo pleno nosso a gente esteja bem animados para a nossa conferência. Muito obrigada de verdade a todos (as) conselheiros (as)! FIM.